

UNIVERSIDADE DE BRASILIA

**Os mundos das mulheres das agroindústrias
do DF: espaços identitários, lugares de
poder (1995-2002).**

Por: IRACILDA PIMENTEL CARVALHO

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UNB, na Linha de pesquisa – Discurso, Imaginário e Cotidiano – para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa Dra DIVA DO COUTO GONTIJO
MUNIZ

Brasília/DF, Outubro de 2004

“As mulheres nascem, sim, mulheres e podem se tornar mulheres. Ou seja, tornarem-se o que elas entendem por ser mulher, assumindo seu corpo, sua história e cultura. Sendo intérpretes de si mesmas, de seus desejos, falando na primeira pessoa, contrariando as versões inventadas pelos homens.” (Oliveira, Rosiska, 2003:37/38)

“A possibilidade de reler o mundo de acordo com novas e diversas perspectivas recuperou o gosto da aventura da atividade intelectual, em que a atividade de refletir e pesquisar deixou de ser encarada sob suspeita.” (Costa, A. et. al., 1989:10)

Dedico,

Aos meus filhos.

À minha mãe, ontem, hoje e sempre minha mãe.

Ao meu pai, uma ausência sempre presente. *(In Memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Toda construção teórica, por mais solitária que pareça, envolve uma importante rede de relações institucionais e pessoais. Finalizando esta etapa, longa, árdua, mas também prazerosa e recompensadora, quero agradecer em especial;

À professora orientadora Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz, cuja capacidade intelectual e rigor acadêmico permitiram a renovação dos meus conhecimentos e a realização deste trabalho.

Às mulheres proprietárias das agroindústrias familiares, são elas a razão primeira deste trabalho de pesquisa.

À Lilian, pela dedicação, qualquer tentativa de agradecimento seria insuficiente.

À professora Dra. Cléria Botelho, por ter me apresentado o PROVE.

À professora Dra. Tânia Navarro Swain, a ela devo, minha entrada para “os mundos das mulheres”.

Um especial agradecimento às minhas irmãs e aos amigos, pelas orações e incentivo.

Aos meus colegas da Área de Fundamentos Multiculturais e Simbólicos da Educação, do Departamento de Teoria e Fundamentos da FE/UNB, por entenderem minhas ausências.

Aos meus alunos da Faculdade de Educação, sem eles perderia a alegria de ser professora.

À Camila, companheira do Júnior, pela pronta disponibilidade e pelo *Abstract* de última hora.

Aos meus filhos Glauber e Júnior, imprescindíveis na minha vida. Quando da minha seleção para esse doutorado, Glauber torna-se Engenheiro Eletricista pela UNESP/SP e Júnior ingressa na UNB. Acabo a tese ao mesmo tempo em que Júnior torna-se Publicitário. Obrigada por vocês existirem e serem meus filhos.

Preocupada em não ter sido generosa com as pessoas como elas foram comigo, antecipo desculpas para com aquelas que não foram nomeadas, e que, no entanto, contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho.

Não posso esquecer do meu computador, amigo de todos os momentos e que não foram poucos, apesar de ser apenas um Pentium II, “velhinho”, pela velocidade da tecnologia, deu conta do recado.

RESUMO

A relativa escassez de estudos sobre as mulheres trabalhadoras rurais do Distrito Federal levou-me a refletir sobre o tema: Os mundos das mulheres das agroindústrias do DF: espaços identitários, lugares de poder (1995-2002).

A pesquisa revelou mulheres fortes, ativas e críticas, tendo em vista que estão na gerência das agroindústrias e são responsáveis pelo trabalho, produção e distribuição dos produtos.

Os depoimentos coletados apontam para perfis outros que os disseminados no senso comum: trajetórias de vida em que elas foram autoras de mudanças de posturas relacionadas às suas vivências, nos âmbitos da família, da comunidade e do mundo do trabalho, bem como a conscientização acerca dos problemas produtivos, econômicos e tecnológicos, a busca de autonomia financeira e profissional em relação ao marido/companheiro e uma maior desenvoltura nas relações interpessoais.

Com efeito, cada uma destas agroindústrias, das quais acabaram se tornando proprietárias, faz parte das histórias dessas mulheres destemidas, que apostaram em seus projetos, no Prove e na cidade que as acolheu.

Histórias de mulheres que criaram, a partir de seus saberes, formas próprias para produzir e vender bolos, doces, biscoitos, frutas cristalizadas, temperos e hortaliças.

O desafio dessa pesquisa de contemplar pessoas comuns, pessoas esquecidas pela história oficial, implicou atentar para suas experiências, que incluem seus sonhos, desejos, emoções, valores e

tradições, dimensões tão importantes na configuração de seus mundos, de sua realidade social, como as de suas lutas, disputas, conflitos de interesses, de classe, de gênero.

ABSTRACT

The lack of studies about rural women workers of Distrito Federal made me reflect about a theme: The world of the agroindustries women from DF: identity spaces and places of power (1995-2002).

This research revealed strong, active and critical women because they manage the agroindustries and are also responsible for the work, the production and the distribution of products.

The testimonials collected show us a different point of view based on the idea that those women were main characters of the changes in their lives, specially those related to their families, community and work.

A different view is also related to the way as those women are reflecting about productive, economical and technological problems, the search for a financial and professional independence and the relations with another people.

It is clear that each one of the agroindustries from Distrito Federal has a very important place to those women lifes. First because they own these industries and then because they bet everything they had on projects, on PROVE/DF (PROGRAMA DE VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL) and on the city they have chosen.

Those women had created special ways to product and sell cakes, sweets, cookies, crystallized fruits, flavorings and vegetables.

The challenge of this research was related to give a relevant place to normal people, who are forgotten by the official history. To make it real I gave an important attention to their experiences based on their

dreams, emotions, values and traditions, because these experiences are important to understand the world of the agroindustries women and also their fights, challenges, conflicts of interests and class.

SUMÁRIO

Siglas e Abreviaturas..... I

Introdução..... III

Parte I – Os movimentos das trabalhadoras rurais

Capítulo 1 – Em-torno de Brasília – DF..... 2

Capítulo 2 – PROVE: espaço de empoderamento das mulheres..... 18

Capítulo 3 – Movimentos sociais e feministas: marcas de uma luta.. 53

Capítulo 4 – Em torno da cidadania: trabalhadoras rurais em
movimentos..... 79

Parte II – Os mundos das proprietárias de agroindústrias

Capítulo 1 - Agroindústrias com marcas de mulheres: trabalhadoras
e provedoras..... 115

Capitulo 2 – As provedoras “no ar”do mercado..... 128

Capítulo 3 - Uma experiência pouco vivenciada: a escolarização.....	148
Capítulo 4 – Casamento e família: marcas afetivas.....	166
Capítulo 5 – Maternidade e sexualidade: presenças e ausências.....	181
No final: algumas reflexões.....	195

Referências

Fontes.....	201
Bibliografia.....	204

SIGLAS e ABREVIATURAS

- ASPROVE – Associação dos Produtores do PROVE do Distrito Federal
- BRB- Banco de Brasília
- CEASA – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A
- CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
- CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- CNTR – Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais
- CNTTR – Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CODEPLAN- Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- EMATER/DF – Empresa de Assistência Técnica do Distrito Federal
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- FZDF – Fundação Zoobotânica do Distrito Federal
- GDF- Governo do Distrito Federal
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômico
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
- IDH -Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

NOVACAP-Companhia Urbanizadora da Nova Capital

ONU- Organização das Nações Unidas

PEA-População Economicamente Ativa

PNAD –Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o D PEOT - Plano Estrutural de Organização Territorial

PISEF- Perfil Sócio-Econômico das Famílias do Distrito Federal

Desenvolvimento

PROCERA – Programa de Crédito Rural

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROVE - Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar.

TERRACAP-Companhia Imobiliária de Brasília

SA/DF – Secretaria de Agricultura

SEDUH - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

INTRODUÇÃO

“mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres.”(Rago,1998:95)

O que sabemos sobre as mulheres rurais do Distrito Federal? Desse universo quase que totalmente desconhecido, sabemos que sua presença histórica ainda está por se tornar visível, haja vista que se encontra silenciada na memória oficial dos construtores da cidade e na escrita de sua história. De fato, até há bem pouco tempo, as mulheres estiveram praticamente ausentes da história construída sobre Brasília, pois apenas em locais específicos de práticas identificadas como desviantes, como a prostituição da Cidade Livre, elas tiveram sua presença assinalada. Tal construção revela um ordenamento da sociedade em que se reproduzia, similarmente ao ocorrido em outras regiões do país, as assimetrias e as desigualdades de gênero aqui também, trabalhos freqüentemente realizados por mulheres, principalmente as rurais, estiveram, durante muito tempo, ocultos, encobertos, graças a uma política de silenciamento informada por múltiplas e diferenciadas convenções e representações, entre elas as de sexo/gênero, raça, classe e escolaridade, que respondem por sua invisibilidade como sujeitos sociais.

No meio rural, uma das marcas dessa invisibilidade é o elevado número de mulheres identificadas como trabalhadoras sem remuneração, reveladora da permanência de uma construção generizada de que o trabalho feminino é sempre uma extensão de seus papéis de mãe, esposa, dona-de-casa, administradora do lar e educadora dos filhos. Tal representação opera como uma grade, pois, ao subsumir outras de suas dimensões ocupacionais naquelas, aprisiona-as nos papéis tradicionais e mantém, política e convenientemente, seu alijamento como trabalhadora economicamente ativa.

Essa invisibilidade é reveladora de relações familiares e de trabalho informadas por representações de gênero, construto social que “estabelece significados para as diferenças corporais” (Scott, 1992:82). Com efeito, não é outro senão o sentido da diferenciação e da desigualdade conferido à invisibilidade, ao atribuir, a partir de uma lógica binária e sexista, mais importância ao trabalho rural realizado pelos homens, daí ser identificado como objeto de remuneração, e desclassificar as mulheres trabalhadoras rurais como não remuneradas, não obstante tratar-se de atividades idênticas.

E isso se dá porque o mundo do trabalho e a sociedade brasileira em geral ainda se encontram presididos por um imaginário social onde o masculino representa o todo, o universal, transcendente e produtivo, enquanto o feminino é visto como parte, menor, alteridade, especificidade, imanência e reprodução. Essa é uma das dimensões da vida social em que se manifestam as concepções de mundo binário que fragmentam e reduzem o todo a duas partes distintas e facilmente discerníveis. Esse é um reducionismo contra o qual se colocam as teorias feministas que, em sua crítica à cultura, apresentam-se indispensáveis como saber, como epistemologia própria para falar das

mulheres sobre elas, de suas experiências e formas de agenciar seus espaços e da constituição de suas identidades. Um saber próprio, como ressalta Rago, “com categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres”. (Idem,ibidem:95)

Proceder a uma leitura dos mundos das mulheres trabalhadoras rurais e proprietárias de agroindústrias no DF que não se restringisse à visibilidade de sua presença na história, foi desafio a que me propus e que resultou no presente trabalho. O esforço esteve, assim, centrado não apenas em sua inclusão no discurso histórico, mas, sobretudo, em conhecer seus mundos.

Nesse sentido, o tratamento do tema se deu com a utilização de referenciais teóricos capazes de cuidar das diferenciações, da multiplicidade das dimensões constitutivas de suas práticas sociais e individuais. Trata-se de operação histórica e interdisciplinar em que reflexões como as de Scott (1990), Flax (1991), Harding (1991), Lauretis (1994), Butler (1999) e, no Brasil de Bruschini (1992), Machado (1997), Bandeira (1997), Louro (1998), Rago (1998), Swain (1999) e Muniz (2003), entre outras, foram relevantes. E isso porque rompem ou criticam a perspectiva essencialista de apreensão e representação dos mundos, o regime de verdade fundado na lógica binária, ao ressaltarem a masculinidade e a feminilidade como posições de sujeito, como construções sociais e não como inerentes à natureza biológica dos indivíduos. Ao desvendarem que o neutro é uma referência sempre masculina, branca, de classe média e heterossexual, questionam e desestabilizam os saberes instituídos e propõem um novo olhar, perspectivas teóricas outras, no esforço de inverter as evidências naturalizadas e naturalizadoras e contemplar as multiplicidades identitárias e da vida social.

Apesar das tensões, recusas e resistências no âmbito acadêmico, os Estudos Feministas vão sendo reconhecidos como área de estudos fundamental para tratar das diferenças, entre os sexos para fazer uma leitura “des-naturalizada” das relações entre mulheres e homens na sociedade contemporânea, particularmente as que concernem aos movimentos sociais e políticos. Trata-se de campo disciplinar cuja configuração anuncia sua face na década de 70, quando os movimentos feministas, liderados principalmente pelas norte-americanas, assumem sua maior visibilidade e comemoram algumas das principais conquistas, principalmente na área dos direitos civis, depois de uma longa, árdua e conflituosa trajetória de lutas. Se, em seu primeiro momento, a luta das mulheres esteve centrada em romper com a desigualdade no mundo do trabalho, luta essa que constitui objeto da historiografia das mulheres das décadas de 60 e 70 do século XX, em seu segundo momento, desloca o foco dos questionamentos. Trata-se agora da luta das mulheres não apenas no sentido de reconhecê-las como sujeitos históricos, mas também de contemplar suas diferenças. Isso implicou a defesa da agenda “diferentes mas não desiguais” dos movimentos feministas, bem como o questionamento teórico de paradigmas, metodologias e periodizações até então utilizadas no campo disciplinar da história, bem como de outras áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais.

Nesse esforço de revisão crítica, destaca-se a historiadora e feminista Joan Scott, que enfocou o uso do gênero como categoria de análise, bem como a necessidade de se historiar a construção do gênero, a partir de sua desconstrução. Ressalta, nesse sentido, o fato de que o uso da categoria gênero deve considerar a especificidade e a variabilidade históricas, pois, caso contrário, corre-se o risco de

apreender a oposição masculino/feminino como um “aspecto permanente da condição humana”, perpetuando essa polaridade para o aquém e o além da história. (Scott 1988:20) Afinal, o uso dessa categoria é justamente para desnaturalizá-la, desconstruí-la, romper com a fixidez.

O uso do gênero como categoria de análise, embora indiscutivelmente adequado, tem revelado seus limites. Um deles, o de sua utilização restrita e imprecisa como sinônimo de “mulher”, do universo feminino, não obstante concernir tanto às mulheres como aos homens e às relações entre eles. Outro, é o de sua utilização sob uma perspectiva descritiva e reiteradora do binarismo nas relações sociais, sem maiores aprofundamentos e reflexões acerca da “tensão corpo biológico/corpo simbólico e as possibilidades de transformações com respeito às identidades”. (Moraes, 1998:105). Não resta dúvida de que tais abordagens atenuam e até mesmo anulam o potencial crítico e desestabilizador de verdades instituídas investido no conceito de gênero.

Não se pode, porém, deixar de reconhecer as possibilidades contidas, nos estudos de gênero entre elas a da pluralização percebida pela negociação entre os gêneros, a de percepção da “necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais” (Rago,1998:98), como a dimensão sexual. Foi o uso dessa categoria que permitiu sexualizar as experiências humanas, incorporar o sexo e a sexualidade como dimensões analíticas.

É, portanto, no quadro de ruptura epistemológica, vincado por crises e questionamentos às narrativas mestres, informadas por perspectivas essencialistas de matriz iluminista, instituidora dos discursos históricos hegemônicos incapazes de contemplar

complexidade, heterogeneidade e dispersão da sociedade pós-moderna, que se inscreve o pensamento feminista. Ele surge como novidade e ameaça aos regimes de verdade, instituídos por diferentes saberes, e busca se estabelecer como uma epistemologia em construção. Em sua crítica à cultura, ele inova e desestabiliza, ao ressaltar que somos muito mais efeitos do que produtores de práticas discursivas, que somos muito mais sujeitados do que sujeitos, pois chegamos em um mundo onde os termos já estão dados, que estamos no ponto de chegada e não de partida, como até então supúnhamos, em razão da perspectiva racionalista que nos referendava.

A desconstrução de mitos como esses passa pela leitura do gênero e de sua própria produção, ao lado de outras dimensões, é claro. Considerar, assim, gênero como construção social e também como categoria de análise, na leitura dos mundos das trabalhadoras rurais, foi útil porque me permitiu desnaturalizar construções fundamentadas no determinismo biológico, legitimadoras das desigualdades entre os sexos. Isto é, foi a perspectiva que me possibilitou perceber o caráter construído e, ao mesmo tempo, construtor de gênero, tendo-se em vista que o feminino, assim como o masculino, não são constituídos, nem propriamente nem necessariamente, pelas características sexuais, e sim pela “forma como essas características são representadas ou valorizadas em uma dada sociedade e em um dado momento histórico”. (Louro, 1997:21) Assim, a referência ao gênero se fez na acepção assinalada por Louro, ou seja, entendendo-o como uma

(...) construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos, então é imprescindível entender que são diferentes construções de gênero numa mesma sociedade - construções estas que se fazem de acordo com os diferentes modelos, ideais,

imagens que têm as diferentes classes, raças, religiões, etc. - sobre mulher e homem. Creio que devemos lembrar também que são diferentes construções de gênero numa dada sociedade, em contextos históricos diferentes (o que por sua vez supõe dizer que o gênero tem história, que o feminino e o masculino se transformam histórica e socialmente) (...) (Louro, 1994:35)

Atentei, também, para as reflexões de Scott relativas à conexão entre gênero e mudança histórica e à articulação de gênero com outras convenções instauradoras de desigualdades sociais, notadamente os de classe, escolaridade e ocupação. Nessa ótica, foram considerados dois níveis na definição de gênero: em um primeiro nível, ele é percebido como elemento constitutivo das relações sociais, baseados nas diferenças perceptíveis entre os sexos; e, em um segundo nível, é entendido como “forma primeira de representar relações de poder”. Gênero, nessa visão, tanto é processo quanto produto de relações sociais, tanto constrói quanto é construído pela política e pelo poder. (Scott, 1987:17)

Dessa forma, para Scott, gênero é um aspecto geral da organização social, não é anterior nem posterior a ela, é constitutivo dela. Como relação que atravessa a história e o tecido social, as instituições e as mentalidades o gênero diz respeito ao domínio das teorias sobre família, mercado de trabalho, cidadania, partido político e movimentos sociais. Assim, por exemplo, as estruturas de muitas instituições se apóiam na divisão sexual do trabalho, mesmo que tais divisões excluam um e outro sexo, acabam utilizando alguma divisão de trabalho, uma vez que as referências ao sexo, com frequência,

legitimam a posição que as instituições assumem. Assim, gênero, segundo a referida historiadora,

(...) pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de luta de poder. O saber social e cultural a respeito da diferença sexual é, portanto, produzido no decorrer da maior parte dos eventos e processo estudados como história. (...) (Scott, 1994:19/20).

Se as mulheres foram silenciadas quanto à sua participação no mutirão cívico para a construção de Brasília, seja devido à inexistência de documentação historiográfica e à dificuldade de acesso a ela, seja devido à falta de interesse, o certo é que, por um longo tempo, houve uma recusa ou um desinteresse em retirá-las do silêncio social e historiograficamente construído. Um silêncio revelador do exercício de poder, engendrado a partir de um discurso centrado no homem e disseminador de mitologias misóginas que dificultavam o crescimento pessoal e profissional das mulheres, como observa Diva Muniz (2003:33); ou, como assinala Swain (2000:19), uma política de esquecimento, que apaga o plural e o múltiplo do humano. Um silêncio, enfim, revelador da exclusão, que responde pela invisibilidade da presença histórica das mulheres, nomeado por Olgária Matos como uma “política de esquecimento”. (Matos,2001:21)

Romper com esse silêncio forçado foi desafio a que me propus na pesquisa realizada, pois procurei justamente focalizar as trabalhadoras rurais, revelando-as como mulheres ativas e dinâmicas, conformando uma categoria que é predominante no trabalho e no

gerenciamento das agroindústrias, haja vista que estão presentes em 90% do conjunto das agroindústrias do Prove/DF, no período de 1995/2002.

A pesquisa revelou a presença de mulheres trabalhadoras rurais no Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar/PROVE, mulheres fortes e ativas que estão à frente de suas agroindústrias e são responsáveis pelo trabalho, pela produção e pela distribuição dos produtos. Os depoimentos coletados apontam para perfis identitários outros que os disseminados no senso comum, revelam trajetórias de vida em que elas foram autoras de seus projetos, explicitam mudanças em suas relações com outras pessoas, consigo próprias e com a vida. Mudanças de posturas relacionadas às suas vivências, nos âmbitos da família, da comunidade e do mundo do trabalho, como a conscientização dos problemas produtivos, econômicos e tecnológicos, a busca de autonomia financeira e profissional, a independência em relação ao marido/companheiro e maior desenvoltura nas relações interpessoais.

Tais mudanças são visíveis no cotidiano de cada uma delas, bem como nos espaços institucionais mais diretamente relacionados aos seus mundos. Assim, significativamente, o Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar/PROVE acabou por se tornar um dos espaços em que se operou o processo de seu empoderamento, um lugar de poder. E isso porque, se antes não ocorria ali a preocupação com uma política de gênero, a inclusão de tal recorte tornou-se incontornável, graças às demandas, ao trabalho, às experiências das trabalhadoras rurais. Por sua atuação no PROVE foram, afinal, social e institucionalmente incorporadas ao Programa e reconhecidas como trabalhadoras ainda que sob pressões, tensões, surpresas e conflitos.

Foi igualmente inquestionável a mudança ocorrida em seus espaços de trabalho, especificamente nas agroindústrias. Esses empreendimentos se apresentam com um desenho em que as marcas das mulheres ganham contornos fortes, desde o modo como foram regularizados e utilizados como referência para os financiamentos, até o modo como são administrados e representados. Não obstante os traços singulares de cada um deles, impressos pelas/nas experiências diferenciadas de cada uma de suas proprietárias, todos apresentam um traço comum: são espaços configuradores das identidades sociais das trabalhadoras rurais e lugares de poder. Afinal, tornar-se proprietária de uma agroindústria e ser reconhecida como tal significou conferir poder.

Com efeito, não se pode negar a ocorrência de algumas rupturas com as representações convencionais das mulheres e de seus papéis e atribuições. Essas representações se revelaram nos depoimentos das mulheres entrevistadas, quando falaram sobre suas próprias experiências, sobre as relações estabelecidas com seus pares, no interior da própria comunidade mas também no âmbito governamental, onde o traço comum com que essas mulheres se definem não é mais o de dependência e passividade - construções recorrentes nas representações da mulher e do feminino no imaginário social -, mas de independência e ação.

Ressalte-se que estive atenta, nas entrevistas, à força instauradora das representações, não com a pretensão de procurar confirmá-las, mas como possibilidade de apreender melhor os mundos dessas mulheres, as experiências constituidoras de suas identidades como proprietárias de agroindústrias, e também como esposas, mães de família e donas de casa. Afinal, entendo as representações como matrizes e efeitos de

práticas sociais. Procurei, assim, enfocá-las, sintonizada com o que entende Jodelet por representações sociais: uma forma de conhecimento

(...) socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Sendo, por esta razão, sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros, - orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (...)(Jodelet,2001:22)

Atentei para o modo como opera o imaginário, ao compor e decompor sentidos que migram por meio de formações discursivas homogêneas, criando imagens que definem perfis, tipos, estereótipos, paradigmas, papéis sociais. Não resta dúvida de que a abordagem da dimensão imaginária do social ampliou o terreno do campo discursivo da história, já que foram incorporadas as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva, particularmente a de agregar indivíduos de um mesmo grupo e de lhes garantir a sobrevivência, como atenta Castoriadis (1982:176) ao ressaltar as dimensões simbólica e funcional do imaginário. Suas reflexões encontram ampla audiência entre alguns segmentos historiográficos, na medida em que sugere abordagens centralizadas na análise dos imaginários em si mesmos, mas sem perder de vista sua natureza histórico-social.

Nessa direção reflete Bronislaw Bazcko, ao trabalhar o imaginário dentro da perspectiva da história social, pois observa que em toda e qualquer sociedade existe a produção de imaginários sociais, embora nem sempre a produção imaginária se concretize, na prática, na maneira como é concebida. É ela que serve, assim, de

orientação às mais diferentes ações dos agentes sociais, e isso se dá porque, ao constituir-se em

(...)esquemas de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum(...) (Bazcko,1985:311)

O autor adverte para a invisibilidade de sistemas fechados para uma análise do imaginário social, chama a atenção dos pesquisadores para a necessidade da realização de um trabalho não só analítico, mas também de construção teórica cujo pressuposto básico é o de não se enganar com a possibilidade de autonomia de qualquer disciplina. Nessa perspectiva, não há como se furtar de uma abordagem de caráter interdisciplinar para se trabalhar a temática das mulheres, pois a complexidade e a multiplicidade nela inscritas recusam e rejeitam qualquer tipo de ortodoxia. Pode-se mesmo afirmar que isso se aplica igualmente a toda e qualquer temática, já que referente a um recorte do social e, como tal, comporta as dimensões material e imaginária, instituidoras do real. Como bem ressalta Bazcko, a época das ortodoxias parece, pois, ultrapassada, já que “vivemos muito felizmente, na época das heresias ecléticas” (Bazcko,1985:313), tendo-se em vista que esses imaginários sociais não funcionam isoladamente, mas em relações diferenciadas e variáveis com outros tipos de imaginários, confundindo-se por vezes com eles e com sua simbologia.

Assim, por exemplo, na construção da imagem da mulher rural/urbana, a força instauradora da representação generizada de família que a preside expressa-se nos tradicionais papéis, funções, lugares prescritos: sua ocupação, prioritariamente doméstica; o cenário, a casa; sua vocação, encarnar a imagem de esposa e mãe, inerente à suposta “natureza” de sua condição biológica.

Sob tais balizas, é que estive particularmente atenta ao conjunto de conceitos, imagens, valores e papéis que ancoram as representações feitas pelas trabalhadoras rurais, ou seja, como se auto-representam, bem como representam seus pares e são representadas. Elas se revelam nas entrevistas das microempendedoras, na exposição das leituras feitas de si próprias, de seus mundos, de seus pares, de sua comunidade, bem como dos significados com que marcaram, em seus relatos, suas experiências. Igualmente se revelam nos documentos e nos registros pesquisados, concernentes ao PROVE, à ASPROVE (Associação do Produtores do PROVE do Distrito Federal) e aos movimentos das trabalhadoras rurais. Afinal, como ressalta Swain,

(...) as representações discursivas ou imagéticas, difundidas no social, ressemantizam atributos e enunciados a respeito das “verdadeiras” mulheres: mulher-corpo, mulher-sexo, mulher-objeto, mulher-mãe, ou seja, finalmente, mulher-mulher, representações poderosas atuantes no imaginário social do presente.(...) (Swain,2002:2)

Assim, extrair as histórias dessas mulheres de dentro de sua comunidade e trazê-las para dentro da própria comunidade, de modo a melhor compreender os seus mundos, foi operação que se tornou possível graças, principalmente, ao uso da história oral e de histórias de

vida. A história oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados e que não participam assim da chamada história oficial. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Trata-se de técnica que, em meu entendimento, melhor se adaptou a essa pesquisa mais qualitativa do que quantitativa, donde a ênfase dada às entrevistas e às histórias de vida, pois o meu propósito foi justamente o de proceder a uma leitura das experiências constitutivas das identidades dos sujeitos/atores entrevistados. As entrevistas permitiram-me apreender a historicidade, a singularidade de cada uma das entrevistadas, não obstante atravessadas por alguns traços comuns e inscritas nas estruturas mais gerais a que as formações sociais estão enredadas.

Tal opção deve-se aos objetivos propostos e ao fato de que sua utilização envolve um mínimo de interferência do grupo de pesquisadoras e pesquisadores, deixando o discurso fluir a partir da ordenação dada pelas entrevistadas e pelos entrevistados aos acontecimentos de sua vida. São procedimentos promissores quanto ao desafio de se efetuar uma primeira entrada nesse universo, de forma a conhecer seu cotidiano, suas relações constitutivas, bem como opiniões, valores, preceitos, interesses, conceitos, convenções, aspirações, sonhos que o informam; ou seja, deve-se aos esquemas de interpretação e valorização que definem e orientam as ações das proprietárias de agroindústrias.

Trata-se de escolha fundada no entendimento de que tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém ou de um grupo. A história, dessa maneira, permanece, pela tradição oral, na memória social, já que aquela é, originalmente, o testemunho de alguém que presenciou um evento ou o modo de ser do mundo que já não existe,

mas que existiu outrora. Como bem ressalta Schmidt (1994:92) “tudo que existe como história, existiu um dia, como fato. E tudo que existe no presente como evento para a experiência direta poderá, no futuro, sobreviver como relato”. Nessa direção reflete Maria Isaura de Queiroz, ao afirmar que

(...)o relato oral se apresenta como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado; servia, pois para captar o não explícito, mas quem sabe mesmo o indizível.(...)
(Queiroz, 1988:15)

Nessa ótica, e em certo sentido em consonância com a acepção dada por Ecléa Bosi, a história oral é essencialmente uma história de vida, que tem como objetivo captar e agregar o grupo, a sociedade, buscando encontrar a coletividade por meio do indivíduo. E isto porque, na maior parte das vezes,

(...) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado `tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais, que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.(...) O simples fato de lembrar o passado no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.(...) (Bosi, 1983:17)

Assim, o desafio proposto de contemplar, na pesquisa, pessoas comuns, pessoas esquecidas pela história oficial, implicou atentar para suas experiências. Essa bagagem inclui seus sonhos, desejos, emoções, valores e tradições, dimensões importantes na configuração de suas identidades e de seus mundos, apesar de ainda permanecerem vistas como de menor importância por muitos estudiosos da sociedade. Considerei as experiências no esforço de melhor compreensão dos mundos das proprietárias de agroindústrias, entendendo-as na acepção que lhes dá Scott, qual seja a de que

(...) não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque, vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento (...). (Scott, 1999:27)

Trata-se de perspectiva e de procedimento que me permitiram explorar os mundos dessas mulheres, atentando para representações e práticas constitutivas de seu cotidiano, conformadoras de suas identidades sociais e de gênero. Uma história, enfim, que prioriza um coletivo anônimo e aparentemente banal, “miudezas”, nos dizeres de Jim Sharp (1982:46), ignoradas pela historiografia tradicional, embora igualmente relevantes para a apreensão daquilo a que me propus compreender, pois permitem o reconhecimento de terrenos até então pouco explorados, como vida familiar, maternidade, sexualidade, sociabilidade, condutas, valores, costumes e tradições.

O tema foi desenvolvido a partir de dois eixos centrais, dois movimentos distintos, porém convergentes no sentido do empoderamento das mulheres trabalhadoras rurais, proprietárias de agroindústrias do Distrito Federal. Um deles, o que se inscreve nos movimentos sociais e feministas do período, cuja principal agenda política é o de acesso pleno à cidadania. O outro, o que concerne ao movimento em torno dos mundos das proprietárias de agroindústrias, do qual resulta configurá-las como espaços identitários e locais de poder.

Assim, na primeira parte – Os movimentos das trabalhadoras rurais – busco historiar as lutas políticas das mulheres, organizadas em diferentes movimentos, entre eles o das trabalhadoras rurais. Lutas políticas de um segmento da sociedade até há bem pouco tempo considerado minoria, apesar de numericamente representar cerca da metade de sua população. Não é, pois, por acaso que os movimentos que aglutinam as mulheres têm sido, sobretudo, espaços de luta pelo exercício do “direito a ter direitos”. Nesse sentido, são reveladoras as pautas de sua agenda política de defesa da igualdade de condições de trabalho e de salário; de denúncia às discriminações de gênero, raça, classe, escolaridade, religião, etc.; de reivindicação por representatividade política; de implantação de políticas públicas que contemplem igualmente suas necessidades e suas diferenças. O slogan “diferentes, mas não desiguais” é bem representativo de um dos momentos dessa luta.

Essa parte compõe-se de quatro capítulos. No capítulo 1 – Em torno de Brasília/DF – enfoco Brasília e as áreas rurais de seu entorno como instâncias que se interpenetram, que se inter cruzam. A referência a Brasília no mais amplo sentido, isto é, como espaço “polinucleado”, aglutinador de atividades e serviços diversos, entre

eles a agricultura familiar e a agroindústria, com atores sociais diversos, cujas possibilidades de diferentes formas de trabalho permite, às populações desse entorno, oportunidades de se viabilizarem econômica e socialmente.

No capítulo 2, intitulado – PROVE, espaço de empoderamento das mulheres –, procuro apreendê-lo como espaço de poder e sobretudo de empoderamento das trabalhadoras rurais. Isso porque percebi ser o Programa identificado por aquelas como instância mediadora entre trabalhadoras e o mundo do trabalho, e o Estado e a sociedade. Nessa identificação, a significação também como espaço resultante de suas lutas e de engendramento de práticas outras que ampliaram sua definição original, para se tornar condição de possibilidade, principalmente para as trabalhadoras rurais. Redirecionado por tais práticas, o PROVE acabou sendo identificado por elas como espaço de empoderamento, pois foi nele e por ele que se tornou possível efetivar o projeto pessoal de tornar-se proprietária de agroindústria.

No terceiro capítulo – Movimentos sociais e feministas: marcas de uma luta – busco dar visibilidade à crescente presença das mulheres no mundo do trabalho, seja rural ou urbano, suas lutas para serem identificadas como trabalhadoras economicamente ativas, pela igualdade de condições e de salários, pelo reconhecimento como cidadãs, com plenos “direitos a ter direitos”. Trata-se de presença e de luta que se inscrevem, em sua dimensão individual e coletiva, nos movimentos feministas que respondem por grandes transformações nas sociedades ocidentais modernas.

“Em torno da cidadania: trabalhadoras rurais em movimentos” é o título do quarto capítulo. Como o próprio nome sugere, trata-se de um esforço de análise do movimento das trabalhadoras rurais, cujo principal

desafio foi o de incorporar seus pontos de vista nos espaços dos sindicatos, da sociedade civil e do Estado. Há que se atentar para o fato de que o exercício de cidadania ainda se encontra, não obstante a igualdade assegurada em lei, tolhido por práticas cotidianas, construtoras de relações assimétricas de poder entre os sexos, ao mesmo tempo por elas construídas.

Os assuntos predominantes nas entrevistas constituíram os temas contemplados na segunda parte – Os mundos das proprietárias de agroindústrias - . Essa parte foi desenvolvida em cinco capítulos, onde considere as experiências, e as representações que as informam e são por elas informadas, configuradoras do universo das trabalhadoras das agroindústrias familiares, moradoras da periferia rural do DF. Nesse sentido, foram contempladas as estratégias engendradas – resistência, negociação e recusa – ante os dispositivos institucionais reguladores das relações dos mundos da cultura, do trabalho e da política, produtores e reprodutores de relações assimétricas entre os sexos no trabalho, bem como as significações que as entrevistadas conferiram às suas experiências.

Tais recortes foram selecionados porque reveladores, concomitantemente, tanto das singularidades como dos traços comuns, das marcas impressas em gestos e falas das entrevistadas, ao longo de suas histórias, de suas experiências. Marcas reveladoras de como os sujeitos são constituídos na experiência, seja pela presença constante em suas histórias de vida, como o trabalho, seja pela experiência ausente ou pouco vivenciada em suas histórias de vida, como a escolarização. Marcas como as do casamento e da família, experiências comuns, mediante as quais cada uma delas se institui como esposa, mãe, educadora dos filhos, administradora do lar; enfim, se identifica e se realiza como ser-mulher, como ser que vive

para os outros. A maternidade e a sexualidade, vistas também como marcas de uma presença e de uma ausência, o silenciamento de uma interdição. Nas referências comuns à maternidade como algo de maior valor em suas vidas, observa-se um sentido reiterador da definição de mulher como ser marcado pela tarefa divina de dar à luz os seres humanos e atrelado e delimitado por essa função. Comuns também as marcas de um silêncio construído em torno da sexualidade, não obstante tratar-se de dimensão constitutiva de suas experiências, de participar indubitavelmente e de forma central na construção das identidades pessoal e coletiva, mas interdita a elas pela ordem do discurso, porque, afinal, ninguém pode dizer qualquer coisa a qualquer momento para qualquer pessoa.

Assim, no primeiro capítulo, trato de sua constituição como proprietárias das agroindústrias, experiência em que elas são marcadas e também deixam suas marcas nesse espaço identitário e de poder. No segundo capítulo – As provedoras estão “no ar” do mercado – busco dar visibilidade à mudança operada quanto ao papel de provedora de seus lares, inversão significativa no sentido de desestabilizar representações consolidadas no imaginário social acerca das mulheres e do feminino. No terceiro capítulo – Uma experiência pouco vivenciada, a da escolarização – contemplo uma das dimensões – a da exclusão educacional – como um dos traços comuns nas histórias de vida das entrevistadas, reveladoras das convenções de classe e de gênero que presidem a história do atendimento escolar no Brasil. Casamento, família, maternidade e sexualidade são os temas tratados no quarto e quinto capítulos. Casamento e família estão intrinsecamente associados e são reveladores de representações cristalizadas no imaginário social sobre esses espaços como sendo ambos de domínio feminino e prescritos como seu destino natural.

Embora também associados, maternidade e sexualidade são experiências relatadas de forma diferenciada, isto é, uma afirmada como condição de possibilidade de existência, outra silenciada ou subsumida na referência a um sentimento geral e difuso de amor.

O esforço para construir um conhecimento histórico sobre as mulheres trabalhadoras rurais do Distrito Federal incluiu superar inúmeros desafios teóricos e metodológicos, entre eles o de buscar na abordagem interdisciplinar “categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres”. Não obstante as inúmeras discussões e problematizações realizadas, trata-se de conhecimento relativo sobre os mundos dessas mulheres, com aspectos ignorados, dimensões inabordadas ou subsumidas, sentidos não captados. Ciente da natureza lacunar desse conhecimento e, sobretudo, de meus limites, ressalto que não tive a pretensão de construir “a história”, mas “histórias de”. Construir, enfim, uma narrativa dos mundos das proprietárias de agroindústrias a partir do empírico selecionado, dos recursos teórico-metodológicos escolhidos e de um olhar, entre vários outros possíveis, marcado pelo meu presente, pela minha inserção cultural e social, pela minha própria subjetividade.

PARTE I

Os movimentos das trabalhadoras rurais

*“Na área previdenciária a mulher da roça sempre teve colocado em seus documentos “prendas do lar” ou “doméstica”. Mas ela nunca foi só do lar. È uma mulher da agricultura. Tem às vezes um papel muito maior dentro da produção que o próprio homem.”
(Iriwan Ferreira:1993)*

Capítulo 1 - Em-torno de Brasília - DF

“Brasília, pode ser compreendida como um contínuo de calibre múltiplo, abarcando não só a passagem de um mundo rural para um mundo urbano, de um mundo urbano consolidado e cosmopolita a um outro em fase de construção.”
(Nunes,2002:84)

Passadas quatro décadas, Brasília permanece como um forte pólo de atração de migrantes. No discurso mítico sobre Brasília, analisado em minha dissertação de mestrado, atentei para esta dimensão imaginária como uma das forças impulsionadoras das migrações. Assim, da força instauradora de práticas discursivas emerge um imaginário social ancorado em imagens galvanizadoras de sonhos: Brasília capital da esperança; Brasília, capital do futuro; Brasília, síntese da cultura nacional; Brasília, promessa de bem-aventurança espiritual e material; Brasília, vóo onírico e aventura criadora de um novo espaço-tempo. Imagens que compõem uma face da cartografia da cidade, a de pólo aglutinador que atrai para o Planalto Central milhares de brasileiros de todas as regiões, encantados ante a possibilidade de construção de um novo mundo, de uma sociedade mais justa, interpelados pelas virtualidades contidas em suas imagens investidas de promessas de futuro. Brasília-símbolo, Brasília-epopéia, Brasília-locus privilegiado de emergência do Paraíso Perdido. Brasília, espaço social de engendramento de uma Brasília-urbana e de uma Brasília-rural,

assentada em imagens que se contrapõem e se interpenetram, mas cuja direção é única, a de uma felicidade a ser ganha/conquistada.

O poder de sedução do projeto Brasília sobre as pessoas que se encontram em disponibilidade para migrar reside principalmente, mas não exclusivamente, na força instauradora dessas suas representações, dentre elas, a de participar da construção do país. Esta ainda permanece no imaginário social brasileiro, haja vista sua identificação como cidade da esperança, construção que opera como um forte pólo de atração de migrantes.

Bursztyn & Araújo (1997:236/239), estudando os migrantes que chegaram a Brasília após janeiro de 1995, assinalam que eles mantinham a imagem de Brasília como um lugar onde se poderia ganhar a vida, ou seja, uma construção que inscreve uma outra, a do projeto de migração, ao acenar com as promessas de oportunidades de emprego. O afluxo de migrantes não se deu, portanto, apenas pela busca de moradia, mas ainda, e especialmente, pela busca de sobrevivência, que inclui a expectativa de se conseguir um lote ou de se obter uma casa, sonho presente no imaginário de boa parte dos entrevistados.

Dados levantados pela CODEPLAN,¹ em 1997, já indicavam uma população total na ordem de 1.768.190 habitantes. Um expressivo contingente de pessoas, se levarmos em conta que sua população, à época da inauguração, compreendia apenas 127 mil habitantes. A própria previsão original, quando da concepção da capital, calculada em torno de 500 mil habitantes, projeção para seus primeiros quarenta anos de existência, é reveladora de um crescimento muito além do projetado. Observa-se, assim, que nesse curto período de tempo,

¹. *Anuários estatístico de Brasília*, CODEPLAN 1997, p.35

processa-se a configuração do Distrito Federal (DF)² tanto como um pólo de atração como de fixação de migrantes.

Tal vocação e a pronta resposta à sua efetivação evidenciam-se quando se atenta para os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003), e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2003), que traçam o perfil do Distrito Federal e, nele, a chamada Área Metropolitana de Brasília, como a região que mais cresce no país, com 2,77% de crescimento anual e uma população, em 2003, de 2.051.146 habitantes.³ Tal expansão é creditada, dentre outros fatores, ao fenômeno da migração, já que, atraídos por melhores perspectivas de emprego, saúde, educação e moradia, brasileiros e brasileiras, de todo o país, têm buscado o Distrito Federal para residir, pois vêm nele a melhor opção para viver e/ou sobreviver.

De fato, as incessantes migrações verificadas, se bem que muitas delas estimuladas pelas promessas e barganhas eleitoreiras, revelam que permanecem ainda com forte apelo aquelas imagens investidas de caráter mítico, que veiculam Brasília como um lugar de riqueza fácil, eldorado, paraíso, Canaã, terra prometida. Dessa forma, não é difícil entender a disposição do migrante que, interpelado pela imagem mítica de Brasília, vislumbra a perspectiva de mudança em

² De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 art.18, &1 e art. 25, o Distrito Federal é uma unidade da Federação. É um Estado e também um Município, daí a natureza singular. É a sede da Capital Federal, e Brasília é a Capital da República Federativa do Brasil e a sede do Governo do Distrito Federal. O Texto Constitucional fornece ao Distrito Federal as competências legislativas reservadas aos Municípios e aos Estados, elegendo o governador, o vice-governador e os deputados distritais e tem representação no Congresso Nacional, com acúmulo das competências legislativas estadual e municipal, previstas no artigo 25, da atual Constituição Federal. In Brasil. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988, Brasília, Senado Federal 292 p.

Paviani, considera que Brasília corresponde ao conjunto de núcleos urbanos compostos pelas cidades-satélites, pela área central, e o Plano Piloto, de Lúcio Costa. Enquanto o Distrito Federal é a área de 5.810Km², na qual se encontram essas áreas urbanas, assim como as áreas rurais. In Paviani (org). *Brasília: controvérsias ambientais*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2003, p.191.

³ Projeção da população do Distrito Federal (2001-2005), CODEPLAN/IBGE, Brasília 2003, p.28

sua vida, ao deslocar-se de seu local de origem em direção a uma terra da qual se ouvia e se ouve maravilhas, uma cidade que permanece povoando seu imaginário, de que todos serão incluídos, em iguais condições, em seu espaço social.

Todavia, vir para “Brasília” nem sempre significou, morar em Brasília, pois é cada vez maior o abismo que separa a Brasília/ real da Brasília/ do sonho. Cada vez mais se aprofunda a distância entre uma, representada como o lugar das possibilidades de sucesso e de efetivação de promessas, identificadas tanto nas ações como nos apelos de seu fundador, o presidente Juscelino Kubitschek, e a outra, lugar que não consegue acompanhar, em termos de serviços, moradia e segurança, as demandas de uma população que, com ou sem as referências de seu fundador, não cessa de chegar, dos migrantes que se instalam onde podem ou conseguem. Não se pode ignorar a permanência da atração especial exercida pelo discurso Brasília, essa poderosa imagem de “terra da promessa” a carrear fluxos de migração constantes.

Neste sentido, Brasília, hoje, não pode ser considerada apenas como o Plano Piloto de Lúcio Costa, como era nos anos cinquenta. Tampouco, não se reduz à este eixo piloto com seus núcleos periféricos dispersos, dos anos sessenta. Brasília é usada para significar o conjunto do "Plano Piloto" e de todas as cidades satélites, ou seja, ela é agora a metrópole que engloba áreas urbanas e rurais, ordenadas e organizadas em 19 (dezenove) Regiões Administrativas (RAS) Planaltina, Candangolandia, Núcleo-Bandeirante, Taguatinga, Ceilândia, Cruzeiro, Brazlândia, Brasília, Sobradinho, Gama, Guará, Samambaia, Paranoá, Santa Maria, Riacho Fundo, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul e Lago Norte, distribuídas espacialmente, conforme a seguinte representação cartográfica:



Fonte: CODEPLAN/DF

Em linhas gerais, verifica-se no intervalo que vai de 1960 a 1970, a criação de novas cidades-satélites no espaço do DF. No início, em maio de 1960, foi inaugurada Sobradinho e na segunda metade da década, em 1966, surgiram o Gama e o Guará, cuja inauguração oficial ocorreu em 21 de abril de 1969.⁴ Nessa década, a população apresentou elevadas taxas de crescimento ainda sob forte interferência das migrações. Assim, o processo de consolidação do Distrito Federal, vem se dando por um aumento no número das cidades-satélites⁵, que se processa de forma crescente e desordenada, o que termina por caracterizar uma rede urbana sub-regional, com claros indícios de uma futura metrópole. E isso porque engloba as cidades-satélites, seus

⁴ Distrito Federal. *População - Dinâmica e Distribuição Espacial* (1959/2000), p.19

⁵ Ver a este respeito: Aldo Paviani. *A Construção Injusta do Espaço Urbano* in: *A Conquista da Cidade*, Unb, Brasília, 1991 e Iracilda Pimentel Carvalho. *Imagens e representações no nascimento de novas cidades: Brasília(1958/1960), Samambaia(1989/1993)* in: Dissertação de Mestrado Unb, His, Brasília, 1993, p.138/147

núcleos urbanos e rurais, a área central, o Plano Piloto, daí ser, com razão, denominada por Paviani como “cidade polinucleada”. (Paviani 2003:31).

Nancy Magalhães, analisando o plano urbanístico oficial de Brasília, imaginado como emblema da modernidade, ressalta que esta cidade não deveria incluir traços rurais em sua construção e consolidação. Porém, no confronto com os poderes estabelecidos, grupos de excluídos dos espaços legais usam seus poderes e desordenam e subvertem, de certa forma, planos e projetos originais, ao forjar outras relações sociais, ao engendrar espaços outros, absolutamente não previstos. Segundo essa autora, o “lugar da capital recebe as marcas desses homens e mulheres e também neles deixa marcas”.(Magalhães,1999:1133)

Existe, pois, um mundo ainda pouco conhecido do Distrito Federal, que é o seu entorno, ou seu setor rural, não muito longe das retas e traçados racionais e harmoniosos do Plano Piloto, povoado por gente que veio de diferentes regiões do Brasil, e até mesmo de fora, como é o caso de alguns imigrantes vindos de Portugal. Gente que mora tão perto, mas, ao mesmo tempo, tão longe da Brasília-símbolo. Gente como Clara, Cosma, Iolanda, Helena, Salete, moradoras da zona rural e donas de agroindústrias, que aqui chegaram há mais de 20 anos, provenientes de Portugal, Paraíba, Minas Gerais e Ceará, também sonhando e acreditando em Brasília como a terra ideal para se viver.

Trata-se de um desconhecimento, sobretudo, no que concerne à participação das mulheres trabalhadoras rurais na produção doméstica de alimentos, aos seus processos de tomada de decisões, aos tipos de vidas engendradas, às ressignificações imprimidas às suas experiências. Assim, no presente estudo, mais do que o desafio de

incluir estas mulheres no discurso histórico, de revelar suas presenças como sujeitos históricos, como assinala Rago, trata-se, principalmente, de encontrar as categorias adequadas para conhecer seus mundos, para falar de suas práticas, de suas experiências, de suas histórias. (Rago,1998:95)

São mulheres que acordam com o galo cantando e dormem quando o sol se põe, que aqui também chegaram, encantadas ante a possibilidade de construção de uma nova vida, de uma sobrevivência mais digna, de uma sociedade melhor, projeto que parece ir se concretizando, haja vista que se tornaram proprietárias de agroindústrias. Como tais, elas vivenciam, em suas agroindústrias, um cotidiano vincado por uma tríplice jornada de trabalho, já que plantam, colhem, preparam os produtos, embalam, cuidam da distribuição e ainda da administração de suas casas. Ou seja, respondem pela produção e distribuição de produtos, bem como pelos trabalhos domésticos típicos de uma dona-de-casa.

Justamente pela sua condição de proprietárias de agroindústrias, na leitura dos mundos dessas mulheres, moradoras da “cidade polinucleada”, foi que desconsiderei o parâmetro de espaço rural em seu sentido restrito para abordá-las. Isso porque não o entendo como definido a partir de sua distinção com o urbano, que é estabelecida a partir das atividades exercidas. Igualmente não compartilho da distinção pautada na dicotomia tradicional rural/urbano, como também na relação cidade-campo, por considerá-las instâncias repetidoras, hierarquizadoras e reprodutoras de assimetrias. O rural não foi aqui percebido, portanto, como inferior ou complementar ao urbano, mas como um espaço, onde limites e potencialidades foram analisados e propostos a partir de seus próprios objetivos, de suas especificidades, marcadas por uma cultura onde coexistem um e outro.

Como bem ressalta Graziano da Silva (2000:4), é relativamente arbitrário introduzir um parâmetro de corte, relacionado à atividade exercida pelo indivíduo (se agrícola ou não-agrícola), para definir a situação de rural ou urbano do aglomerado onde residem essas pessoas. E isso se dá, segundo o autor, porque a distinção entre rural e urbano tem cada vez menos a ver com o tipo de atividade exercida pelos indivíduos que residem nesses espaços. Com efeito, o crescimento das atividades não-agrícolas, nas áreas ditas rurais, parece ser uma das tendências mais importantes dos anos 90, tanto nos países desenvolvidos, como é o caso dos EUA, como naqueles identificados como em processo de desenvolvimento, como os que integram a América Latina de modo geral e, no Brasil, em particular.(Idem,ibidem)

Segundo essa visão, não temos mais espaços específicos ou dicotomizados, ainda que persistam significativas diferenças entre o grau de acesso dos moradores de áreas urbanas e de áreas rurais às políticas de desenvolvimento. Se bem que grande parte das áreas rurais do Brasil permanecem desprovidas de infra-estrutura mínima em termos de serviços, estradas e energia, não se pode deixar de reconhecer, nelas, a existência de amalgamento cultural, onde rural e urbano se entrelaçam, estabelecem trocas e ressignificados. Assim, a busca de um local de moradia, com acesso à luz elétrica, água encanada, bens e serviços, condições consideradas essenciais para uma vida digna, e que nas décadas passadas pareciam ser necessidade exclusiva das zonas urbanas, atinge também o campo, ou como serviços efetivos, ou como uma de suas principais demandas e expectativas. Não é, pois, por acaso que, para Graziano,

(...)está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas o tema que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um contínuo do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.(...)
(Graziano, 2000:1)

Acrescente-se a isso, a expansão, no campo, de um conjunto de pequenos negócios intensivos, tais como floricultura, horticultura em estufas, agroindústrias, entre outras, como atividades que, na maioria das vezes, consolidam a renda familiar, ampliada graças à propriedade da terra, e não mais restrita à produção da terra. (Graziano, 2000:6)

Questionar a distinção entre o rural e o urbano inscreve-se nas críticas engendradas pela pós-modernidade em relação ao “moderno”, ou seja, da construção discursiva largamente veiculada acerca de uma suposta essencial diferença entre a cidade e o campo. Entre a vida febril, agitada e violenta, identificada com a do mundo moderno e urbano, e a possibilidade de poder desfrutar da tranquilidade e não/violência, identificadas com o “bucolismo” do campo, com suas árvores frutíferas em abundância, seus cavalos, vaquinhas soltas no pasto, riachos para nadar, imagens presentes no imaginário social no que se refere à relação cidade/campo, a partir de uma lógica binária que apreende o mundo por pares que se opõem.

Para Maffesoli (1987:23), o rural não pode se apresentar como uma criação da “fantasmagoria urbana”, em que as representações paradisíacas, o oásis maravilhoso, a vida bucólica, o retorno à natureza,

são criações urbanas, adquirindo sentido apenas em relação à cidade. Tampouco pode ser visto apenas como atrasado, retrógrado, local de doenças, trabalhos insanos, infelicidade, visão que, decorrente dessa mesma “fantasmagoria”, representa seu contraponto. Ou seja, não se pode colocar, a priori, a relação de dominação, de superioridade da zona urbana sobre a rural, pois, a relação cidade-campo tem que ser vista de forma recursiva, portanto, de interdependência.

Nancy Magalhães, em seu estudo sobre Memória Social de Brasília: modernidade e relações rurais e urbanas, observa que

(...) categorias e conceitos, imagens e associações, já consagrados persistem em boa parte das concepções de rural e urbano, como se fossem atemporais, e, de tal modo, que automaticamente são apresentados como os únicos possíveis, verdadeiros e totalizantes. Tratam-se, entre outros, de pontos de vista que desembocam em visões generalistas que, de algum modo, opõem o campo (o rural) e a cidade (o urbano) de modo excludente.(...)
(Magalhães,1999:1130)

De acordo com Nancy Magalhães (1999:1133), é a persistência de concepção atemporal de urbano e rural que responde pela representação desses espaços como os únicos possíveis, verdadeiros e totalizantes. Ignorando a historicidade de cada um, são percebidos sob a ótica generalizante da binariedade que os concebe como opostos entre si e com as hierarquias e exclusões correspondentes.

A visão por mim considerada quanto às áreas rurais do entorno de Brasília foi a que percebe essa cidade como espaço “polinucleado”, aglutinador de atividades e serviços diversos, dentre eles a agricultura

familiar e agroindústria, com atores sociais diversos, cujas possibilidades de diferentes formas de trabalho permite às populações desse entorno oportunidades de se viabilizarem econômica e socialmente.

Neste sentido, o rural, longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra, e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente, está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo; no caso específico, Brasília, capital do país. Esta, apesar de ter sido criada para ter uma destinação eminentemente urbana, de abrigar a sede do governo federal, acabou, porém, por incluir também um núcleo rural que, em razão de suas demandas, tem recebido por parte da administração pública a elaboração e execução de políticas de assentamentos e de desenvolvimento das regiões do entorno.

Quer por razões de abastecimento de sua população, quer pela estratégia de não dependência dos grandes centros urbanos, quer pelos propósitos políticos de identificar Brasília como “terra da promessa”, quer por razões de segurança, quer pelas pressões dos movimentos em prol de assentamentos rurais e preservação das comunidades, as áreas rurais da região do Distrito Federal foram objeto de planejamento com objetivo e características próprias: a posse da terra é exercida pelo governo do Distrito Federal, que é o agenciador de uma política de arrendamento. Definiu-se, assim, um sistema de abastecimento, composto por regiões agrícolas, unidades sócio-econômicas rurais, centros de abastecimento e mercados distribuidores. (GDF,Arquivo Público,1957:20)⁶

⁶ GDF,Arquivo Público. In. Projeto Memória Candanga, 1957. p.20.

De fato, em 27 de fevereiro de 1967, o então presidente Humberto Castelo Branco assinou o Decreto-lei nº 203⁷, que autorizava o governo do Distrito Federal a desapropriar terras de domínio particular, a fim de que as mesmas pudessem ser incorporadas ao patrimônio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital/NOVACAP. Estas passam a ser destinadas então, ao uso rural, de forma a atender aos interesses de abastecimento, defesa, autonomia, povoamento e desenvolvimento do Distrito Federal.

Tais orientações foram implementadas por uma política de arrendamento de terras, baseada em um sistema que, com sua complexidade funcional própria, caracteriza-se, dentre outros aspectos, pelo fato de as taxas pagas pelos beneficiários serem simbólicas, pois compreendem apenas cerca de 5% do máximo valor de referência da região, por hectare. Além disso, facultava-se ao governo do Distrito Federal o planejamento e a promoção de uma política agrícola mediante a vinculação dos arrendamentos que são feitos pelo prazo de quinze anos, renováveis e transferíveis aos herdeiros. (Plano Diretor /DF:1997)

Dessa forma, grande parte das terras urbanas e rurais de Brasília continua com seu uso sob o controle do governo na condição de terras públicas, cujas áreas são colocadas em uso, à medida que a demanda da população ou a expansão dos serviços públicos assim o exigirem. As áreas rurais ainda são arrendadas e não vendidas aos agricultores, para evitar mudanças de uso da terra e sua transformação em espaços urbanos. (Idem,Ibidem)

⁷ Art. 1º Fica A Prefeitura do Distrito Federal autorizada a promover as desapropriações judiciais ou amigáveis das terras do domínio particular, para efeito da incorporação ao patrimônio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil –NOVACAP -situadas no perímetro do Distrito Federal. In:Senado Federal, Subsecretaria de Informações, Brasília, 27/02/1967.

A Secretaria de Agricultura, por meio de seu Plano Diretor⁸, constitui o órgão governamental que responde pela regulamentação, incentivo, apoio e fiscalização dos setores de produção, abastecimento e comercialização de produtos agropecuários no Distrito Federal. Uma de suas iniciativas com vistas ao desenvolvimento rural e à sua democratização dos meios de produção e consumo nos sistemas agrícolas e de abastecimento foi a criação, implantação e implementação do Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal/PROVE.

Criado na década de 90 trata-se de plano que tem como objetivo apoiar a produção de pequenos produtores de base familiar, que, como são desprovidos de recursos para viabilizar a construção de uma agroindústria, de acesso a crédito bancário e de assistência técnica formal, produzem bens/artigos sem as características exigidas pelo mercado. Ou seja, é um programa direcionado para os agricultores e agricultoras “excluídos” do mercado formal, justamente porque, em suas trajetórias de vida, não tiveram apoio de políticas públicas voltadas para a melhoria de suas condições de produção, de acesso ao crédito bancário e de apoio técnico para a produção e comercialização dos produtos. O cunho social que o fundamenta é evidente, já que se busca a inclusão de pequenos produtores de base familiar na economia de mercado, com atenção, antes desconhecida, para as mulheres trabalhadoras rurais.

• ⁸ Plano Diretor é um dos instrumentos básicos utilizados pelo Poder Público local para se obter o melhor desempenho do espaço físico da cidade, com o objetivo de alcançar índices melhores de qualidade de vida da sociedade que nela vive e desenvolve suas atividades. O Plano Diretor define as áreas de proteção ambiental e histórica, delimita as regiões e os critérios para instalação de atividades econômicas ou para grandes obras. “Como capital da República, Brasília necessitava de um plano que norteasse seu crescimento, no intuito de dotá-la dos requisitos fundamentais que lhe permitissem orientar a sua ocupação territorial.” (GDF/Seplan/Peot/1977)

Tal inclusão é claro, não se deu por acaso. Ela resulta principalmente, mas não exclusivamente, da histórica luta dos trabalhadores rurais que, de forma mais ou menos organizada em suas entidades de classe /sindicatos, reivindicaram melhores condições de trabalho, de salário e de vida, e exigiram dos governos políticas públicas nessa direção. Nessa disputa, não se pode ignorar a presença de mulheres trabalhadoras rurais, igualmente portadoras de uma trajetória de lutas em torno de tais demandas, acrescida de outras, específicas às suas condições e necessidades de mulheres e trabalhadoras rurais. Isoladas, ou nas fileiras dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais/MTR, são mulheres que, a exemplo das integrantes da “Marcha das Margaridas”, lutam contra as discriminações e pelo direito de serem reconhecidas como cidadãs, ou seja de indivíduos com acesso “ao direito a ter direitos” (Arendt,1991:41)

Se, no que concerne à presença das mulheres, segundo a historiografia convencional, há um silêncio sobre sua participação no mutirão cívico para a construção de Brasília, já nesse estudo, procurei justamente, em outro momento e espaço, focalizar as trabalhadoras rurais, revelando-as como mulheres ativas e dinâmicas, conformando uma categoria que é predominante no trabalho e no gerenciamento das agroindústrias, haja vista que estão presentes em 90% do conjunto das agroindústrias do Prove/DF, no período de 1995/2002. (Prove,1995)

Assim, “des-cobri-las”, atentando para suas experiências, implicou o desafio de também dar visibilidade aos espaços ordenados dentro das agroindústrias por outras lógicas que não as puramente econômicas. Implicou atentar para as relações de gênero que presidem seu cotidiano, expressas na discriminação que atravessa as relações de trabalho, de produção e das sociabilidades familiares e comunitárias.

Significou algo mais que revelar sua presença numérica, por meio de estatística, porque busquei “des-cobrir” como são vistas e particularmente como se vêem, como se auto-representam a partir de seu lugar social. Ou seja, o esforço esteve centrado tanto em apreender como elas se dão a ler e também como fazem suas leituras de mundo, de forma a permitir perceber quem são, onde se encontram, o que fazem, como se localizam nos processos produtivos, quais conceitos/valores/tradições/imagens informam suas visões de mundo e conformam suas identidades sociais. Implicou, assim, desvendar como são representadas e auto-representadas, isto é, como são discursivamente construídas as identidades/subjetividade destas mulheres trabalhadoras. Implicou, ainda, “des-cobrir” algumas das imagens/representações que balizam as concepções de trabalho, casamento, maternidade e educação, que se encontram incorporadas e naturalizadas no imaginário social.

Incluiu, finalmente, atentar para as relações de poder que atravessam tais construções, bem como para suas experiências à frente das agroindústrias, como lugares de significação, ou seja, não apenas como lugar onde o poder é organizado e difundido, mas também de empoderamento das mulheres. Empoderamento, no sentido de um movimento de dentro para fora.

Como não poderia deixar de ser, buscar desvendar e explicitar alguns sentidos impregnados no tecido social, e inculcados nos particulares modos de perceber os mundos, significou igualmente deixar invisíveis, marginais e não problematizados outros tantos que lhes são implícitos. E isso porque permanece incontornável o desafio da apreensão plena das experiências dos atores sociais, “processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais” (De Lauretis, 1994:228). Afinal, como ressalta De Lauretis:

(...) A constelação ou configuração de efeitos de significados que denomina experiência se altera e é continuamente reformada, para cada sujeito, através de seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui – e, para as mulheres, de forma capital – as relações de gênero (...)
(Idem,ibidem)

Capítulo 2. PROVE: espaço de empoderamento das mulheres.

“Eu por exemplo, entrei no PROVE, de política eu não entendo nada não, mas a ideologia do PROVE ela vive dentro de mim, porque isso aí é o certo, tem que ajudar a quem não tem, se a mulher tivesse uma oportunidade dessa ela ia longe.”⁹

O Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal/PROVE, criado na gestão do governo Cristovam Buarque (1995-1998), visa incluir formalmente o/a pequeno/a produtor/a agrícola, de base familiar, e principalmente de baixa renda, no processo produtivo, através de sua inserção no mercado, e correspondente agregação de valor ao produto agrícola como elemento central na geração dessa renda. Nesse sentido, atua como mediador em sua inclusão formal no mercado, ao viabilizar a instalação, em cada propriedade, de uma unidade familiar de processamento artesanal de alimentos, usualmente denominada como “pequena agroindústria familiar”. (Programa de Verticalização, 1995: s/n).

É considerado pequeno/a produtor/a rural no DF aquele/a que explora a parcela de terra na condição de proprietário/a, posseiro/a, arrendatário/a ou ocupante e que atende, simultaneamente,

⁹ Depoimento D. Clara, idem, ibidem

ao requisito de utilização do trabalho direto e pessoal do produtor/a e de sua família, sem concurso de emprego permanente. Apenas ocasionalmente é permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, e isto se dá quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir. Trata-se, assim, de um tipo de pequena empresa agroindustrial, cuja estrutura apresenta as seguintes características: a)mão-de-obra exclusivamente familiar; b)família mantida predominantemente pela exploração agrícola; c)residência na unidade de produção e/ou sede da comunidade; d)renda anual bruta inferior a 60 salários mínimos.(Produtores Rurais do DF: Classificação e Parâmetros: 1995)

Agregar o valor aos produtos pressupõe, dentre outras exigências, a existência de agroindústrias familiares de pequeno porte, que obedecem às prescrições definidas pela legislação local. A agroindústria de Dona Cosma e as demais são exemplos típicos desta unidade de produção que foi criada segundo exigências legais e critérios do Prove.

Um dos critérios é o de que a agroindústria seja de 32 metros quadrados, construída próxima da residência, em torno de 10 metros de distância; outro, a de ser equipada com instalação elétrica e hidráulica e equipamentos básicos para algumas atividades de processamentos como: freezer, secadora, seladora, fornos, etc. (Programa Prove:1995) A unidade deve ser construída, portanto, para atender aos critérios de racionalidade e operacionalidade , presentes no modelo capitalista de produção, haja vista a necessidade de serem bem próximas das suas residências, o que facilita o acesso dessas mulheres à casa, local de moradia, e a agroindústria, local, onde a força do trabalho é reproduzida.




Agroindústria



Equipamentos Básicos

Para assegurar sua sustentabilidade, o programa conta ainda com o "Galpão do Produtor", que conta com cerca de 150 itens relativos a

insumos não-agrícolas requeridos para armazenagem e distribuição dos produtos, mais material para embalagem e produtos de limpeza. São artigos comprados no atacado e colocados à disposição dos/as agricultores/as em pequenas quantidades, além, do “caixeiro-viajante”, que é uma unidade volante de comercialização de insumos agrícolas. (Idem, Ibidem)

Com relação à comercialização dos produtos, o Programa funciona como articulador, ao estabelecer contatos com redes de supermercados que participam do processo como parceiros, possibilitando, assim, a comercialização na CEASA e nos quiosques dos produtores. O Programa criou a marca de fantasia  **PROVE** Produto de Produto, que pode constar nas etiquetas dos produtos, sendo que cada produtor/a pode criar sua própria marca, de forma a personalizar seus produtos, tais como:



A propósito dos preços dos produtos, considera-se que são competitivos, embora não sejam identificados como baratos. A intenção dos idealizadores do PROVE é a de explorar nichos do mercado regional com capacidade para absorver os produtos com

valor agregado dos custos de produção, capazes de pagar o valor incorporado nos produtos. Advertem, porém, que as planilhas de custos convencionais não são adequadas para formar preços nesses casos, pois resultariam na elevação indevida do preço final. (Idem, Ibidem)

No tocante ao financiamento dos investimentos necessários, o Programa conta com uma linha de financiamento especial do Banco de Brasília (BRB), em torno de um montante que vai de R\$ 4.000,00 a R\$ 16.000,00, acrescido de custeio de 30% deste recurso, com pagamento ao longo de três anos, um ano de carência e juros de 6% ao ano. (Idem, Ibidem) Como se vê, trata-se de iniciativa pensada para estimular a produção, e, em certo sentido, crucial para viabilizar a experiência das agroindústrias, em que são vários os entraves enfrentados pelos/as proprietários/as.

Um deles é o acesso ao crédito sob condições adequadas. Além da costumeira escassez de recursos para esse tipo de operação e do custo dos empréstimos, reconhecidamente alto em relação à condição econômica de inserção mercantil das/os pequenas/os agricultoras/es, há ainda três outros obstáculos quanto ao seu acesso ao crédito: o desinteresse dos agentes financeiros por operações de pequeno valor, as garantias requeridas pelos mesmos e a obtenção e custo da documentação necessária. Estes impedimentos são praticados inclusive no Banco de Brasília/BRB, não obstante sua posição de banco estatal, executor de programas de governo do DF.

As exigências de garantia de crédito geraram conflitos no interior da administração pública, entre os gestores do Programa e os do BRB, uma vez que esta instituição financeira está obrigada a submeter-se às regras de financiamento vigentes para todo o sistema financeiro do país. O impasse foi solucionado com a criação do Fundo

de Solidariedade/ Funsol, criado com recursos do Governo do Distrito Federal, com a finalidade de viabilizar os empréstimos, principalmente no que se refere às garantias exigidas para sua concessão. O Funsol tornou-se, assim, a instância que avalizava, junto ao BRB, empréstimos de até 1760 dólares, valor suficiente para a construção, em alvenaria, da pequena agroindústria, de 30 a 40 metros quadrados, inclusive com o sistema de água e esgoto. (Idem,ibidem)

Observa-se, assim, que a intervenção estatal direta em diversas instâncias do PROVE ainda constitui condição indispensável para que o/a produtor/a possa produzir com qualidade e condições de competição. Tal procedimento, criticado por alguns como uma política assistencialista, já de longa data rechaçada principalmente porque tolhe iniciativas e autonomia, é justificado pelos implementadores em razão da natureza social do Programa, tido como um fator dinamizador da economia local, por “induzir a demanda”, ao invés de “atender a demanda”.

A pesquisa revelou importantes iniciativas em âmbito local, centradas no enfrentamento de alguns desses obstáculos, em particular, as implementadas pelo então Secretário de Agricultura, João Luis Homem de Carvalho que, em entrevista concedida em 26/11/2003, comenta sobre a criação do Funsol:

(...)Os bancos, sejam eles privados ou estatais, dão um tratamento estritamente igual aos desiguais. Nossa luta para auxiliar a tomada de empréstimo, pelo pequeno produtor, foi reverter essa situação fazendo com que o agente financeiro reconhecesse que para os desiguais o tratamento tem que ser desigual. Foi feito então uma ação forte por parte das autoridades superiores, junto aos gerentes e às diretorias dos agentes financeiros, no intuito de mostrar a viabilidade

do programa e a vontade política para a implantação do PROVE. Com essa ação houve uma flexibilização na hora de se obter o empréstimo. A burocracia diminuiu. Sentimos melhorar a partir do momento que foi utilizado o Funsol – Fundo de Solidariedade – (...)¹⁰

Também como forma de enfrentar os referidos entraves, uma das ações do Programa consistiu em estimular a formação de cooperativas, bem como de associações. No caso das agroindústrias do PROVE, os/as produtores/as estão organizados/as em uma associação – ASPROVE- DF, fundada em 1996, cujos objetivos são:

- Auxiliar os produtores do PROVE-DF na comercialização de seus produtos.
- Orientar a contabilidade das agroindústrias.
- Promover a compra coletiva de matéria-prima e embalagem.
- Auxiliar na administração das agroindústrias.
- Representar e defender os interesses e as idéias dos associados. (Idem:ibidem)

Enfim, uma política de estímulo ao trabalho solidário e coletivo, com ações pontuais de apoio técnico, administrativo e de representação da categoria.

Na ASPROVE pude perceber algumas práticas associativas específicas, informadas por convenções de gênero, como aquelas relativas às funções exercidas pelas mulheres, às quais conferiu-se menor importância que as exercidas pelos homens. Conforme pude observar nas Atas e no Estatuto da Associação, apesar de as mulheres

¹⁰ Entrevista concedida a essa pesquisadora no dia 26/11/2003

estarem, em sua maioria, sempre presentes nas reuniões, engrossando as agendas do movimento, defendendo as pautas de reivindicações, assumindo, enfim, uma postura consciente e comprometida, já que explicitavam, com segurança e conhecimento de causa, os seus pontos de vista, as relações nessa Associação, encontram-se, porém, ainda sexualmente hierarquizadas.

Tal assimetria expressa-se, por exemplo, no Estatuto da Associação, de 1996, que, não obstante assinalar uma mudança de postura quanto às relações entre os sexos, ao afirmar, em seu artigo 3º, que “não fará distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social”, além de acrescentar o artigo feminino quando se refere à associada, permanece, porém, reservando aos homens os cargos e atribuições mais importantes da entidade. Esta permanência do sexismo na definição das posições de maior ou menor importância revela uma cultura generizada presente na estrutura organizacional da Associação, como se pode depreender de vários outros artigos do referido Estatuto:

Artigo 23º Compete ao presidente: Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias; autorizar despesas; despachar e assinar juntamente com o titular da tesouraria cheque ou documento que envolva responsabilidade financeira; propor e manter intercâmbios e convênios com instituições de cooperação técnica e financeira; apresentar à Assembléia Geral ordinária a contratação de empréstimos e de outras obrigações pecuniárias; distribuir tarefas aos demais membros da Diretoria..

Artigo 24º Compete ao vice-presidente: substituir o presidente em sua falta ou impedimento; exercer outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno.

Artigo 25º Compete ao tesoureiro: ter sob tutela os valores da Associação; despachar e assinar juntamente com o presidente cheques bancários e autorização de despesas; receber subvenções e doações; arrecadar contribuições; emitir recibos e dar quitação; conferir ou impugnar contas e cálculos da Associação e a ela relativos; zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias previdenciárias e outras devidas ou de responsabilidade da Associação.

Artigo 26º Compete ao secretário: encarregar-se dos serviços de documentação e informação, mantendo atualizados as correspondências e o arquivo da Associação; lavrar as atas das Assembléias gerais; manter o livro de Registro do Patrimônio da Associação; nele lançando aquisições, doações, alienações e baixas; atualizar o registro dos membros. Exercer outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno.

Significativamente, os cargos de primeira e segunda secretárias, considerados menos importantes, foram ocupados no período de 1996-2002, por mulheres: - Maria Clara Teixeira Delgado e Lindinalva Francisca Silva de Melo -, enquanto os de gestão - presidente, vice-presidente e tesoureiro - foram exercidos por homens: Silvio Pereira Pitangui, Earle Bastos Matos e Jesus Divino Barbosa, respectivamente. Como se vê, a Associação, constituída por trabalhadores e trabalhadoras, reproduz uma divisão de trabalho informada pela divisão de gênero, prática recorrente nos dias atuais na maioria das empresas ou associações.

A Asprove é, pois, um espaço pleno de pedagogia, no sentido de que é um lugar onde o poder é organizado e difundido. Suas práticas ensinam aos indivíduos modos de proceder, daí associar o trabalho das mulheres como de “auxiliar/secretária” do trabalho dos homens. Elas têm sido lembradas para cargos que tradicionalmente se

convencionou serem mais “apropriados” à sua “natureza”, como, por exemplo, o de secretárias, o que acaba reproduzindo a divisão sexual e de gênero na organização do trabalho.

Assim, as denúncias de discriminação sexual e de gênero, presentes nos movimentos feministas, no espaço da Asprove permanecem à margem de sua pauta de reivindicações e lutas, pois nele continuam sendo priorizadas outras questões, como as referentes a embalagens, matéria-prima, comercialização, distribuição, estoques, legalização das agroindústrias, atendimento contábil etc.

Tal prioridade está em plena sintonia com as hierarquizações de gênero estabelecidas, que se estendem dos cargos/funções às questões relativas ao cotidiano da entidade em suas respostas às demandas dos(as) associados(as). Não há, pois, como não reconhecer, à primeira vista, a Associação como um espaço paradoxal porque, por um lado, agrega todos os que lutam por melhores condições de vida, de trabalho, de reconhecimento como cidadãos(ãs), independentemente de seu sexo, enquanto, por outro, reproduz a divisão sexual do trabalho, ao hierarquizar as funções conforme o gênero, atribuindo as funções de menor importância às mulheres.

Todavia, atentando-se com mais vagar, os conflitos inerentes às relações de poder que presidem a divisão binária do mundo se mostram pulsantes naquele espaço. Se há uma luta comum por melhores condições de vida/trabalho/salários, uma vez que agrega demandas das trabalhadoras e trabalhadores, ocorre também uma luta entre estes, já que as trabalhadoras pleiteiam igualdade de tratamento na ocupação dos cargos da Associação, recusam o papel de auxiliares, querem compartilhar do poder.

E isso se dá porque as práticas da Associação estão ainda presididas por um imaginário social onde o sexo masculino representa

o todo, o universal, transcendente e produtivo, enquanto o feminino é visto como parte, menor, alteridade, especificidade, imanência e reprodução. Este é um dos ângulos pelos quais se manifestam as concepções de mundo binário que reduzem o todo a duas partes distintas e facilmente discerníveis. Este é um reducionismo contra a qual se colocam as teorias feministas e as mulheres trabalhadoras, rurais e urbanas, que em seu cotidiano vivenciam o ônus dessa partilha.

Com efeito, no Brasil, apesar das mudanças introduzidas nas relações de produção no campo, dentre elas, o impacto da modernização da agricultura sobre a mão de obra feminina, a proletarização da família rural, a intensificação da presença das mulheres na produção de alimentos, o trabalho feminino, permanece, todavia, no plano simbólico, ainda, representado como “ajuda”. Tal construção é reveladora das convenções de gênero que a informam, pois só é entendida como atividade remunerada e socialmente valorizada quando identificada com a presença e ação masculinas, quando é de sua responsabilidade, de sua obrigação. A idéia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho na agricultura familiar ainda persiste, não obstante práticas concretas que evidenciam a igual capacidade para o desempenho das mesmas tarefas, independente do sexo. Como afirma Zuleica Lopes de Oliveira, (In:Leal,Rita,2004:84) “a mulher não chega ao mercado de trabalho como trabalhadora, mas como mulher trabalhadora”.

Interessante destacar que o PROVE é um Programa cuja maior singularidade reside no fato de que grande parte de seus integrantes é constituída por mulheres produtoras rurais e que, além disso, estão localizadas em áreas bem próximas de um mercado consumidor de grande dimensão e com elevado nível médio de renda, que é o

Distrito Federal. De fato, como os núcleos rurais estão localizados nas periferias das cidades-satélites, suas agroindústrias encontram-se espalhadas pelo entorno de Brasília, nas regiões de Sobradinho, Planaltina, Taquara, São José, Jardim, Paranoá, Nova Betânia, Gama, Taguatinga, Ceilândia, Alexandre Gusmão, e Brazlândia.

Quanto à presença das mulheres produtoras rurais, verifica-se que, das 112 agroindústrias identificadas, 90% delas estão sob seu gerenciamento. Desse universo, selecionei, para a realização da pesquisa, cinco agroindústrias, situadas nas regiões de Planaltina, Taquara e Ceilândia, como amostra representativa de agroindústrias familiares de produção, gerenciadas por mulheres, em funcionamento no entorno do Distrito Federal.

Cumprе ressaltar que, no âmbito deste trabalho, como não tive a pretensão de proceder à análise de todo o conjunto, muito menos de usar a amostragem para generalizar sobre o universo das agroindústrias. Ao contrário, priorizei na pesquisa uma abordagem qualitativa, donde a ênfase dada às entrevistas, às histórias de vida, pois o meu propósito foi justamente o de proceder a uma leitura das experiências constitutivas dos sujeitos/atores entrevistados, no entendimento de que elas têm sua própria historicidade, ainda que atravessadas por alguns traços comuns e inscritas nas estruturas mais gerais a que as formações sociais estão enredadas.

De acordo com Mirian Goldenberg (1997), a maior parte dos pesquisadores em Ciências Sociais admite, atualmente, que não há uma única técnica, um único meio válido de coletar os dados em todas as pesquisas. A escolha por trabalhar com dados estatísticos ou com um único grupo ou indivíduo, ou com ambos, depende das questões levantadas e dos problemas que se quer responder. Nesse sentido, o pesquisador

(...) qualitativo buscará casos exemplares que possam ser reveladores da cultura em que estão inseridos. O número de pessoas é menos importante do que a teimosia em enxergar a questão sob várias perspectivas. (...) (Goldenberg,1997:50)

Quanto ao método, retorno à questão formulada por Cristina Bruschini (1992:292), acerca da existência de um método feminista ou não-sexista de pesquisa. Para ela, o que distingue uma abordagem feminista é o exame crítico das relações sociais, tendo-se em vista a existência de um recorte de gênero, que também define desigualdades sociais. Esta perspectiva poderá estar presente não só em qualquer método, mas também na análise de qualquer tema, propiciando uma apreensão mais aprofundada do objeto de estudo.

Assim, sob tais indicações, priorizei para análise, cinco agroindústrias - Portominas, Sici, Vovó Helena, Ramiro e Da Horta - . Tal escolha se deu, fundamentalmente, por serem unidades de produção formadas por mão-de-obra predominantemente feminina e familiar, bem como pelo fato de existirem agroindústrias gerenciadas por mulheres, mas cujo trabalho não é realizado apenas pela família, envolve, também, a contratação de mão-de-obra sazonal e não familiar.

A utilização, neste trabalho, das fotos que eu mesma produzi, - de Dona Clara, Dona Cosma, Dona Helena, Dona Iolanda e Salete, - não se deu no sentido apenas ilustrativo ou de “simples indução estética em reforço ao texto, ambientando afetivamente aquilo que de fato contaria” (Ulpiano,2003:21). Ela se deu na perspectiva de apresentá-las como sujeitos dessa história que eu construí sobre as

mesmas, assim como o ato de fotografá-las, entendido com o apropriar-se da coisa fotografada.

De acordo com Sontag (2004:14), o que está escrito sobre uma pessoa ou um fato é, declaradamente, uma interpretação, do mesmo modo que as manifestações visuais. Assim, imagens fotografadas, não parecem manifestações a respeito do mundo, mas, sim, experiência capturada.

Como o esquecimento, segundo Moreira Leite (2001:44), impossibilita a ligação ao momento presente, as fotos inseridas nesse trabalho representam a “experiência capturada”. Representam a lembrança de sentimentos e percepção que vem oxigená-la e lhe dar novas significações, haja vista a emoção amorosa e orgulhosa nelas retratadas, expressão do resultado do esforço próprio, da atuação decisiva em todas as etapas da agroindústria, dimensão, essa, esquecida pela história até há bem pouco tempo.

Com a renovação historiográfica ocorrida a partir do alargamento teórico e temático, do uso e conceito de fontes, o documento oficial, escrito, ainda que mantendo sua importância foi, porém, perdendo seu estatuto de “prova documental” e a correspondente prepotência ante os demais tipos de registro sobre o passado, que hoje se desdobram muito além da suposta objetividade da palavra escrita. É uma ampliação que não se dá sem tensões, pois como bem lembra Marc Ferro, depois do momento de desprezo em relação às fontes não tradicionais, vem o da suspeita, do temor, pois “a idéia de que um gesto poderia ser uma frase, ou o olhar um longo discurso é completamente insuportável”. (Ferro,1992:82)

Para Benjamim (1987:37) só a fotografia revela esse inconsciente ótico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional. Assim, mesmo que sob “suspeita”, estas fotos, sobretudo porque entendidas

como linguagens, como artefatos construtores e ao mesmo tempo, também construídos por diversos sentidos contidos no imaginário, funcionam, portanto, em meu entendimento, como fonte de conhecimento dos mundos das mulheres aqui descritas, “capturadas”:

Clara Teixeira Delgado, de 51 anos, natural da cidade do Porto, Portugal, separada, duas filhas, dois netos, veio para Brasília em 1979, proprietária da agroindústria Portominas, localizada na Df 130, Km 25, Etapa 1, Chácara 37, Planaltina-DF, onde produz biscoitos de polvilho macrobióticos e “petas” de vários sabores.



Dona Clara

Cosma Celina Pereira Pitangui, de 61 anos, natural de João Pessoa, Paraíba, casada, dois filhos, um neto, veio para Brasília em 1968, proprietária da agroindústria Sici, localizada na BR 130, KM 02, Etapa 04, Fazenda Mestre D’armas, Planaltina DF, onde produz

bolos de laranja, banana, cenoura, pão integral, pão caseiro, pão de milho, biscoitos de queijo, integral, de coco, de nata, etc.



Dona Cosma

Helena Martins Calazans, de 64 anos (Vovó Helena), natural de Paracatu, Minas Gerais, viúva, com cinco filhos, seis netos, veio para Brasília em 1960, proprietária da agroindústria Vovó Helena Produtos Caseiros, localizada na Chácara Calazans, 107, área rural do setor P. Norte Ceilândia –DF, onde produz geléia de romã, doce de morango, doce de abóbora com coco, mamão, doce de banana em calda, doce de laranja, etc.



Dona Helena

Yolanda Ramiro Mamão, de 70 anos, natural de Canjuri, Minas Gerais, viúva, 13 filhos, já com quatro bisnetos, veio para Brasília, em 1972, proprietária da agroindústria Produtos Ramiro, localizada na DF 131, Chácara 1, Núcleo Rural Monjolo, Planaltina-DF, onde produz temperos de açafrão, colorau, pimenta calabresa, pimenta do reino, cominho e hortaliças diversas: alface, couve-flor, brócolis, couve, maxixe, quiabo, beterraba, cenoura, etc.



Dona Iolanda

Maria Salete de Sousa Gomes, de 34 anos, natural de Ubajara, Ceará, casada, dois filhos, veio para Brasília em 1989, proprietária da agroindústria Da Horta, localizada na Chácara Irmãos Coragem 16, setor Rural P. Norte Ceilândia – DF, onde produz todo tipo de hortaliças, tais como couve, cenoura, repolho, tomate, tomate cereja, abóbora, etc, que são picadas e embaladas para comercialização; produz também frutas desidratadas e tomates secos.



Salete

Clara, Cosma, Helena, Iolanda e Maria Salete, mulheres trabalhadoras rurais, integrantes do PROVE e também da Associação que o representa - ASPROVE/ Associação dos Produtores do Prove do Distrito Federal -, são retratos vivos de alguns sonhos realizados, muitos combates travados, algumas vitórias alcançadas. Suas possibilidades foram, sem dúvida, ampliadas com a criação desse espaço de realização que não está dissociado do PROVE. Trata-se de iniciativa que, embora não explicita em seus estatutos um direcionamento claro quanto a políticas públicas de gênero, acabou atendendo às demandas das mulheres, pequenas produtoras rurais, ao apoiar a indústria caseira para fins de comercialização.

Pães, bolos, biscoitos, picles, iogurtes, polpa de frutas, compotas de frutas, doce de leite, doce cristalizado, salgados, panificados, embutidos, defumados, ovos e frangos caipiras, compreendem os

principais produtos das agroindústrias do Prove. Como se pode perceber, trata-se de produtos cuja fabricação encontra-se associada a uma estrutura familiar de produção caseira e, como tal, deveria incluir, explicitamente, a participação das mulheres no Programa, já que sua contribuição nesse tipo de produção é inequívoca. Todavia, não é o que ocorria, pois trata-se de situação e condição que não tinham a correspondente visibilidade no que concerne à formalização dos envolvidos no Programa.

No meio rural, um dos indicadores dessa invisibilidade é o elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração, o que revela a permanência de uma construção generizada de que o trabalho feminino é sempre uma extensão de seus papéis de mãe/esposa/dona-de-casa, administradora do lar e educadora dos filhos. Tal representação opera como uma grade pois, ao subsumir outras de suas dimensões ocupacionais naquelas, aprisiona-as nos papéis tradicionais e mantém, convenientemente, seu alijamento como trabalhadora economicamente ativa.

Esta invisibilidade é reveladora de relações familiares e de trabalho informadas por convenções de gênero, esse construto social que “estabelece significados para as diferenças corporais” (Scott,1992:82), ao conferir, a partir de uma lógica binária, maior importância ao trabalho rural realizado pelos homens, daí ser identificado como objeto de remunerado, e desclassificar as mulheres trabalhadoras rurais como não remuneradas, não obstante tratar-se das mesmas atividades.

No caso da análise dos mundos das trabalhadoras rurais, o uso da categoria gênero foi útil porque me permitiu perceber como “naturais”, construções fundamentadas no determinismo biológico, legitimadoras das desigualdades entre os sexos. Isto é, foi a

perspectiva que me possibilitou perceber o caráter construído e construtor de gênero, tendo-se em vista que o feminino, assim como o masculino, não são constituídos, nem propriamente, nem necessariamente, pelas características sexuais, e sim pela “forma como essas características são representadas ou valorizadas em uma dada sociedade e em um dado momento histórico”. (Louro,1997:21)

Como se pode ver, a pesquisa revelou a presença de mulheres trabalhadoras rurais no PROVE, mulheres fortes e ativas que estão na gerência das agroindústrias e são responsáveis pelo trabalho, produção e distribuição dos produtos. Os depoimentos coletados apontam para perfis outros que os disseminados no senso comum, trajetórias de vida em que elas foram autoras de seus projetos, das mudanças em suas relações com outros/as, consigo próprias e com a vida. Mudanças de posturas relacionadas às suas vivências, nos âmbitos da família, da comunidade e do mundo do trabalho, como a conscientização acerca dos problemas produtivos, econômicos e tecnológicos, a busca de autonomia financeira e profissional em relação ao marido e uma maior desenvoltura nas relações interpessoais. Significativa, nesse sentido, a fala de Dona Clara:

(...) hoje com todos os meus problemas estou melhor do que antes, é os problemas que fazem crescer, a luta diária do dia-a-dia, eu gostava muito do meu marido mas se eu pudesse ficar como hoje, mesmo com todos os problemas não penso em parar acho que faz parte, se o mundo está com problemas não sou eu que não vou estar.(...)¹¹

¹¹ Depoimento D. Clara, concedido a essa pesquisadora no dia 23/02/2002

Também foi possível perceber que o apoio da família representou um fator importante e comum a todas para que pudessem exercer, com relativo sucesso e tranquilidade, suas funções produtivas. Em alguns casos, a falta de apoio da família -marido, filhos- colocou em risco a própria implantação e continuidade do negócio, o que revela os traços de continuidade com uma tradição patriarcal e familiar. Como depõe dona Cosma:

*(...) meu bem foi contra e não aceitou, ia separando de mim por causa dessas coisas. Porque meu bem é assim, tudo dele tem que ser tudo correto, ele tinha muito medo de que eu não desse conta do recado, olha banco é um negócio sério(...)*¹²

Se, em sua proposta inicial, o PROVE não atentou para uma política de gênero, entretanto, a inclusão de tal recorte tornou-se incontornável, já que as mulheres, graças ao seu trabalho, às suas experiências como trabalhadoras rurais, foram incorporadas naquele e foram social e institucionalmente reconhecidas como tais, ainda que sob pressões, tensões, surpresas e conflitos.

Assim, não se pode negar a ocorrência de algumas rupturas com as representações convencionais das mulheres e de seus papéis e atribuições. Estas se revelam nos depoimentos das mulheres entrevistadas, quando falaram sobre suas próprias experiências, sobre as relações estabelecidas com seus pares, no interior da própria comunidade mas também no âmbito governamental, onde o traço

¹² Depoimento D.Cosma, concedido a essa pesquisadora no dia 19/06/2003

comum com que se definem não é mais o da dependência e passividade - construções recorrentes nas representações da mulher e do feminino do imaginário social - mas o de ação, autonomia e persistência. Nas próprias palavras de Dona Helena:

*(...) Eu sempre falo com o pessoal né, que a gente tem que ser independente de governo e de tudo a gente tem que trabalhar e não deixar a peteca cair de jeito nenhum, entra governo sai governo, não tem jeito né (...)*¹³

O fato dessas mulheres, donas-de-casa, trabalhadoras rurais, terem a habilidade, antes insuspeitada e/ou negada, para administrar seus próprios negócios, para entender a relação custo/benefício no processo de produção, para manter seus registros contábeis, para planejar seu futuro, sinaliza para uma desestabilização nas relações entre os sexos, fundada em uma partilha cultural que até então as excluía do espaço político do mundo do trabalho. Sinaliza para mudanças ocorridas nas relações de gênero, ao lado de algumas significativas permanências, sobretudo no que tange aos significados ainda conferidos no cotidiano dessas mulheres, à família, ao casamento e à maternidade.

Cotidiano, entendido na acepção mais ampla, no sentido de que não se restringe à rotina, à permanência, mas como dimensão complexa e ampla da vida social e, como tal, espaço onde se processam os movimentos de mudança, de sobrevivência, de trocas, de engendramento de um sentimento de pertencimento à comunidade.

¹³ Depoimento D. Helena concedido a essa pesquisadora no dia 23/07/2003

Mafessoli estuda a organicidade do social, entendendo-a como integração de múltiplos elementos que o compõem e que se manifesta no cotidiano, lugar privilegiado de análise do social. Esta integração e comunicação, segundo o referido autor, são operadas mediante o ritual cotidiano que possibilita as trocas afetivas, processadas desde o

(...) bom-dia banal às discussões acadêmicas mais elaboradas, das frases anódinas que pontuam nossas ações de todos os dias às trocas afetivas que constituem a qualidade da existência, o ritual teatral opera permitindo a comunicação, a troca, isto é, permitindo o ser social se misturar num conjunto fragmentado, o grotesco, a tragicomédia ou mesmo o patético e o épico.(...)
(Mafessoli,1984:134/137)

Esta perspectiva do cotidiano como lugar privilegiado para a análise do social abriu possibilidades para a recuperação das experiências dessas mulheres rurais, pois é nessa dimensão que são engendrados seus espaços informais de luta, de negociações e de resistência. São lutas presentes no dia-a-dia, na comunidade, no trabalho e na associação, enfim, em suas “pequenas realidades cotidianas”, pois é aí e daí que se inventam e se reinventam como seres sociais, nessa experiência de construção de suas respectivas histórias.

Experiência, nesta ótica, deixa de ser vista como produto pronto, acabado, inerte para ser percebida como depositária de forças e energias, motivadoras da ação, do fazer político dos indivíduos. Experiência, como conceito revisto e ressemantizado nos anos 80, como “história do sujeito”. Assim como foi percebida nos estudos de

E.P. Thompson, que ressaltou, além da dimensão dos conflitos de classe, também a dos valores, tradições e sentimentos na constituição das identidades dos sujeitos históricos, em sua dimensão individual e coletiva. (Thompson, 1982:189). Segundo esse historiador,

(...) As pessoas experimentam suas experiências não só com idéias, também com sentimentos. Lidam com este sentimento na cultura, como norma, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidades com valores ou arte, ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura pode ser descrita como consciência afetiva e moral.(...) (Idem,ibidem)

Experiência, também, entendida na acepção que lhe dá Scott, como aquilo que buscamos explicar, aquilo em torno do qual os sujeitos são constituídos, pois, para a autora, não “são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência”. (Scott, 1999:27) Experiência, expressa na fala de Dona Helena, ao relatar sua constituição como sujeito e conhecedora da arte do saber-fazer doce:

(...) mas toda vida eu sei fazer doce, eu fui criada na fazenda e vi fazer muito doce, é minha experiência) porque eles viviam dizendo que tacho de cobre dava problema, não sei o quê, eu digo alumínio que eu sei que dá. Alumínio e umas tal de pá de plástico que eles tava fazendo o povo usar, aí eu provei prá eles como eles tavam errados nas história toda aí agora quase todo mundo usa tacho de cobre né e pá de pau porque cé já viu plástico aguentar fogo? Eu nunca vi. Eu comprei uma e usei ela aí só prá mostrá né e levei lá

*prá todo mundo vê provei prá eles lá como ela acaba dentro do tacho, eu falei aonde que vai plástico? aonde, me diga, aonde? Não é? Porque a madeira não acaba dentro do tacho e essas concha de alumínio também acaba dentro do tacho sabia? (...)*¹⁴

No caso das trabalhadoras rurais, proprietárias das agroindústrias, observa-se um cotidiano presidido por algumas práticas que desnaturalizam construção das divisões das esferas, baseadas no sexo/gênero. E isso ocorre porque, ao se ter mulheres à frente de seus negócios, sustentando suas famílias, exercendo o papel de provedoras de seus lares, instaura-se o engendramento de outras relações, múltiplas e diferenciadas que desestabilizam o binarismo. Subvertem esse construto fundado na ótica binária, segundo o qual caberia aos homens o espaço público, o mundo do trabalho, já que é sua função garantir os proventos para sustentar a família, enquanto, às mulheres, caberia o espaço privado da casa, ou seja, a esfera doméstica, já que elas seriam, pela sua “natureza”, gestoras de seus lares.

Trata-se de prática que questiona e subverte a partilha cultural estabelecida pelas relações de sexo/gênero, ao definir o espaço público como o da cultura, identificado com o mundo dos negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelos homens e para os homens, e o privado, como esfera que se encontra em posição inferior àquela, já que associada ao individual, à intimidade e à casa. (Arendt, 1991:40)

Algumas das práticas das mulheres das agroindústrias vêm justamente se contrapor à construção da divisão das esferas e da natureza apolítica do privado. Esta minha leitura pauta-se no

¹⁴ Depoimento D. Helena, idem, ibidem

entendimento de que o pessoal é político, e que, conforme reflete de De Lauretis, não é possível pensar a partir da existência de duas esferas da realidade social: a esfera privada ou doméstica, da família, sexualidade, afetividade, e a esfera pública do trabalho e da produtividade. Em vez disso, entendo que se deve pensá-las sob uma perspectiva que percebe o social a partir de vários conjuntos inter-relacionados de relações sociais – relações de trabalho, classe, raça e sexo/gênero ¹⁵-, onde homens e mulheres se posicionam diferentemente, e o “lugar da mulher” e a posição atribuída à mulher pelo nosso sistema sexo/gênero é posição dentro da existência social em geral, e não é uma esfera separada. Sintonizada, portanto, com as reflexões daquela autora, segundo as quais,

(...) em qualquer das formas históricas tomadas pela sociedade patriarcal (feudal, capitalista, socialista etc.), um sistema de sexo –gênero e um sistema de relações produtivas operam simultaneamente, para reproduzir as estruturas sócioeconômicas e o domínio masculino da ordem social dominante. Dentro dessa dupla perspectiva, portanto, é possível perceber claramente como opera a ideologia do gênero: o “lugar da mulher” e, a posição atribuída à mulher por nosso sistema sexo-gênero, que não é uma esfera ou um território separado, e sim uma posição dentro da existência social em geral.(...) (Lauretis,1994:216)

¹⁵ De acordo com De Lauretis (1994:212) sexo - gênero seria um aparelho semiótico, um construto sócio cultural e um sistema de representações que designa (identidades, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Sobre o assunto ver: Butler, Judith Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, RJ, Civilização Brasileira, 2003; Haraway, Donna, Ciência, Cyborgs y Mujeres. La invención de la naturaleza, Valencia, Ediciones cátedra, 1991; De Lauretis, Tereza Alice Doesn't : feminis, semiotics, cinema, S/R, Indiana University, 1982.

A partir dessa dupla perspectiva - sistema de sexo/gênero e de relações produtivas - foi possível perceber como opera a ideologia do gênero na posição atribuída às mulheres trabalhadoras rurais, definidora de uma esfera separada de seu lugar como esposas, mães, donas-de-casa, responsáveis pela gestão da economia doméstica, pela reprodução da espécie e pela transmissão da cultura. Mas, ao serem também empresárias, proprietárias de agroindústrias, responsáveis pelo financiamento, produção e comercialização dos produtos, entendo que estariam subvertendo essa posição atribuída pelo sistema sexo/gênero e revelando sua posição ampliada “dentro da existência social em geral”, já que assumem a posição de provedoras da família, um dos pilares da ordem patriarcal onde o domínio masculino se respalda.

Além dessa perspectiva, também atentei, na construção do objeto, para as reflexões de Scott, baseadas nos trabalhos de pesquisadores que, ao assinalarem para a conexão entre gênero e mudança histórica, bem como para a articulação de gênero com os outros eixos de organização das desigualdades de poder (notadamente os de classe e raça), estipularam dois níveis para a sua definição: em um primeiro nível, o gênero é percebido como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos; e, em um segundo nível, o gênero é entendido como “forma primeira de representar relações de poder”. Gênero, nessa visão, tanto é processo quanto produto de relações sociais, tanto constrói quanto é construído pela política e pelo poder. (Scott,1987:17).

Dessa forma, para Scott, gênero é um aspecto geral da organização social, não é anterior, nem posterior a ela, é constitutivo dela. Como relação que atravessa a história e o tecido social, as instituições e as mentalidades, dizem respeito ao domínio das teorias

sobre família, mercado de trabalho, cidadania, partido político e movimentos sociais. Assim, por exemplo, as estruturas de muitas instituições que se apóiam na divisão sexual do trabalho, mesmo que tais divisões excluam um e outro sexo, acabam utilizando alguma divisão de trabalho, uma vez que as referências ao sexo, com freqüência, legitimam a posição que as instituições assumem. Assim, gênero, segundo a referida historiadora,

(...) pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de luta de poder. O saber social e cultural a respeito da diferença sexual é, portanto, produzido no decorrer da maior parte dos eventos e processo estudados como história. (...) (Scott,1994:19/20)

O conceito de gênero pode, como assinala Heilborn (1990:103),¹⁶ desdobrar-se em prismas variados de análise, não se explicitando, de imediato, a identidade teórica de um trabalho pela simples menção à expressão “relações de gênero”. Esta pode conectar-se a uma perspectiva hierárquica que ordena o mundo em termos de princípios de valor, produtores de uma assimetria. Pode também associar-se, enquanto simbolismo, a classificações não-hierarquizantes, que apresentam possibilidades da organização social simétrica ou

¹⁶ Ver a respeito do conceito de gênero também: RUBIN, Gayle (1975), BUTLER, Judith (1990), HARAWAY, Donna (1991) HEILBORN, Maria Luiza (1992), PISCITELLI, Adriana (1998), NICHOLSON, Linda (2000), , Flax,(1991), Harding,(1991), Lauretis, (1994), Louro,(1998), Bruschini,(1992), Rago,(1998), Machado,(1997), Bandeira(1997), Swain,(1999), entre outras, que empreendem uma ampla crítica cultural, uma vez que permitem compreender a masculinidade e a feminilidade enquanto construções sociais.

complementar entre os sexos, pois entende o gênero como integrado à razão simbólica, enquanto elemento constitutivo de base.

Nesta perspectiva, há que se atentar para o modo como opera o imaginário ao compor/decompor sentidos que migram através de formação discursivas homogêneas, criando imagens que definem perfis/tipos/estereótipos/paradigmas/papéis sociais. Assim, por exemplo, na construção das imagens das mulheres rural/urbana, a força da instauração do perfil da ordem familiar que as preside, expressa-se pelos papéis/funções/lugares prescritos: sua ocupação, prioritariamente doméstica; o cenário, a casa; sua vocação, encarnar os papéis de esposa e, mãe, e administradora do lar, inerentes a uma suposta “natureza” de sua condição biológica.

Longe de ser apenas um acessório das relações humanas, o imaginário deve ser tomado como uma representação, uma força reguladora coletiva, um poder através do qual produzimos/reproduzimos representações. Neste sentido, visto como depositário das representações sociais, o imaginário como construto que formula o real e é por ele trabalhado, pode vir a criar novas relações de sentido e sofrer mudanças nas práticas sociais, por entender que a vida social produz, além de bens materiais, bens simbólicos.

No caso das mulheres/trabalhadoras rurais, são elas que assumem a maior parte do trabalho no lar. O que eu pude perceber na pesquisa, é que as tarefas tradicionalmente consideradas próprias das mulheres, como lavar, cozinhar, cuidar dos filhos e dos netos, como é o caso de Dona Cosma e Dona Iolanda, ainda permanecem como encargos seus. A participação dos maridos ou dos filhos neste tipo de trabalho, quando ocorre, é vista como uma opção, uma ajuda, pois ainda o

consideram como responsabilidade principal das mulheres. Como bem relata Dona Cosma:

(...) hoje ele já tá dentro trabalhando, (marido) ele bate bolo, ele que enche porque é tudo pesadinho e a entrega é feita por ele, meu bem que vai, antes ele ia quando meu filho faltava, o meu bem ia, mais era uma coisa rara. Agora ela vai sempre, Graças a Deus.(...)¹⁷

Assim, ao atentar para o modo como opera a ideologia de gênero na atribuição do “lugar da mulher”, pude perceber como a dominação masculina instaurada nas sociedades ocidentais passa a ser considerada “natural”. Isto significa que os paradigmas criados no âmbito do imaginário atuam efetivamente como um todo numa sociedade, criando normas, referenciando dispositivos de controle e padronizando comportamentos, papéis e funções diferenciados segundo o sistema sexo/gênero.

Evidentemente, o véu que encobre o trabalho feminino é uma construção ancorada nos aportes misóginos de uma cultura patriarcal,¹⁸ de dominação masculina, que instaura e naturaliza a inferioridade da presença das mulheres em nossa sociedade e que permanece como uma marca profunda. Christine Delphi considera que na sociedade ocidental existem dois modos de produção, um familiar, funcionando ao lado do industrial, ambos vinculados pela exploração ou capitalista ou familiar. Nas próprias palavras da autora:

¹⁷ Depoimento D.Cosma, idem, ibidem

¹⁸ Uso o termo patriarcal para designar o exercício social do patriarcado. Numa definição mais ampla, patriarcalismo significa não só a manifestação, mas também a institucionalização do domínio do homem sobre a mulher na vida social.

(...) Se constata a existência de dois modos de produção em nossa sociedade: a maior parte das mercadorias são produzidas sob o modo industrial; os serviços domésticos, a criação dos filhos e um certo número de mercadorias são produzidos sob o modo familiar. O primeiro modo de produção deu lugar à exploração capitalista. O segundo deu lugar à exploração familiar, ou mais exatamente patriarcal. (...) (Delphi,1998:15)

Para essa autora, o trabalho doméstico se define, assim, como o assalariado, a partir das relações sociais de produção. O modo de produção familiar regido pelo patriarcado organiza as relações sexuais, a educação dos filhos, os serviços domésticos e a produção de certas mercadorias, como a pequena produção comercial. Delphy conclui que há uma apropriação material, pelos homens, da força de trabalho das mulheres, seja qual for seu estatuto familiar –esposa, mães, filhas, irmãs.

De acordo com Saffioti (1992:196/8), capitalismo e patriarcado são formas mutuamente constitutivas de dominação e exploração. Enquanto a dominação pode, para efeito de análise, ser situada essencialmente nos campos políticos e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. Desta forma, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração, haja vista que a exploração do trabalho feminino não ocorre somente nas tarefas domésticas, mas também em outras atividades ligadas diretamente à produção social. Nessa direção é o depoimento de Dona Iolanda:

(...)tinha que fazer de tudo, cuidar da casa, cozinhar, lavar roupa, cuidava de fio e ainda ia capino. O menino ia pra escola de manhã,

quando era de meio dia pá tarde nós ia, eu ia. Aí quando os menino chegava da escola, nós ia pá roça capiná.

Depois tinha a menina crescendo, aí ela pegô tomá conta da casa e eu ficava na roça.(...)¹⁹

Segundo Scott, há uma forte indicação de que a força do trabalho apresenta-se sexualmente segregada, e essa realidade implica, inevitavelmente, a comprovação da existência prévia de uma natural divisão sexual do trabalho. Prova disso é que a própria economia política ressalta as características do trabalho feminino, tentando fundar na natureza as noções de trabalho e as profissões de mulher, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas às suas capacidades inatas. Sob tal lógica, é que

(...) as mulheres ganham menos do que os homens não só porque produzem menos, mas também porque aquilo que produzem é normalmente avaliado no mercado por um valor inferior. Onde existe inferioridade de ganhos, ela é quase sempre coexistente com uma inferioridade de trabalho. E a generalizada inferioridade de trabalho da mulher parece influenciar o seu salário em indústrias onde tal inferioridade não existe (...) (Scott,1994:457/458)

Sem dúvida, nos últimos anos, as mulheres estão cada vez mais presente no mercado de trabalho. Na literatura nacional há várias

¹⁹ Depoimento D.Iolanda concedido a essa pesquisadora no dia 10/07/2003.

pesquisas voltadas para este tema; dentre as principais, destacamos as de Bruschini e Lombardi (1996)²⁰ que, numa abordagem qualitativa, analisam o trabalho das mulheres brasileiras nos primeiros anos da década de noventa, acentuando os principais fatores culturais, demográficos e econômicos, que têm contribuído para a crescente presença das mulheres no mundo do trabalho. Segundo Bruschini:

(...)Os conceitos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho, assim como os procedimentos metodológicos dos levantamentos censitários, mais do que desvendar, sempre ocultaram a contribuição feminina. Pois o trabalho feminino tem como característica predominante ser descontínuo, freqüentemente em tempo parcial, concentrado nos setores tradicionais da produção ou em pequenas empresas familiares(...) (Bruschini,1992:293)

No caso das mulheres proprietárias das agroindústrias, observa-se que, algumas das características enumeradas por Bruschini estão presentes em suas relações de trabalho. Como, por exemplo, o caráter de empresas familiares, centradas nas atividades agrícolas, setor tradicional da produção. Outras fogem desta sua classificação, já que são empresas cujo trabalho não é descontínuo e onde a participação feminina é explícita, haja vista que são proprietárias. Essa crescente presença das mulheres no mundo do trabalho, seja rural ou urbano, suas lutas para

²⁰ Sobre o assunto ver também: Capellin, Paola, Delgado, Dídice, & Soares Vera (orgs.) (2000), *Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa*. Rocha, Maria Isabel (2000), *Trabalho e gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*. Abramo, Laís (1998), *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. Bruschini, C. e Lombardi, M. R (1996), *O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa*. Barsted, Linhares e Pitanguy (1999), *Trabalho Feminino e Mercado Informal*. Neves, Magda de Almeida. (1994), *Trabalho e Cidadania*. Lobo, Elisabete. (1986), *o Sexo do trabalho*. ROSEMBERG, F, org. (1982), *Trabalhadoras do Brasil*. Barsted, Dennis Linhares. (1981), *Medição de Forças*. Entre outras.

serem identificadas como trabalhadoras economicamente ativas, pela igualdade de condições e de salários, pelo reconhecimento como cidadãs, com plenos “direitos a ter direitos”, inscrevem-se, em sua dimensão individual e coletiva, nos “movimentos da história das mulheres” a que se refere Scott (1992:64) e que trato no capítulo a seguir, como movimentos sociais e feministas.

Capítulo 3. Movimentos sociais e feministas: marcas de uma luta.

“Trata-se sempre de pedir, de reparar os direitos iguais em nome da diferença dos sexos, da diferença das mulheres.” (Scott:1998)

O feminismo, como um dos mais importantes movimentos sociais do século XX, em suas múltiplas frentes, no permanente combate que realiza contra a desigualdade, a discriminação e os estereótipos acerca das mulheres e do feminino, tem efetivado conquistas e ampliado oportunidades de atuação das mulheres no mundo do trabalho, além das fronteiras do lar. Através de federações, organizações, associações, comissões, movimentos autônomos ou agrupados por setores, ou em modalidades coletivas mais amplas, as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil, como movimentos sociais do final do século XX estão criando espaços a fim de assegurar o pleno exercício de seus direitos como cidadãs, o que inclui romper com sua invisibilidade como indivíduos economicamente ativos, como sujeitos históricos, como cidadãs.

Gohn (1997) pensa os movimentos sociais, como ações coletivas de caráter sócio-político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, sem, contudo referir-se a gênero. Para o autor, são movimentos que politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. As ações se

desenvolvem dentro de um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade em torno de um objetivo comum e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Balizada pelas reflexões de Touraine, a referida autora procura definir os movimentos sociais como

(...)frutos de uma vontade coletiva. “Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apela à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios” (Touraine,1978:35). Eles, os movimentos, não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural. Ao mesmo tempo, Touraine assinalou que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas ao contrário, de reposição da ordem (...) Gohn (1997:145)

Gohn reconhece que, apesar de não haver uma definição única e universalizante de movimentos sociais, estes representam o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, como inspiradas no projeto de construção de uma nova sociabilidade humana. Isso significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas da sociedade.(Gohn,1997:252)

Sua importância como força impulsionadora das mudanças é consensualmente reconhecida e, não é por acaso, que vários autores²¹ buscam estudar os movimentos sociais em seu desenvolvimento histórico, em sua composição social, em sua dinâmica interna, em suas articulações com o poder. Enfim, em sua capacidade não só de imprimir novas configurações às relações sociais, mas de se tornarem potencialidades transformadoras e reconstrutoras de uma sociabilidade diferenciada.

Dessa forma, pode-se encontrar orientações as mais variadas, construídas a partir de paradigmas diversos, com os quais se procura apreender os movimentos sociais ou intervir em seu processo, destacando-se, particularmente, os estudos empreendidos por Marx (1982; 1979), Gramsci (1966a; 1966b; 1968; 1976), Luckás (1979a, 1979b), Hobsawm (1970a; 1970b; 1982). Mais recentemente encontram-se ideólogos dos denominados “novos movimentos sociais” que, na visão de Gohn (1995:44), compreendem as análises de Claus Offe, Touraine e Melucci, cunhada na Europa, que dizem respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Esses novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho. (Idem:ibidem)

²¹ Ver, a respeito, SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*, Florianópolis: Editora da UFSC, 198; CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. “Além do Corporativismo: Interesses organizados e democratização”, In SOLA, Lourdes & Paulani, Leda (orgs.), *Lições da Década de 80*, São Paulo, EDUSP, 1995; Dagnino, Evelina. *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1994; SCHERER-WARREN & KRISCHKE (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?*, São Paulo, Brasiliense, 1987; Alves, Maria Helena Moreira - *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis: Vozes, 1985; SINGER, Paul e BRANDT, Vinicius C. (orgs.) *São Paulo: O povo em movimento*, Petrópolis, Vozes, 1980.

Para Gohn, eles não foram os únicos a fornecer substância teórica básica ao “novo paradigma”, não se trata de algo realmente novo, mas de uma revisão das orientações teóricas já existentes. Revisão demandada em razão da ação social, cujas matrizes básicas, fornecidas por frankfurtianos - particularmente Adorno e Habermas - e pelos filósofos das diferenças, como Gilles Deleuze e Michel Foucault. Com ênfases diferenciadas, eles foram os primeiros teóricos a formular estudos sobre os chamados movimentos sociais alternativos. (Gohn,1997:132)

No caso dos movimentos sociais no Brasil, segundo Eder Sader, com o esfacelamento das organizações clandestinas de esquerda, a partir de 1974, teria ocorrido uma recomposição das mobilizações populares de natureza reivindicatória e contestatória. Inicialmente, tais movimentos articularam-se ao redor da Igreja Católica, que disseminou um discurso comunitário, antiinstitucionalista. Posteriormente, segmentos da esquerda realinharam-se a partir das associações locais. Desta fusão, nasceriam vários movimentos sociais no final da década de 70: sindicais, movimentos contra a carestia, movimentos pela posse da terra, entre outros. Todos, segundo o autor, valorizariam – ao contrário do discurso básico das organizações de esquerda pré-74 – as demandas surgidas no cotidiano das fábricas e dos bairros mais carentes. Espaços institucionalizados como os das práticas política e partidária, ou seja, organizações gerais de representação dariam lugar às formas mais difusas, anteriormente concebidas como locais dos interesses e de relações privadas, como os da moradia, do trabalho, da comunidade rural. (Sader,1995:142/143)

Esses movimentos, conforme o autor, criam novos espaços políticos, uma vez que conduzem a novas relações com as esferas do

poder público, por constituírem um novo espaço de representação política. E isso ocorre em razão

(...) da existência de novos significados atribuídos às suas ações de vida, e esses novos sentidos nem se desprendem novas matrizes discursivas - quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade. (...) (Sader,1995:143)

É nessa mesma direção que reflete Antunes, ao afirmar que os “novos” movimentos sociais apresentam-se com faces diferenciadas, uma vez que buscam

(...) outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentidos.(...) (Antunes,1997:86)

Neste sentido, a tipificação esboçada pelos expoentes dos “novos” movimentos sociais, particularmente quanto à classificação em velhos e novos, pode representar, em si mesma, um outro olhar em relação às formas históricas de organização e mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores. Isso porque, os “novos” movimentos sociais atuam no sentido de mediar o processo de busca de respostas às questões

que, embora colocadas pelo cotidiano, em uma dimensão micro, pessoal, se projetam, porém, em uma perspectiva bem mais ampla do que a dos problemas da cotidianidade. Como bem afirma Antunes (1997:117):

(...) Decisivo aqui é referir que a consciência é originada no interior da vida cotidiana. É na cotidianidade que as questões são suscitadas e as respostas dos indivíduos e das classes são uma constante busca de indagações que se originam na vida cotidiana, onde as questões lhes são a floradas. As respostas às questões mais complexas são, entretanto, mediatizadas.(...)
(Idem:Ibidem)

Constituem, assim, os movimentos sociais, em suas várias categorias e vertentes - mulheres, negros, sindicais, religiosos, pacifistas, homossexuais, político-partidários, ecológico- instrumento poderoso dos grupos socialmente excluídos no sentido de atingirem seus objetivos na luta contra as discriminações de que são objeto. São movimentos que têm sua própria historicidade, engendrada em suas práticas o que inclui sua composição, suas articulações, suas demandas e disputas, expressas em suas reivindicações de igualdade de direitos e condições quanto ao acesso a bens, serviços, moradia, trabalho, terra, participação política. Reivindicações que, em síntese, remetem a uma descoberta já clássica no liberalismo, a de que o povo tem direitos e não só deveres. (Gohn:2001)

Particularmente no que tange às lutas das mulheres, até há bem pouco tempo consideradas “minorias” na sociedade ocidental, apesar de, numericamente, representarem cerca da metade de sua população,

os movimentos que as aglutinam, têm sido, sobretudo, locais de luta pelo exercício do “direito a ter direitos”. Nesse sentido, são reveladoras as pautas de sua agenda política de defesa da igualdade de condições de trabalho e de salário, de denúncia às discriminações de gênero, raça, classe, escolaridade, religião etc, de reivindicação por representatividade política, de implantação de políticas públicas que contemplem, igualmente, suas necessidades e suas diferenças. O slogan “diferentes, mas não desiguais” é bem representativo de um dos momentos desta luta.

Como uma das expressões desses “novos” movimentos, o feminismo não pode ser singularizado, reduzido a uma única estratégia de organização e mobilização das mulheres. Constitui, sem dúvida, um dos movimentos mais organizado, complexo, combativo, atuante e estudado. Tal atuação imprime à sua história uma configuração na qual esta é parte integrante do próprio projeto que elabora. Como indica Scott:

(...)O feminismo tem sido, historicamente, um exemplo de complexidade, porque é complexa a sua práxis crítica. Esta, na verdade, faz com que a história do feminismo se torne até mesmo parte integrante do próprio projeto que elabora, isto é, a história do feminismo é, em si, uma história feminista.(...) (Scott,2002:48).

São muitos e múltiplos os movimentos feministas, uma vez que representam vários grupos de mulheres no Brasil e no mundo, de diferentes classes, raças, etnias, religiões, escolaridade, ocupações profissionais, com crenças, desejos, opiniões e valores diferentes, embora tenham alguns objetivos e ideais que os aproximam e os

igualam. No Brasil, não foram poucas as mulheres que não se mostraram omissas ou indiferentes a esses movimentos.

Com efeito, estudos sobre os movimentos feministas²² das últimas décadas evidenciam que se tratou de uma ausência e de um silêncio, menos por parte das mulheres e mais da historiografia. Seja devido à aludida inexistência da documentação, à dificuldade de acesso às mesmas, seja devido à falta de interesse, o certo é que por um longo tempo, houve uma recusa e/ou um desinteresse em retirá-las do silêncio social e historiograficamente construído. Um silêncio engendrado a partir de um discurso centrado no homem e disseminador de mitologias misóginas que dificultavam o crescimento pessoal e profissional das mulheres, como observa Diva Muniz (2003:33); ou, como assinala Swain (2000:18), uma política de esquecimento, que apaga o plural e o múltiplo do humano. Um silêncio, enfim, revelador do interesse em instaurar a invisibilidade da presença histórica das mulheres, nomeado por Olgária Matos como uma “política de esquecimento”, uma vez que

(...)tecida pelo próprio esquecimento, permite narrar uma mesma história, sempre a mesma e sempre outra, pelas lacunas abertas por nossa própria indeterminação pela qual se exerce a ação de tempos heterogêneos que configuram nossa identidade(...)
Matos (2001:21)

²² Sobre o assunto ver: Mariza Corrêa (2001) Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil; DEL PRIORE, Mary. (org) (1997) História das mulheres no Brasil; Maria Luiza Ribeiro (org) (1994) Mulher e relações de gênero; Leila Barsted (1994) mulheres direitos humanos e legislação. Onde está nossa cidadania?; Leite, Mírian Moreira (1994) História das mulheres; Branca Moreira Alves (1980) A luta da mulher pelo voto feminino; Nísia Floresta, (1989) Direitos das mulheres injustiças dos homens; entre outras.

Nas primeiras décadas do século XX, a principal agenda do movimento feminista no Brasil foi a reivindicação do direito ao voto feminino, uma vez que a Constituição Brasileira, promulgada em 1891, manteve as mulheres afastadas dos direitos à voz e ao voto, tanto no que dizia respeito aos seus destinos, como no referente aos do país. Excluía-se, assim, do exercício da cidadania 45,3% da mão de obra empregada no país, percentagem que representava a participação das mulheres, na força de trabalho ativa, naquele momento. (Barsted,1994:232)

Berta Lutz²³ destaca-se como grande líder sufragista brasileira, ao fundar, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade que aglutinou um grupo significativo de mulheres na luta pelo direito ao voto feminino, à educação e ao trabalho. Trata-se de movimento que buscou apoio junto à sociedade e se justificava sob o argumento da discriminação do sexo feminino, uma vez que a Constituição de 1891 não contemplou as mulheres como sujeitos de direitos.

Com efeito, ao usar a categoria “cidadãos”, subdividida em “ativos” e “passivos” para restringir os que teriam direito ao sufrágio universal, deixou de fora todos os “cidadãos passivos” os classificados como de segunda categoria. Entre estes incluía-se trabalhadores rurais, domésticos, autônomos, desempregados, além de todos aqueles que exerciam profissões não regulamentadas; ou seja, não apenas os analfabetos e os menos favorecidos economicamente, mas também as mulheres, independente de sua condição econômico-social, racial,

²³ Nascida em 1894 estudou Direito na França e nos Estados Unidos, onde foi fortemente influenciada pelas lutas feministas que ocorriam nesses países. Um dos aspectos que Bertha mais defendeu foi o direito de a mulher estudar e ter participação social como os homens.(Moraes,2002:38)

civil e de escolaridade. Tratava-se, portanto, de uma cidadania relativa e portanto, hierarquizada, conforme destaca Santos:

(...)A cidadania, no Brasil, tem obedecido à lógica da hierarquia, essa hierarquização que, historicamente, tem estado presente no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, cria o cidadão de primeira classe, o cidadão de segunda classe, e se concretiza nas desigualdades sociais, raciais e sexuais(...)
(Santos,1979:42)

O direito ao “sufrágio universal”, incluindo as mulheres, só foi reconhecido, constitucionalmente, em 1934, embora a legislação eleitoral de 1932 já se antecipasse a esse reconhecimento. Contudo, o direito ao voto não as eximia da tutela do marido no que dizia respeito às suas atividades profissionais e intelectuais. Em razão do disposto em lei, permaneciam dependentes civilmente dos maridos pois, apesar do acesso ao voto, suas vidas encontravam-se enquadradas por um Código Civil, formatado em estreita consonância com a perspectiva patriarcal androcêntrica e misógina, ordenadora da sociedade.(Barsted,1994:240)

Aos olhos deste código todas as mulheres casadas eram classificadas em uma categoria única e identificadas similarmente às categorias de excluídos da vida jurídica - crianças, insanos e criminosos -. Necessitavam, assim, da autorização de seus maridos para a prática de importantes atos de cidadania, dentre eles, o exercício do direito ao trabalho, de forma a não “estorvar a direção da família, entregue ao marido”. (Código Civil,1961:601) Tal prescrição

explicita-se em seu artigo 240, ao estabelecer que toda mulher, ao casar-se,

(...) assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família(...) A mulher goza da mesma capacidade atribuída ao homem. Casando, essa capacidade se restringe, para não estorvar a direção da família, entregue ao marido(...)
(Idem;ibidem)

Observa-se, assim, que, além do fato de as mulheres terem obtido mais tardiamente o status de cidadãs, elas também foram afetadas de forma desigual por um código informado por convenções de gênero, ao casar-se, pois “*Casando, essa capacidade se restringe*”. Trata-se de dispositivo legal que tinha em vista manter a ordem estabelecida, assentada na superioridade masculina nas relações entre os sexos. Se solteira, a mulher estava submetida ao “pátrio poder”, do pai/tutor, ao casar-se, essa relação de dependência estaria assegurada pela condição legal de tutelada do marido. O reconhecimento e auto-reconhecimento de que eram titulares de direitos, apenas se deu com o Estatuto Civil da Mulher Casada, de 1962, que as re-classificou de “estorvo” a “colaboradoras” do marido na sociedade conjugal.(Quartim de Moraes, 2003:503)

A adoção do princípio da igualdade entre homens e mulheres, garantindo a universalização da cidadania como um direito pleno e individual, só vai ter expressão, no âmbito institucional, no documento das Nações Unidas de 1945, e na Declaração dos Direitos Humanos de 1948.

De 1945 a 1964, registram-se, no Brasil, diversos movimentos feministas, que tiram as mulheres de casa, as levam para as ruas em ações políticas que questionam a realidade do país, denunciam as desigualdades de diferentes matizes, particularmente as de gênero. Trata-se de movimentos cujas agendas incluíam a reivindicação de creches, de uma política econômica que abaixasse o custo de vida, a defesa da paz, do monopólio estatal do petróleo e anistia aos presos políticos. Desde seu início, de acordo com Lígia Quartim de Moraes (2003, *passim*), os movimentos feministas deste período aparecem comprometidos com luta pelas “liberdades democráticas” e pela anistia política. O “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia” retrata essas lutas, ao assinalar, de forma contundente, a posição política em relação à questão da anistia:

(...) Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossa responsabilidade de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo as aspirações de amor e justiça. Eis por que, neste Ano Internacional, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que forma atingidos pelos atos de exceção(...) (Quartim de Moraes,2003:510)

No início dos anos 70, brasileiras que se encontravam no exílio, ou estudando no Brasil, Europa e EUA, articulam uma militância feminista para o país e para a América Latina. Em 1972, grupos de mulheres de diversas crenças religiosas solicitaram às Nações Unidas, por intermédio da Comissão da Condição da Mulher, a organização de um ano internacional das mulheres. A partir destas demandas, as Nações

Unidas declararam 1975 como o Ano Internacional da Mulher e 8 de Março como o dia Internacional da Mulher. No Brasil, em consonância com tais agendas, em Julho de 1975, com apoio da OAB, da ABI e da ONU, realizou-se a Semana da Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira. (Jussara Prá,1997:53)

Como expressão da intensa mobilização das mulheres de todo o mundo, foram realizadas várias conferências internacionais sobre as mulheres, espaço para a socialização das experiências de lutas e conquistas, para a troca de pontos de vista e revitalização das agendas feministas centradas no combate à violência, à exploração sexual, à discriminação. Ressalta-se que a Convenção das Nações Unidas, de 1979, cujo tema/título foi a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, tornou-se um marco histórico na definição internacional dos Direitos Humanos das Mulheres.

Significativamente, na década de 90, todas as Conferências das Nações Unidas reafirmaram o princípio do reconhecimento da importância das mulheres no processo de desenvolvimento dos países, em igualdade com os homens, em todas as esferas da vida social.

Assim, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, adotou a Agenda 21. Trata-se de um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países, num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da Cimeira das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Também conhecida por ECO-92, continha propostas explícitas para melhorar a situação das mulheres, especialmente as rurais, dentre elas, a garantia da participação popular, incluindo grupos de mulheres, jovens, povos indígenas,

comunidades locais e pequenos agricultores. (Agenda 21:2000) Seus termos são claros quanto aos seus propósitos e prioridades, pois

(...)exorta os governos a "prevenir a rápida degradação ambiental e econômica nos países em desenvolvimento que, geralmente, afeta mulheres e crianças nas áreas rurais. A pesquisa e a coleta de dados devem focalizar: conhecimento e experiências das mulheres no uso de recursos naturais; impacto dos programas de ajuste estrutural sobre as mulheres; impacto da degradação ambiental sobre as mulheres; e inclusão do trabalho "doméstico" e de outras atividades não-remuneradas das mulheres como fontes de contabilidade.(...) (Agenda 21:2000)

A Declaração de Viena, firmada após a Conferência Mundial de Direitos Humanos, de 1993, reconheceu explicitamente os direitos humanos das mulheres e deu visibilidade mundial às violações desses direitos. Já, em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará – reforçou a Declaração de Viena, especificamente no que se refere ao repúdio da violência contra a mulher, considerada como um obstáculo ao desenvolvimento e uma violação dos direitos humanos. Também, em 1994 e em 1995, respectivamente, na Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, no Cairo, e na IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, o princípio do reconhecimento da importância das mulheres no processo de desenvolvimento, em igualdade com os homens, foi reafirmado. (Declaração de Beijing,1995:159)

Merecem ser igualmente destacados alguns avanços decorrentes de compromissos assumidos na IV Conferência Mundial das Nações Unidas, sobre Mulher, Igualdade, Desenvolvimento e Paz, promovida pela ONU e realizada entre os dias 4 e 15 de setembro de 1995, na cidade de Beijing. Esta conferência foi um grande marco dos movimentos feministas no sentido do avanço internacional das conquistas dos direitos pela igualdade das mulheres, uma vez que centrada em romper, radicalmente, com a herança cultural de desigualdade entre homens e mulheres, historicamente construída. Foi a primeira a incluir, de forma mais específica, o direito das trabalhadoras rurais, identificadas na Plataforma de Ação como “agentes vitais do desenvolvimento”, conforme explicitado na declaração:

(...)Promover a independência econômica da mulher, inclusive seu emprego, e erradicar a carga persistente e cada vez maior de pobreza que recai sobre as mulheres, combatendo as causas estruturais dessa pobreza mediante mudanças nas estruturas econômicas, garantindo a igualdade de acesso a todas as mulheres, combatendo as causas estruturais dessa pobreza mediante mudanças nas estruturas econômicas, incluindo igualdade de acesso a todas as mulheres, incluindo aquelas das zonas rurais, que são agentes vitais do desenvolvimento, aos recursos produtivos, oportunidades e serviços públicos(...)
(Declaração de Beijing,1995:155)

Os países signatários do acordo se comprometeram assegurar às mulheres, trabalhadoras rurais, igualdade de acesso aos recursos econômicos, bem como à terra, ao crédito, à ciência, à tecnologia, à capacitação profissional, à informação, à comunicação e aos mercados.

Tal acesso constitui condição indispensável para promover a igualdade de condições no que se refere à atuação no mundo do trabalho e da política, em seu sentido mais amplo, ou seja, pleno acesso à cidadania.

Após a Conferência de Beijing, mulheres parlamentares brasileiras, respaldadas em acordos assinados nessa oportunidade, conseguiram aprovar emendas à legislação eleitoral, que asseguraram a obrigatoriedade da cota mínima de 20% de mulheres candidatas para os cargos legislativos, nas eleições de 1996. (Idem, *ibidem*:292)

Atualmente a quota mínima é de 30 % e a máxima de 70%, espaço que ainda não foi plenamente ocupado, haja vista os resultados das eleições de 2002, quando foram eleitas apenas 42 mulheres deputadas federais e oito senadoras, em todo o país (8,2% do total). Embora represente um crescimento de 45% em relação às eleições de 1998, quando foram eleitas 29 deputadas e uma senadora, (Strey,1997:21), a participação das mulheres nos quadros políticos ainda é inexpressiva, considerando-se o seu percentual de cotas e sobretudo, o fato de que representam mais da metade da população brasileira.

Esse crescimento, segundo Jardim Pinto (1994:208), deve ser considerado com parcimônia, tendo-se em vista o significativo crescimento de sua visibilidade pública nesses anos, tanto no que concerne a sua inserção no mercado de trabalho, como no que diz respeito a sua ação política em movimentos sociais, em geral, e nos movimentos feministas, em particular.

O Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas, em 1981, com reservas²⁴, em coerência com a cultura patriarcal predominante e em

²⁴ Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979). Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 93, de 14.11.1983. (*com reservas*)

consonância com o Código Civil então vigente, promulgado em 1916, que não reconhecia a igualdade entre o marido e a mulher, atribuindo ao homem a chefia da sociedade conjugal. Dessa forma, assegurou ao marido o poder de permanecer como o chefe da sociedade conjugal, como prescrevia o código, restringindo civilmente à mulher casada a possibilidade de dividir com o cônjuge a direção da família, pois sua participação era vista como um grande “estorvo”, àquela época.

Código à parte, a Convenção reconhece, pelo seu artigo 1º, a existência de discriminação contra as mulheres e define aquela como *“toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil”*. (Convenção de 1979)

Se, no que tange à condição de casada, a Convenção de 1979 foi assinada pelo governo brasileiro, com restrições, isto é, de forma a mantê-la atrelada à autoridade do marido, tradição que vinha dos códigos portugueses de nossa tradição colonial, observa-se, porém, alguns avanços quando se trata das trabalhadoras rurais. Como explicitado no artigo 14 da referida Convenção, há um destaque para os aspectos singulares de sua condição, para seus problemas específicos, bem como para o importante papel que desempenham na sobrevivência econômica de suas famílias. Neste sentido é que o mesmo determina, em seu parágrafo 1º, que:

(...)§1. Os Estados Membros levarão em consideração os problemas específicos enfrentados pela mulher rural e o importante papel que desempenha na subsistência econômica de sua família, incluindo seu trabalho em setores não-monetários da

economia, e tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a aplicação dos dispositivos desta Convenção à mulher das zonas rurais(...) (Idem,ibidem)

A Constituição Brasileira em vigor, promulgada em 1988, ao reconhecer a vigência dos direitos e garantias, expressos em Tratados e Convenções Internacionais, firmados pelo Governo do Brasil, formaliza institucionalmente algumas das conquistas dos movimentos feministas, assegurando, em termos legais, a ampliação do acesso à cidadania às mulheres.

Com efeito, seu Artigo 5º consagra a igualdade de todos perante a lei e seu Artigo 226, §5º, reconhece, explicitamente, a igualdade entre homens e mulheres na família. Sob tal perspectiva, é que seu Artigo 189, parágrafo único, dispõe sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária. Ocorre, assim, a formalização dos compromissos internacionalmente assumidos, fruto de lutas dos movimentos sociais atuantes desde o início do século XX. A igualdade é finalmente formalizada nos seguintes termos:

(...)O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos independente do estado civil, nos termos e condições previstas em lei(...)
(Constituição,1988:127)

A força aglutinadora e combativa dos movimentos feministas, no Brasil, na década de 80, constitui o traço comum de uma ação coletiva

que se apresenta nuançada, com múltiplas faces. São movimentos formados por mulheres, divididos em grupos autônomos, cada um com suas próprias agendas, onde inscrevem seus interesses, demandas, questionamentos, reflexões, estratégias e objetivos de luta no que tange à obtenção e/ou ampliação da democratização, da igualdade dos direitos civis, de oportunidades, de salários e de participação política.

Elizabeth Lobo, ao fazer a análise dos movimentos feministas brasileiros, identifica três momentos importantes e diferenciados quanto aos seus objetivos. Num primeiro momento, em grupos ou individualmente, as lutas eram contra as formas de opressão das mulheres na sociedade brasileira, constituindo o Estado o inimigo comum. Em um segundo, as práticas autônomas se reduzem a uma ampliação de formas organizadas de luta e os discursos feministas invadem os discursos partidários. No terceiro, duas posições polarizam-se: de um lado, a defendida pelo grupo que propunha ocupar os novos espaços governamentais; de outro, o que insistia na exclusividade dos movimentos como espaços das feministas, desatreladas de partidos políticos e de alianças governamentais. (Lobo,1987:226-227) Tal diversidade é significativa no sentido de desfazer a idéia da existência de um único feminismo e de apontar para sua dimensão plural.

Assim, a incorporação das propostas, em nível institucional, em que pesem as conquistas obtidas, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior dos movimentos. Não obstante as ambigüidades e tensões que caracterizam a relação dos movimentos feministas com os partidos políticos, não se pode deixar de reconhecer que importantes reivindicações foram contempladas na Constituição de 1988. Apesar das críticas internas, não resta dúvida de que tais conquistas evidenciam muito mais a capacidade das feministas em mobilizar apoio público,

pressionar e formar um lobby no Congresso do que propriamente em fazer concessões políticas.

A criação de instâncias institucionais subordinadas ao Estado, como, por exemplo, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres – CNDM, e as delegacias da mulher, para combater a violência doméstica, são resultados inequívocos dessas lutas e de suas conquistas. No que concerne aos direitos de pleno acesso aos serviços, as feministas tiveram preocupação especial com as áreas de saúde da mulher em sua dimensão integral e não apenas relativas à reprodução e ao planejamento familiar. A violência doméstica foi outro tema importante das agendas feministas, principalmente num país como o Brasil, cuja legislação até então vigente assegurava ao marido, em caso de adultério, assassinar a esposa, sem o ônus de ser penalizado criminalmente por tal ato. (CFEMEA,1995:75)

No que se refere a esse tema, a Constituição assegurou o direito tão pleiteado pelas feministas da isonomia perante a lei, referendada pelo princípio geral de igualdade, uma vez que todos foram considerados iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza²⁵. Os direitos decorrentes da sociedade conjugal passaram a ser igualmente reconhecidos para homens e mulheres, sendo definido que a chefia familiar deve ser compartilhada entre ambos os cônjuges. (Petersen,1997:21)

Sem dúvida alguma, houve um considerável avanço em termos de criação e ampliação de espaços para as mulheres no mercado de trabalho, na vida política, conquistas referenciadas no âmbito jurídico-

²⁵ Em 1988, foi eliminado, legalmente, o obstáculo para o Brasil ratificar totalmente a *Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979*. No entanto, essa ratificação só ocorreu em 1994, quando a *Convenção* passou a ter plena aceitação jurídica, com força de lei interna. O Artigo 5º, § 2º da Constituição Brasileira de 1988 reconhece a vigência dos direitos e garantias expressos em Tratados e Convenções internacionais firmados pelo Governo do Brasil.

institucional pelo novo Código Civil. Por este estatuto, em vigor a partir de 10 /01/2003, as mulheres passaram a ser reconhecidas como cidadãs, sujeitas de direitos e deveres, em sua plena acepção. Ao casar-se, por exemplo, a esposa não apenas assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, mas passa a exercer direitos e deveres baseados na comunhão plena de vida e na igualdade entre os cônjuges.

Aboliu-se, enfim, a tão famosa “chefia da sociedade conjugal”, exercida pelo marido, que incluía a representação legal da família, a administração dos bens comuns, o direito de fixar o domicílio da família, prover a manutenção da família, entre outras obrigações e privilégios. A expressão “pátrio poder” foi abolida, substituída pelo “poder familiar”, pelo qual mãe e pai possuem a mesma responsabilidade diante de sua prole. (Código Civil, 2003:art.1567)

Na própria redação do texto, a referência à mulher deixou de ser feita da forma até então utilizada, isto é, subsumida no masculino genérico, deixando assim de ser uma “sombra” do homem, ou seja, quando se falava a palavra “homem”, tinha que se sentir incluída na masculinidade que esta palavra encerra. Uma vez que o “homem” estava colocado, até então, como o representante da humanidade, a “mulher” não necessitava ser citada diretamente, pois possuía um representante legal, pré-estabelecido pela escrita e pela cultura. Na terminologia atual adotou-se a palavra “pessoa”, ou seja toda pessoa humana, independente de seu sexo, raça, cor, classe social, local de nascimento ou qualquer outra qualificação. (Código Civil:2003)

Foi introduzida, também, na nova legislação civil, o reconhecimento da paternidade responsável, atitude defendida por feministas há mais de uma década, com o slogan “filho não é só da mãe”. Assim, foi estabelecido que, em caso de dissolução da sociedade

conjugal, a guarda dos filhos ficará com a mãe ou com o pai, dependendo do acordo entre eles. Em caso de divergência, o juiz atribuirá a guarda a quem revelar melhores condições para exercê-la. (Idem:art.1574)

Como se vê, o novo Código Civil vem ao encontro das demandas, interesses e mudanças pleiteadas pelos movimentos sociais, sobretudo os feministas, na medida em que elimina prescrições atravessadas por convenções de gênero. São prescrições que, em sua maioria, dizem respeito a questões já regulamentadas por legislação ordinária ou jurisprudência já firmada pelos tribunais. Deixou, assim, de incluir temas atuais e necessários para a convivência entre as pessoas, como, por exemplo, a parceria civil de pessoas do mesmo sexo, indubitavelmente uma realidade em nossa sociedade.

Inegavelmente, os movimentos feministas contribuíram para o engendramento de grandes transformações nas sociedades ocidentais modernas. Essa atuação revolucionária pode ser melhor compreendida quando se observa que eles desestabilizaram práticas e representações de tradições culturais de mais de três séculos de existência, nas quais as mulheres eram definidas por sua suposta fragilidade, como cidadã de segunda categoria, sem acesso à cultura, ao mercado de trabalho, à educação à política, em suma, sem o reconhecimento de sua existência como pessoa, como sujeito, como cidadã.

Não resta dúvida de que a cidadania encontra sua pertinência ou efetividade nos diferentes sentidos conferidos ao seu exercício pelas mulheres, haja vista que não se pode deixar de questionar, até que ponto, diferentes práticas, sobretudo aquelas concernentes aos diferentes papéis exercidos pelas mulheres se tornam prerrogativas ou limites para o acesso à cidadania. Há que se atentar para o fato de que o exercício de cidadania ainda se encontra, não obstante a igualdade

assegurada em lei, tolhido por práticas cotidianas, construtoras, e ao mesmo tempo construídas, pelas relações assimétricas de poder entre os sexos. Os limites ao pleno acesso à cidadania, pelas mulheres, são dados pela própria construção social de gênero, cuja dimensão imaginária, simbólica, representacional, ideológica opera no sentido de tornar desigual, em relação aos homens, tal acesso.

A redefinição da idéia de direitos, referenciada pela concepção de “direito a ter direitos” (Arendt,1991:40), pressuposto e condição destacados na análise de Hannah Arendt sobre a democracia grega, embora não atente para as diferenças de gênero, contribui, como possibilidades, para a ampliação do conceito, para práticas de efetiva democratização do acesso.

Trata-se de concepção que não se limita às conquistas legais, ao acesso a direitos previamente definidos, à implementação efetiva de direitos abstratos, a-históricos e formais, mas inclui justamente a invenção / criação de direitos que emergem de lutas específicas, de práticas sociais cotidianas. Dentre estes, o direito à autonomia sobre o próprio corpo, à sexualidade, à educação, à moradia, à propriedade da terra, à liberdade de transitar pelo espaço público, não apenas para trabalhar e se educar, mas também para legislar, governar e se distrair.

Parece-me que reside aí a radicalidade da cidadania enquanto projeto político, considerando-se que ela expressa e responde atualmente a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte, sem dúvida, significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade. Isso significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica das práticas sociais e do poder que as preside, num determinado momento

histórico. Significa dizer, como afirma Dagnino, que a cidadania é percebida, contemporaneamente, como um processo

(...) de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo. Um processo de aprendizado social de construção de novas formas de relação, que inclui de um lado, evidentemente, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, mas também, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que, recusam permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles(...) (Dagnino,1994:105)

Nesse sentido, compreende um processo que contempla não apenas o direito à igualdade, mas também o direito à diferença. Como sublinha Ângela Groppi:

(...)É também por esta razão que a oposição igualdade/diferença acaba por tornar-se uma armadilha dentro do qual se enreda o pensamento e também a ação das mulheres. Por outro lado, é evidente que nessa perspectiva redefine-se a dialética entre igualdade como princípio e igualdade como práxis. E a construção concreta de um modelo masculino de cidadania obriga as mulheres a defenderem as peças de um jogo conduzido por outros, na qual a igualdade acaba por confundir-se com assimilação e a diferença com uma dimensão “essencialmente” diferente, que pode gerar estranheza(...) (Groppi,1995:18)

A luta pela igualdade de direitos continua, assim, sendo promissora e ardilosa para os movimentos feministas. Por um lado, há o problema das desigualdades entre as mulheres e os homens cuja superação corre o risco de ser confundida com assimilação a um modelo masculino de cidadania; por outro, existem as diferenças entre as mulheres, dadas pela multiplicidade de suas condições de vida, que não podem ser desconsideradas sob o risco de reduzi-las a uma “essência” feminina, única e fixa, reiteradora da lógica de gênero.

Apesar das divergências, das diferenças políticas e pessoais, da angústia que acompanha os debates feministas dentro e além das linhas raciais, étnicas e sexuais, devemos ser encorajadas, como assinala De Lauretis, (1994:219) pela esperança de que os feminismos continuem a desenvolver uma teoria radical e uma prática de transformação sócio-cultural.

Afinal, os feminismos, como enfatiza Swain, (2000:79) têm sido ponta da lança em termos teóricos e de ação política de transformação, marcando a política de localização que leva em conta, para a sua reflexão crítica, a experiência múltipla e diferenciada, marcada e definida pela sexualidade feminina.

Assim, os movimentos feministas, no cenário nacional, são expressão de toda uma trajetória de luta, de práticas exercidas para o exercício legítimo do poder, para reconhecimento de sua condição de sujeito com direito a ter direitos, ou seja, de pleno exercício de sua cidadania.

Incluem-se, nestes movimentos, os de caráter rural, como é o caso das mulheres trabalhadoras rurais, que reivindicam, para si, a aplicabilidade dos direitos oriundos das relações contratuais de

trabalho, a titularidade da terra, que se “recusam a permanecer nos lugares que foram definidos social e culturalmente” para elas.

Capítulo 4. Em-torno da cidadania: trabalhadoras rurais em movimentos

“Na área previdenciária a mulher da roça sempre teve colocado em seus documentos “prendas do lar” ou “doméstica”. Mas ela nunca foi só do lar. É uma mulher da agricultura. Tem às vezes um papel muito maior dentro da produção que o próprio homem”. (Iriwan Ferreira,1994)²⁶

Os movimentos das trabalhadoras rurais, hoje com inegável visibilidade, desenvolveu-se inicialmente fora dos grandes centros, com envolvimento de participantes até bem recentemente pouco consideradas como força política, embora existam indícios da participação feminina em movimentos rurais, desde, pelo menos 1976, por meio de atividades como palestras, reuniões, encontros, cooperativas etc. (Siqueira,1991:65).

Nesse processo, as mulheres rurais tiveram um papel muito importante pois, atuando através de movimentos autônomos ou atrelados aos sindicatos, elas expressavam suas reivindicações trabalhistas. A partir de suas experiências, em que são visíveis não apenas seus valores, costumes e tradições, mas também suas condições

²⁶ Depoimento da trabalhadora rural, Iriwan Ferreira de Mandirituba, PR. In: *Um outro jeito de ser, Curitiba, 26 a 29 de maio de 1993.*

de classe, raça e gênero, elas integram um movimento que atua através de diversas organizações e denunciam as explorações e discriminações de que são objetos, sobretudo, no mundo do trabalho. Por meio destes movimentos elas se comprometeram com um projeto político de luta cujo principal desafio foi o de incorporar seu ponto de vista nos espaços dos sindicatos, da sociedade civil e do Estado. O reconhecimento das diferenças de seus interesses, necessidades e expectativas constitui um dos objetivos básicos dessa luta, particularmente no que tange à sua incorporação pelas políticas públicas governamentais.

Seu crescimento e sua maior visibilidade inscrevem-se no contexto de combatividade do movimento sindical no final dos anos 70, com seu impacto sobre as mulheres trabalhadoras, aglutinadas em torno do amplo movimento de mulheres, em que grupos feministas buscaram incluir e influenciar demandas e movimentos.

A década de 80 foi marcada pela expansão das lutas por direitos civis e pela participação das mulheres nos sindicatos rurais, nos partidos políticos e em outros espaços da esfera pública. Sua organização deu-se, sobretudo, a partir de luta pela aposentadoria e pelo reconhecimento, por parte do Estado, dos direitos trabalhistas, da sindicalização, bem como de sua condição de trabalhadora. Reconhecê-las como trabalhadoras porque, na prática, elas permanecem invisíveis enquanto tais, já que submetidas ao poder masculino. Este perpassa as relações de família e da economia familiar, haja vista que, na maioria das regiões do país, aquelas são sistematicamente excluídas não apenas do acesso à terra, como também do controle direto de outros meios de produção. (Castro e Abramovay, 1997:61).

Mesmo o fato de as mulheres ocuparem cargos nos sindicatos não lhes tem, todavia, garantido o exercício pleno do poder de decisão já

que também são espaços que se encontram generizados, com a persistência de práticas informadas pela noção androcêntrica de poder, que o conformam como espaço naturalizado de domínio masculino. Não obstante o avanço da participação das mulheres, cuja representatividade tem aumentado muito, haja vista o aumento de 176% na sindicalização feminina, em termos de distribuição de poder, no que concerne ao acesso aos postos e cargos dentro do sindicato, porém, não se estabeleceu ainda a devida correspondência. O crescimento de mulheres sindicalizadas ainda não foi suficiente para assegurar a ocorrência de uma ruptura com essa lógica de gênero na estruturação hierarquizada de papéis/atribuições no espaço dos sindicatos. (Delgado,1996:87)

Dados levantados na pesquisa “Ação e Organização Sindical do Setor Rural”, contemplando as décadas de 70, 80 e 90 do século XX e abrangendo todos os estados da federação brasileira, agrupados em âmbito regional, indicam o crescimento da participação das mulheres na organização e nos cargos sindicais. Sobre a Região Sul, a informação é de que 60% dos dirigentes de sindicatos investigados desenvolvem algum trabalho específico junto às mulheres. Na Região Centro-Oeste, incluso o Distrito Federal, os dados revelam o quanto a incorporação das mulheres tem sido lenta, porém significativa, em relação às décadas de 70 e 80. Com efeito, se em 1985 apenas 7,3% dos membros da diretoria eram mulheres, já em 1998, essa participação atingiu quase 14%, ou seja, representa um crescimento de quase cem por cento, no período de uma década. (Paixão,1998:32)

Essa mesma pesquisa, no que tange à década de 90, identificou, por exemplo, na Região Norte, vários movimentos autônomos de mulheres, tais como o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense e o Movimento de Mulheres do Campo e da

Cidade. Também na Região Nordeste, observa-se igualmente o aparecimento de organizações de mulheres trabalhadoras rurais, dentre estas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, do qual fazem parte trabalhadoras assalariadas, pequenas produtoras, meeiras, sem terra e parceiras, o das Mulheres Quebradeiras de Côco Babaçu, das Mulheres do Brejo Paraibano e das Mulheres Sertanejas. (Siqueira,1998:7)

A expressiva participação das mulheres nesses movimentos não representa apenas o aumento quantitativo das mulheres sindicalizadas e seu potencial nos momentos de votações das propostas. Significa, também, um movimento em direção à ruptura com práticas sindicais até então exclusivamente sob controle masculino, justamente porque informadas pela representação de que "sindicato não é lugar para mulher". (Lobo,1991:220) E isso não se deu por acaso, tendo-se em vista as convenções de gênero que atravessam nossa cultura política, reiteradora de uma construção naturalizada de que "política é coisa de homem". Elisabete Lobo, em *O sexo do Trabalho*, nos remete a essa discussão, ao assinalar que

(...) todos(as) sabemos que não é a mesma coisa ser mulher ou homem dentro de uma fábrica, num sindicato ou simplesmente dentro de nossas casas. Vive-se no masculino ou no feminino. Mecanismos quase invisíveis tecem as relações entre mulheres e homens na vida cotidiana. Estes fios sutis e às vezes imperceptíveis fazem com que tarefas, salários, qualificações e práticas sindicais sejam ao mesmo tempo articuladas e diferentes. Trabalhador não é igual a trabalhadora (...)
(Lobo,1986:17/19)

No esforço de romper com tal cultura, cujas ressonâncias são visíveis não apenas nas relações familiares e de trabalho, mas também na instância sindical, incluem-se, dentre inúmeras estratégias, a de organização dos congressos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os primeiros surgiram por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG, contemplando temas, comissões e secretarias de mulheres das centrais sindicais. Têm em vista introduzir no movimento sindical o debate sobre as discriminações nos mercados de trabalho, bem como a criação de espaços políticos para a atuação das mulheres nos movimentos e nos sindicatos. Como assinala a líder sindical e coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Raimunda de Mascena:

(...) O trabalho que a gente tem feito, ele é lá em baixo, não tem uma explosão enorme, nós semeamos, a gente vai conversando com as mulheres não é dizendo, tem que se organizar porque tem que se organizar, se você for chegando perto dessas mulheres que historicamente proibidas que daquele lugar elas não podiam sair, não consegue tirar de lá ninguém, tem que começar por um outro caminho, primeiro devolvendo a alegria e os sonhos dessas mulheres, ajudando elas a recuperarem a alegria de viver, tem muitas mulheres que já não tem mais, a tristeza está entranhada, nas entranhas, na alma lá dentro.(...)²⁷

²⁷ Trecho da entrevista da Coordenadora Nacional da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Raimunda de Mascena, dada a essa pesquisadora em Julho de 2003.

Ao ressaltar a importância da organização como estratégia de luta que se viabiliza não por imposição, mas por convencimento, que acontece “por outros caminhos”, pois valoriza também a importância da alegria e dos sonhos, Raimunda de Mascena sinaliza para o campo das representações, para o mundo do simbólico, para a dimensão imaginária instituinte do social.

Como expressão dos anseios e do sentimento de pertencimento que agrega os membros de uma comunidade ou grupo social, as representações compreendem uma referência que me propiciou a lente necessária para o esforço pretendido de conhecer os mundos das trabalhadoras rurais ou, pelo menos algumas de suas faces. Elas me possibilitaram transitar pelo terreno móvel de suas crenças, sonhos, valores, esperanças, bem como o de suas disputas internas pelo estabelecimento dos significados, cujos meios e usos são as formas pelas quais as relações de poder, de dominação e subordinação, são estabelecidas.

E isso se tornou possível porque também na História a abordagem da dimensão imaginária do social foi incorporada, o que ampliou seu campo discursivo e permitiu atentar para as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva. Dentre eles, particularmente, a de agregar indivíduos de um mesmo grupo e de lhes garantir a sobrevivência, como atenta Castoriadis (1982:176), ao ressaltar as dimensões simbólica e funcional do imaginário.

Graças ao modo como vêm sendo conduzidos os estudos acerca do imaginário não apenas na história, mas também nas mais diversas disciplinas (Psicologia, Ciências Sociais, Antropologia etc), e no diálogo entre elas, foi sendo desconstruído o sentido pejorativo e depreciativo com que vinha sendo encarado até então. Com efeito, as

concepções de Castoriadis, por exemplo, tem encontrado ampla receptividade entre alguns trabalhos historiográficos, na medida em que sugere abordagens centralizadas na análise do imaginário, como dimensão instituinte da sociedade, sem perder sua perspectiva histórico-social, solo em que aquele se ancora.

Nessa mesma direção reflete Bronislaw Bazcko, ao trabalhar o imaginário dentro da perspectiva da história social e da cultura, pois observa que em toda e qualquer sociedade existe a produção de imaginários sociais, embora nem sempre a produção imaginária se concretize, na prática, na maneira como foi concebida. É através dessa produção que uma coletividade /indivíduo elabora sua identidade, representando a si mesma e ao outro que lhe aparece como ameaçador. É ela que serve, assim, de referência às mais diferentes ações dos agentes sociais. E isso se dá porque, ao constituir-se em

(...)esquemas de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum (...) (Bazcko,1985:311)

No caso das trabalhadoras rurais, suas estratégias em torno de uma ação comum revelam a força conformadora do dispositivo imaginário. Não há dúvida de que nesta luta pela sobrevivência, pela igualdade de direitos, o imaginário suscita adesão a um sistema de valores em que solidariedade, ação comunitária, afetividade, sonhos e

desejo de ser feliz, intervém aglutinando as trabalhadoras rurais em torno de um projeto comum de luta.

As resoluções dos terceiro e quarto Congresso Nacional das Trabalhadoras Rurais (CNTR), realizados, respectivamente, em 1979 e 1985, retratam o início dessa ação comum, do sonho de reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais. A categoria trabalhador rural já não é mais exclusividade do sexo masculino, justamente em razão da luta travada por um salário igual para trabalho de igual valor, bem como pelo reconhecimento das trabalhadoras em sítios e chácaras como categoria trabalhadora rural e não mais como trabalhadora doméstica.

Contudo, apesar da conquistas obtidas no 3º CNTR, predominou a cultura patriarcal, ao reafirmar que a titulação da propriedade permanece sendo apenas do homem, “chefe da família”, reservando às mulheres a classificação de dependentes do marido cadastrado. Somente as viúvas, mulheres separadas ou solteiras maiores de idade podem ter alguma expectativa de serem cadastradas em nome próprio, o que reafirma a hierarquização de gênero entre trabalhadores e trabalhadoras rurais. (Contag,2002:4)

Rua e Abramovay, nos seminários realizados no âmbito do Projeto -Integração da Perspectiva de Gênero no Setor da Reforma Agrária-, nos Estados do Ceará e do Paraná, atentam para as dificuldades das trabalhadoras rurais na obtenção de documentos, como carteira de identidade e CPF, uma vez que cerca de 45% das trabalhadoras do campo não possuem documentação formal. (Rua e Abramovay, 2000:40). Quase a metade dessa população permanece, portanto, invisível civilmente, o que aponta para o não reconhecimento social e institucional de sua condição de trabalhadora rural.

No entanto, essa situação não se restringe ao Ceará; aqui no Distrito Federal, Dona Cosma, uma das entrevistadas, também sofreu iguais restrições, sobretudo da parte do marido, e quase foi impedida de ter sua agroindústria por não possuir um CPF. Ao recordar-se das dificuldades primeiras, superadas pela sua vontade de ser proprietária de um negócio, ela assim se expressa:

(...)meu marido, ele não queria de jeito nenhum, inclusive quando eu fui entrar no Prove era tudo com o CPF dele e tudo, e tinha que fazer empréstimo no banco quando ele proibiu de usar o CPF, Porque meu bem é assim, uma pessoa maravilhosa, mas tudo dele tem que ser tudo correto, ele tinha muito medo de que eu não desse conta do recado, eu corri e fiz o meu, eu fiz individual, porque ele realmente ele teve medo, meu bem foi contra e não aceitou, ia separando de mim por causa dessas coisas mas Deus me deu coragem e eu fui em frente que é isso que tá segurando, me segurando, acho que foi essa força (...)²⁸

Quanto à sindicalização, a prática usual consistia na afiliação aos sindicatos pelos homens, considerados como “chefes da família”, de modo a ter apenas um associado por família, com o pagamento de uma única taxa de contribuição sindical. A partir do momento em que as mulheres pretenderam ter um bloco de produtor no nome delas, associar-se aos sindicatos, votar e serem votadas, a luta conheceu outras dimensões, a do enfrentamento dentro de casa, com seu marido, com seus filhos. (Contag,2002:8)

²⁸ Depoimento D. Cosma, idem, ibidem

Como estratégias de ocupação de espaços dentro do movimento sindical, as mulheres criaram as Comissões de Mulheres Trabalhadoras Rurais no MSTR, que funcionam nos sindicatos, nos pólos, nas federações e na Contag. As comissões municipais são compostas por trabalhadoras rurais, eleitas em seus respectivos sindicatos. A finalidade dessas comissões é analisar a condição e posição social das trabalhadoras rurais, propondo estratégias e políticas específicas que possibilitem superar formas de discriminação, alijamento e opressão praticadas contra elas. Um de seus principais objetivos é assegurar que as políticas e programas voltados para o desenvolvimento rural promovam e protejam os direitos das mulheres e enfoquem a equidade de gênero. Esta se traduz, por exemplo, na ampliação da participação política das trabalhadoras rurais nos espaços de decisão no MSTR e na sociedade em geral. Tem em vista, ainda, a redefinição dos papéis sexuais, herdados da tradição patriarcal. (Abramovay e Castro, 1998:87/88)

O início da década de 90 é marcado pelo fortalecimento da organização das mulheres nas Federações e na Contag. Pelas resoluções tomadas no Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CNTR), realizado em 1991, a formação sindical e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais tornam-se setores cuja direção conta com a participação de uma mulher, Margarida Pereira da Silva, membro efetivo, com direito a voz e a voto na executiva da Contag. Temas como trabalho doméstico, autonomia sobre o corpo, direito ao planejamento familiar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o aborto, foram debatidos nas comissões temáticas do congresso. (Abramovay e Castro, 1998:63)

As propostas sinalizavam para a necessidade de maior participação das mulheres trabalhadoras rurais nos processos

produtivos e nos espaços de negociação e decisão política, efetivada a partir das seguintes pautas: acesso à terra, sem discriminação de sexo/gênero no processo de seleção dos beneficiários; participação nos processos de reforma agrária; valorização do trabalho da mulher na agricultura familiar; melhores condições de trabalho e garantia dos direitos trabalhistas às mulheres assalariadas rurais; política de formação e qualificação profissional; garantia e ampliação dos direitos previdenciários de saúde e educação no campo; denúncia e combate à violência sexista. Enfim, toda uma agenda de luta pelo pleno acesso à cidadania.(Idem, ibidem:67)

Apesar dessas conquistas, apenas no 7^o CNTR, realizado em 1998, é que as mulheres conseguem romper com a sua invisibilidade como integrantes da organização sindical, como trabalhadoras rurais. Pela primeira vez, ao longo de 35 anos de existência do sindicato rural, as mulheres trabalhadoras rurais conquistaram o direito de participar dos espaços de decisão, em âmbito nacional. Isso se deu com a aprovação da política de cotas que estabeleceu, como princípio estatutário, o percentual de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias do MSTR e 50% de participação nos espaços de formação do MSTR. (Contag, 2003:24)

Trata-se de uma conquista significativa, uma vez que rompe com uma cultura misógina que até então as excluía dos espaços de decisão nos sindicatos. Uma cultura que, com atenta Scott (1994:464), buscou excluir as mulheres no âmbito das decisões, sob o argumento de que, como sua estrutura biológica determinava o seu destino social como mãe e dona-de-casa, elas não poderiam ser boas sindicalistas.

Neste mesmo Congresso, outra mudança de grande importância para as políticas de gênero e para os movimentos das mulheres trabalhadoras rurais foi a inclusão de mais uma letra na abreviatura

CNTR, que passou a ter a seguinte nomenclatura -CNTTR-, isto é, Congresso Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais. Um acréscimo de uma letra cujo sentido foi o de, finalmente, conferir visibilidade à mulher como sujeito sindicalizado, como mulher trabalhadora rural, como pessoa com existência própria. Expressava, sobretudo, a presença histórica das mulheres trabalhadoras rurais na sociedade e seu empoderamento.

Trata-se de mudança que não deve ser vista sob uma perspectiva reducionista, entendida tão somente como o acréscimo de uma letra, mas como o resultado do crescente empoderamento das mulheres, como bem constata Raimunda de Mascena:

*(...)Aprovamos a obrigatoriedade da cota de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias do MSTR, enquanto princípio estatutário, e 50% de participação das mulheres nos espaços de formação do MSTR. Proposta que qualificou e reconheceu, ainda mais, o empoderamento das mulheres trabalhadoras rurais(...)*²⁹

Empoderamento, esse movimento de dentro para fora, que remete ao processo pelo qual as mulheres capacitaram-se para o exercício legítimo do poder. O termo empoderamento provém do inglês “empowerment” que, aplicado no contexto dos estudos de gênero, refere-se à potencialidade profissional das mulheres, no sentido de aumentar sua informação, aprimorar suas percepções e habilidades para a troca de idéias e expressão de sentimentos. Seu objetivo mais amplo é, portanto, fortalecer as capacidades, habilidades e disposições

²⁹ Trecho da entrevista de Raimunda de Mascena op.cit

para o exercício legítimo do poder. Pode-se identificar um conjunto de práticas para desencadear o processo de empoderamento, como por exemplo, a análise das experiências pessoais através da reconstrução da história de vida. (Capellin, Delgado e Soares,2000:38)³⁰

O termo empoderamento chama atenção para o conceito de poder enquanto relação que atravessa todo o tecido social. Poder, entendido na perspectiva foucaultiana, qual seja a de uma prática que atravessa vertical e horizontalmente a sociedade, que não se reduz a uma força repressiva, mas como força que opera por uma imensa rede de relações. Poder, percebido em sua dimensão relacional e em suas inúmeras formas de manifestações estratégicas, nos vários momentos da vida social, pois

(...) as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas dessas diferenciações(...) (Foucault,1997:90)

Nesse sentido, a idéia de empoderamento vai além do movimento exógeno de apoderar-se para o endógeno de uma concepção positiva do poder que politiza inúmeros planos da vida social. Como o exercício do poder se dá de modo profundo, sutil, permanente, produtivo e microscópico, é preciso estar atento às

³⁰ Sobre o assunto ver: Alberti, M. (1998) Empoderamiento y la mujer rural en México; Lamas. M.(1998) El género: La construcción cultural de la diferencia sexual; León, M.(1997) Poder y empoderamiento de las mujeres; Alberti e Outros(1997) La Organización de mujeres indígenas como instrumento de cambio en el desarrollo rural con perspectiva de género, entre outros.

formas como, na história, estas relações de poder, instituintes de gênero, se estabelecem. É preciso perceber como operam, como funcionam, para assim poder desconstruí-las e reconstruí-las, de forma a revelar seu caráter de luta e de dominação.

No esforço de aprofundar o desenvolvimento de conceito de empoderamento, Deere e León (2002:52/64) diferenciam quatro tipos de poder: poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro. “Poder sobre” é percebido como a estaca zero de um jogo, no sentido de uma correlação de forças, pois o aumento no poder de alguém significa uma perda de poder para outra pessoa. As outras três formas - poder para, poder com e poder de dentro - são todas positivas e aditivas. O “poder para” serve para catalisar as mudanças quando uma pessoa ou um líder de grupo promove o entusiasmo e a ação dos grupos. É um poder criativo que abre possibilidades e ações sem dominação e está relacionado ao “poder com”, pois permite que o poder seja compartilhado. Já o “poder de dentro”, ou poder interior, está relacionado à auto-estima e aparece quando alguém consegue resistir ao poder de outros, ao rejeitar exigências indesejadas. Também inclui o reconhecimento, que se adquire com a experiência, do modo como a subordinação da mulher é mantida e reproduzida. São formas de poder presentes nos processos feministas de empoderamento.

Não resta dúvida de que tais processos desafiam relações familiares patriarcais, pois certamente levam à perda da posição privilegiada de que desfruta o homem sob o patriarcado. Pelo fato de a subordinação das mulheres parecer normal dentro do imaginário patriarcal, isto é, já se encontra naturalizado, como pertencente a ordem natural das coisas, a mudança no sentido do empoderamento não ocorre espontaneamente, ela inclui a desestabilização dessa construção, legitimadora da relação de dominação/subordinação. O

empoderamento é processo que demanda a tomada de consciência da discriminação de gênero. Ou seja, exige que as mulheres reconheçam o caráter construído da sua posição de margem em relação à posição de centro das identidades culturais de gênero, que reelaborem suas auto-representações, tendo como referência a imagem de um indivíduo com direitos a ter direitos, independente do seu sexo. Trata-se de uma mudança em termos de representação e auto-representação das mulheres, sinalizadas nas falas de Dona Helena, Salete e Dona Clara, quando fazem referência à capacidade de gerenciar suas agroindústrias:

(...) nós conseguiu provar que até hoje em dia qualquer pessoa dessas chácaras que chega lá e quer renovar (empréstimos) eles oferecem até dinheiro prá gente entendeu?(...)³¹

(...)Graças a Deus consegui quitar tudo, né. Ai, depois eu fiz um outro empréstimo prá comprar uma máquina né.Também tô terminando de quitar(...)³²

(...)Hoje trabalho na certeza que já cresci e ainda vou crescer muito(...)³³

Com efeito, tal capacidade explicita-se nos dados do Programa PROVE. Segundo estes, o índice de inadimplência das agroindústrias instaladas é zero. Apenas nove agroindústrias não puderam, em algum

³¹ Depoimento D.Helena, idem, ibidem

³² Depoimento Salete, idem, ibidem

³³ Depoimento D.Clara, idem, ibidem

momento, honrar alguma parcela na data prevista, mas foi possível negociar os prazos com o BRB de forma adequada.

Todavia, o empoderamento não é um processo linear, com um começo bem definido e um idêntico final para todas as mulheres. Ele é engendrado a partir das relações que perpassam as experiências, as histórias de cada indivíduo/grupo, nas diferentes instâncias do social, como bem ressaltam Deere e León:

(...) Não é apenas um aumento no comando da mulher sobre recursos econômicos, mas também o processo pelo qual este aumento ocorre que tem um comportamento decisivo nas relações de gênero. (...) alcançar estes objetivos exigirá lutas simultâneas contra muitas facetas diferentes de desigualdades de gênero baseadas em normas e práticas sociais dentro da família, na comunidade e no mercado, e em vários níveis de organização do Estado (...) (Idem:64)

Neste sentido, entende-se porque, das mulheres entrevistadas nessa pesquisa, 80% delas se recusam filiar-se ao Sindicato Rural de Brasília, pois, além de não se verem ali representadas, ainda o consideram uma entidade inoperante. De acordo com suas avaliações, o sindicato não atende às necessidades específicas das agroindústrias, principalmente em razão do valor das mensalidades e da falta de representatividade do setor das agroindústrias:

(...)Não entrei, nem entrou eu, nem a Clara, nem a Maria José, nós não entramos. aqui na nossa região, nós começamos freqüentar, depois a gente viu que era só prá pagar dinheiro pros que são de lá crescer(...) Só que a nossa a estrutura do nosso pessoal era muito

*pequena, né. Porque prá você pagar o Sindicato, pagar mais a Associação, isso iria tornar inviável a convivência das pessoas(...)*³⁴

*(...) Eu nunca mexi no Sindicato porque a mensalidade deles é alta né É de cem reais (R\$100,00) por mês, é eu não vou pagar ninguém cem reais por mês. Eles não dão nada prá gente, não faz nada prá gente, não faz nada, nada, nada, nada(...)*³⁵

*(...)o sindicato rural, eles queriam por a gente lá no canto, que se juntasse a eles, que deixasse de existir o Prove e nenhum produtor quis isso. Então a gente ficou a parte e eles isolaram a gente. Eles tinham muita raiva do João Luis que era o Secretário de Agricultura do governo Cristovam, só que eles precisavam muita da indústria familiar, a gente foi e eles deixaram a gente pra trás(...)*³⁶

Suas referências ao Sindicato Rural revelam visões informadas por diferentes imagens de sindicato. Uma delas, a de uma entidade paternalista, que cuida de seus associados, sem a consciência de que a força do mesmo vem da união de todos em torno de um projeto comum. Daí, provavelmente, o fato de D. Helena nunca ter “mexido com o sindicato” pois “eles não dão nada pra gente, não faz nada pra gente”. Outra imagem é a de uma entidade inoperante, preocupada em agrupar o maior número de associados, levando em conta apenas o objetivo de arrecadar o valor das mensalidades, como acusa Dona Cosma: “era só prá pagar dinheiro pros que são de lá crescer”. Finalmente, também a imagem de um espaço de luta, de disputa por

³⁴ Depoimento D. Cosma, *idem*, *ibidem*

³⁵ Depoimento D. Helena, *idem*, *ibidem*

³⁶ Depoimento D. Clara, *idem*, *ibidem*

poder, que implicava o próprio desaparecimento do grupo do Prove, como avalia Dona Clara.

São, enfim, referências onde é possível perceber alguns dos sentidos conferidos pelas depoentes às suas experiências com o sindicato, que incluem suas recusas em filiar-se ao mesmo ou suas escolhas em desligar-se dele. Dentre os sentidos, os de ausência, de invisibilidade, de exclusão, de hierarquização, no que diz respeito à participação das mulheres. Ao negarem o sindicato, reiteram justamente o Prove, como espaço importante de configuração identitária, que lhes permitiu tornarem-se proprietárias de agroindústrias: (...) *eles queriam por a gente lá no canto que se juntasse a eles, que deixasse de existir o Prove(...)*

Segundo Raimunda de Mascena, “as mulheres do DF” rejeitam o sindicato porque a vida toda bateram nessa porta que sempre esteve fechada para elas. Na sua avaliação, ocorre uma flagrante confusão entre os/as associados/as, entre o sindicato e seus dirigentes, já que não conseguem fazer a distinção entre o sindicato e as pessoas que o dirigem. Para esta líder, é preciso ter clara tal distinção, é preciso perceber que

*(...) o sindicato não é o senhor João, a Dona Maria, ou seu José que está lá, se aquela direção que está lá, não está dando direção como a gente sonha e quando se precisa para organizar a luta da classe a luta dos homens, a luta das mulheres e perceber que nessa luta tem negro, negra, branco, branca que tem desejos, olhos e cabelos diferentes, as pessoas ficam muito revoltadas eu não quero esse sindicato, mas não é o sindicato é aquela criatura que está dirigindo o sindicato (...)*³⁷

³⁷ Trechos da entrevista de Raimunda de Mascena op.cit.

Diante disso, ela entende que é tarefa difícil organizar trabalhadores e trabalhadoras no Distrito Federal, acrescida pela circunstância de que se trata de um espaço que agrega pessoas de diferentes partes do país, (...) *aqui é a mistura das raças, é difícil você chegar nos anseios absolutos das pessoas.*(...) ³⁸

Souza-Lobo (1991:222), ao refletir sobre as relações entre o sindicalismo e as trabalhadoras, identificou as assimetrias entre as práticas e os discursos das lideranças masculinas e das operárias. Enquanto o sindicato centra sua ação na luta pela defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora, as mulheres não se sentem contempladas nesta agenda, pois querem ser ouvidas para denunciar as desigualdades que vivenciam cotidianamente tanto nos espaços de trabalho familiar como sindical. Querem que sejam incorporadas, na instância sindical, dimensões da vida que contemplem a heterogeneidade de suas experiências como trabalhadoras, quer atentem para as diferenças de gênero, que reconheçam que existe um modo masculino e um modo feminino de viver, de ser, de constituir-se como classe trabalhadora.

Sem dúvida, a presença marcante de trabalhadoras rurais nas mobilizações, no movimento sindical, nas ocupações de terra, é reveladora de formas de lutas, antes impensadas, das mulheres do campo, de suas estratégias específicas de resistência, de agenciamento, de negociação, diante das forças normalizadoras de um aparato cultural disseminador de normas/ papéis/valores/imagens. Formas de luta que incluem a recusa ao assujeitamento, às prescrições, à naturalização das diferenças fundadas na biologia, à normalização de condutas, à essencialização das identidades.

³⁸ Idem, ibidem

Assujeitamento, entendido na acepção dada por Swain, que consiste na resposta individual à interpelação do social que cria as identidades e a identificação a um grupo, definindo sua inserção no espaço social, (Swain,2000:53).

A força política, como mão-de-obra e como segmento organizado da sociedade civil, do movimento das trabalhadoras rurais justifica políticas públicas voltadas para suas necessidades e reivindicações. Não se pode mais ignorá-las, haja vista que, segundo documento da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, apresentado em Brasília, em 1997, as mulheres respondem por 40% da mão-de-obra rural e enfrentam, em média, jornada de trabalho de 15 a 18 horas/dia. Na agricultura familiar, de um total de 16,4 milhões de pessoas, as mulheres representam 36,2%. Trata-se de uma expressiva mão-de-obra envolvida em diferentes atividades produtivas, tendo-se em vista que, conforme o referido documento, cada tipo de produção familiar apresenta um padrão diferente de participação das mulheres nas diversas atividades agrícolas.

A última pesquisa, realizada no Brasil, sobre a participação das mulheres nos diferentes tipos de agricultura mostrou que as mulheres somam 33,5% dos 23,5 milhões de pessoas dedicadas ao setor agropecuário. Na agricultura familiar, de um total de 16,4 milhões de pessoas, elas representam 36,2%. Segunda a mesma pesquisa, cada tipo de produção familiar apresenta um padrão diferente de participação das mulheres nas diversas atividades agrícolas. (Rocha,2000:366)

Assim, no tipo familiar puro,³⁹ a maior participação das mulheres ocorre na agricultura, compreendendo 39,65% do total da mão-de-

³⁹ Tipo familiar puro- serve-se apenas do trabalho não remunerado dos membros da família, não contratando trabalhadores. (Rocha,2000:350)

obra envolvida. No modelo familiar complementado⁴⁰, verifica-se a seguinte participação da mão-de-obra feminina: na avicultura 34,5% e na pecuária 33,5%. Já no tipo empresa familiar⁴¹, há maior participação das mulheres na apicultura e sericultura 31,1%, enquanto na horticultura e floricultura compreendem 27,4%, seguida da avicultura 25,5%, e da agricultura 17%. (Idem,ibidem:350)

Trata-se de participação que é praticamente ignorada porque se encontra subsumida no masculino genérico nas estatísticas oficiais. Estas subestimam e negam a presença das mulheres no conjunto da população economicamente ativa agrícola (PEA), uma vez que a identificam como formada exclusivamente por mão-de-obra masculina.

Não é, pois, por acaso, que a definição de agricultura familiar, sob o enfoque de gênero, cobra a evidência de que as tarefas da produção e da reprodução⁴² estão estreitamente interligadas, o que a diferencia, de maneira intrínseca, de qualquer outro modo de produção. Diana Elson acentua que

(...) esta ignorância do trabalho reprodutivo não-pago e da divisão sexual do trabalho, significa que a macroeconomia encobre o fato de que a redução convencional das despesas e a transformação das políticas monetária e fiscal funcionam, muitas vezes, não tanto pela transferência de uma dada quantidade de trabalho de uma atividade para outra, ou de um

⁴⁰ Familiar complementado- emprega ocasionalmente trabalhadores remunerados. (Idem,ibidem)

⁴¹ Empresa familiar-almém de utilizar a força de trabalho familiar, contrata mão-de-obra que não pertence a família. (Idem,ibidem)

⁴² Essas atividades, por estarem destinadas ao consumo da família, em contraposição à produção patronal que se dirigia ao mercado, por não serem remuneradas ou pouco remuneradas e terem as mulheres como as suas principais realizadoras, vão ser confundidas com as atividades domésticas. E, assim, classificadas como tarefa reprodutiva. (Idem,Ibidem:351)

setor para outro, mas sobretudo pela extensão em tempo total de trabalho pago e não-pago das mulheres (...) (Elson,1997:8).

Por isso, além do significado histórico da agricultura familiar como um modelo de produção diferenciado do patronal, outros significados não podem deixar de serem conferidos à mesma para que ela se descole do espaço doméstico e atinja o mercado. Tal mudança é importante para desestabilizar convenções de sexo/gênero que respondem pela violência praticada contra as trabalhadoras rurais, seja pela sua exploração como mão-de-obra, seja pelo silenciamento quanto a sua efetiva participação na produção familiar.

Não se pode mais ignorar que, na agricultura familiar, as mulheres, além de trabalharem mais do que os homens, ou não são remuneradas, ou são desigualmente remuneradas em relação àqueles e sofrem mais restrições do que eles quanto à possibilidade de participação na vida política. Tais diferenciações caracterizam uma situação de dupla exploração das mulheres nesse modelo de produção, bem como de explícita violência de gênero, ao manter sua invisibilidade como trabalhadora e ao negar seus direitos como cidadã.

Assim, não obstante realizarem tarefas produtivas no espaço da agricultura familiar, tais como a criação de diversas espécies de animais de pequeno porte, manejo do gado leiteiro, plantações de feijão, milho, hortaliças, frutas, além de produzir alguns artesanatos e beneficiar produtos advindos dos roçados e quintais em torno de suas casas, permanecem, formalmente, sem serem reconhecidas como trabalhadoras rurais. Ou seja, não são reconhecidas como participantes efetivas dos processos de produção do setor agropecuário, particularmente nas situações em que ocorrem redefinições de valores

para a forma de produção familiar. As dificuldades de acesso às políticas públicas de apoio e incentivo à produção, particularmente aos seus programas de abertura de crédito, de assistência técnica e de capacitação, voltados para o atendimento às demandas e necessidades da agricultura familiar, evidenciam esse não reconhecimento institucional, em nível do Estado.

Não resta dúvida de que o desafio de eleger a agricultura familiar como uma modalidade de produção, capaz de gerar trabalho e renda para as populações rurais, inclui não apenas uma leitura crítica das relações de gênero no seu interior, mas também uma abordagem dessas relações de uma forma diferente. Ou seja, as ações têm que ser formuladas com base na compreensão de que, para superar os quinhentos anos de desigualdade de gênero e possibilitar às mulheres condições de igualdade em relação aos seus parceiros do sexo masculino, serão necessárias não apenas medidas específicas, que levem em conta as diferenças, mas também a igualdade de chances entre os sexos, que passa pela desnaturalização das diferenças fundadas na divisão de gênero.

Assim, ao dessexualizarmos o conceito de “tarefa produtiva”, observa-se que as mulheres aparecem como protagonistas e não como coadjuvantes no espaço da agricultura familiar, como é o caso de Dona Clara, Dona Cosma, Dona Helena, Dona Iolanda e Salete, uma vez que são as proprietárias de suas agroindústrias. Usfruem, portanto, em razão dessa condição, do direito de participação em programas do governo para agricultura familiar.

No que se refere ao acesso aos benefícios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Pronaf, apenas 7% dos beneficiados são mulheres. Além da baixa representatividade neste programa, também são poucas as mulheres beneficiadas diretamente

em projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estas estão contempladas apenas em projetos como o Casulo, Lumiar e Procera, iniciativas governamentais centradas em estender às mulheres trabalhadoras benefícios creditícios, educativos, profissionalizantes e de assistência técnica. (INCRA:2001)

Inegavelmente, é ainda muito baixa a representatividade das mulheres nos programas governamentais de apoio e fomento à agricultura familiar, já que, do ponto de vista legal, não existe impedimento para que elas sejam beneficiárias diretas. Todavia, o que prevalece é a permanência de práticas misóginas tradicionais. Estas estão presentes até mesmo em algumas agroindústrias do PROVE, tendo-se em vista que, apesar de todas as atividades de produção, gerência e distribuição serem executadas pelas trabalhadoras rurais, verifica-se, de acordo com a lista oficial do Programa, que apenas 10% das mulheres ali são identificadas como titulares. No caso das agroindústrias Portominas, Sici, Vovó Helena, Ramiro e Da Horta o financiamento está no nome das respectivas proprietárias.

Não é, pois, sem razão que os referidos programas sofram críticas por parte das trabalhadoras, pois são identificados como iniciativas onde as mulheres permanecem tendo tratamento diferenciado e desigual em relação aos homens. E isso ocorre porque estão ainda vinculados por convenções de gênero, que respondem pela reprodução das desigualdades entre mulheres e homens, haja vista que simplesmente ignoram, porque se encontram naturalizadas, as relações de opressão e exploração das mulheres nesse modelo de produção. Uma vez que a agricultura familiar é responsável por 60% da produção nacional, e incorpora maciçamente o trabalho das

mulheres⁴³, a inclusão de políticas de gênero é fundamental para romper com esta situação de discriminação.

É na direção das conquistas das proprietárias de agroindústrias do DF que as organizações de mulheres, a exemplo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da Coordenação Nacional de Mulheres da CONTAG, denunciam o não reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras e exigem a criação de mecanismos que garantam o seu acesso ao título da terra e ao crédito. Afinal, estas são condições que irão permitir a sua efetiva participação no processo, de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável.

Assim, pensar as políticas públicas sob o enfoque de gênero, implica o desafio de romper com práticas de exclusão das mulheres do mundo público, o que demanda instaurar um intenso processo de discussão sobre o binômio igualdade/ diferença, de modo a desestabilizar e romper com a construção generizada das esferas da vida social e torná-las espaços de cidadania, sem hierarquizações entre uma e outra.

Entende-se, portanto, a amplitude de pauta de reivindicações dos movimentos das trabalhadoras rurais que extrapola, em muito, a luta por acesso à terra e por melhores e iguais condições de produção, para incluir também demandas outras, como habitação, educação, saúde, lazer e participação política. Ela inclui, fundamentalmente, transformações nas relações de gênero não apenas no espaço da agricultura familiar, mas na sociedade como um todo.

Segundo Lourdes Bandeira, no Brasil, poucas pessoas reconhecem a diferença entre políticas públicas e políticas públicas de

⁴³ A esse respeito ver: “Balanço da Reforma Agrária e Agricultura Familiar”. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2000; “Política Pública e Agricultura Familiar: Uma leitura do PRONAF”. In. Estudos – Sociedade e Agricultura, n.8, Rio de Janeiro, 1997.

gênero. Embora o foco da ação governamental contemple as mulheres, trata-se de política informada pela concepção tradicional do feminino, a qual reafirma para aquelas a função de reprodução e os papéis de administradora do lar e educadora dos filhos, limitando, assim, sua atuação na sociedade. Para a autora, políticas públicas de gênero devem,

(...)considerar as diferenças e desigualdades existentes entre homens e mulheres, bem como o conflito e a violência que ensejam nas relações interpessoais. Além disso, devem atuar na dimensão da subjetividade feminina, consolidando a noção de que as mulheres são sujeitos de sua história, donas de suas idéias, atos e palavras, capazes de exercer poder e interferir na situação de discriminação de que são objeto e promover transformações na sociedade.(...) (Bandeira,2003:19)

Para Abramovay (1998:87), a posse da terra e a correspondente documentação são bandeiras comuns às organizações das trabalhadoras rurais, combinando diferentes significados conferidos àquelas com as diferentes necessidades, como um dos caminhos para a recuperação da auto-estima ou para sua construção.

Nesse sentido, é importante ressaltar os avanços, fruto das mobilizações das mulheres, observados no campo normativo, explicitados nas publicações de portarias, protocolos de intenção e resoluções, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre os anos de 2000 e 2001. Nesse sentido, destaca-se a Portaria 33, de 08 de março de 2001, que finalmente institucionalizou o Programa de Ações Afirmativas para promoção da igualdade de oportunidades e

de tratamento entre homens e mulheres. Também a Resolução n. 6, do CNDRS, de 5 de março de 2001, determinou mudanças nas normas de seleção para facilitar o acesso das mulheres aos benefícios da Reforma Agrária, bem como a substituição da expressão “do lar” para trabalhadoras rurais na identificação da atividade ocupacional das mulheres da zona rural. Tal mudança tem em vista garantir seus direitos previdenciários e trabalhistas, atendendo finalmente à reivindicação da pauta da Marcha das Margaridas.

A “Marcha das Margaridas”, apesar da simplicidade sugerida pelo nome da flor que a representa, compreende um amplo e forte movimento organizado pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pelas Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, todos reunidos em torno da luta contra a fome, a miséria, a exclusão, a exploração e a violência sexista no campo.

A proposta teve origem no movimento de mulheres do Canadá, quando cerca de 850 mulheres marcharam 200 km em caminhada de protesto contra a pobreza, sendo recebidas por 15 mil pessoas em frente à Assembléia Nacional de Québec. Tal marcha constitui um claro exemplo das resistências das canadenses ante o processo cultural de assujeitamento ao modelo capitalista neoliberal, à globalização e, sobretudo, à exclusão social que acaba, em momento de mudanças estruturais, alijando os indivíduos/ grupos/comunidades socialmente menos favorecidos, sendo que, entre estes, estão as mulheres. As canadenses que marcharam no Québec por “Pão e Rosas” denunciaram as perversidades do modelo neoliberal, como a violenta exclusão social, protestaram contra as políticas públicas de cortes nos programas sociais em nome dos imperativos da mundialização e

propuseram o reconhecimento e o desenvolvimento de uma economia alternativa, uma economia social e solidária. Apresentaram várias reivindicações, uma das quais se referia especificamente à necessidade de se adotar um programa de infraestrutura social, com empregos imediatamente acessíveis às mulheres. (Capellin et. al.,2000:12)

Não há como deixar de reconhecer que se trata de movimento que estimulou inúmeros outros em vários países, como foi o caso do Brasil, com a “Marcha das Margaridas”. Tal denominação para o movimento das trabalhadoras rurais foi dada em homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983, na cidade de Alagoa Grande (PB).⁴⁴

Desenvolvendo sua marcha, foi assim que, no dia 10 de agosto de 2000 elas chegaram à capital do país. Brasília ficou florida de Margaridas que vieram de todos os lugares do Brasil, representando as dezenas de milhares de trabalhadoras rurais, que ficaram em seus assentamentos, comunidades, municípios, estados e regiões. Reunidas sob a bandeira -Duas mil Razões para Marchar- elas reivindicavam políticas públicas para combater a “Fome, a Pobreza, e a Violência Sexista”.(Idem:ibidem)

Movimento até então relativamente desconhecido no cenário nacional, seus propósitos, ações, estratégias e constituição foram, resumidamente, apresentados por Raimunda de Mascena, coordenadora da Marchas das Margaridas:

(...)No ano de 2000, pela primeira vez a gente tentou se organizar com a Marcha das Margaridas, isso pra nós foi muito importante, porque a gente conseguiu botar o governo brasileiro

⁴⁴ Trechos da entrevista de Raimnda de Mascena in *op.cit.*

*numa condição de que, ou ele olha que o país é feito de homens e mulheres e quem tá produzindo pra sustentar essa nação somos nós mulheres, então não adianta discutir desenvolvimento no país (...)*⁴⁵

A “Marcha das Margaridas” é uma das maiores mobilizações de mulheres, em âmbito nacional, que se destaca das demais provavelmente pela sua capacidade de mobilizar, de forma irreverente e ousada, esse contingente de trabalhadoras rurais. Igualmente se distingue pela repercussão política de sua ação, dentro e fora do país, bem como do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Revelando seu fôlego e sua força e vontade de lutar, em Agosto de 2003, as “Margaridas” voltaram a marchar, sob a temática “Duas mil e três razões para marchar”.

Nesta edição da Marcha das Margaridas, que marcou os 20 anos do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, a CNMTR reuniu em Brasília, segundo dados da Contag, mais de 40 mil trabalhadoras rurais. Nesse evento, elas entregaram ao Presidente da República a pauta de reivindicações, que inclui políticas públicas de gênero voltadas para assegurar o acesso à terra às trabalhadoras rurais, a preservação ambiental via projetos de desenvolvimento sustentável, salários dignos, documentação, saúde e a extinção da violência sexista.

De acordo com Raimunda de Mascena, um dos objetivos da marcha foi alcançado, uma vez que ela adquiriu visibilidade política:

⁴⁵ Trecho da entrevista de Raimunda de Mascena (Idem, ibidem).

*(...) a marcha foi belíssima porque ela nos mostrou que todas aquelas mulheres que estiveram aqui qualquer repórter que perguntava, ela dizia: eu vim lutar pra combater a violência, a pobreza e conseguir melhores condições de vida no meio rural(...).*⁴⁶

Ainda, segundo a coordenadora do movimento, a elaboração e a entrega da pauta de reivindicações ao governo federal deixaram bem claro para esse e para a sociedade “*quem são elas , quais seus sonhos, quais caminhos querem construir, que mundo querem desconstruir e que mundo querem construir*”.⁴⁷

Os sonhos, tópico antes desconsiderado nas agendas políticas dos movimentos sociais, remete-nos à dimensão imaginária instituinte do social, tão importante e efetiva quanto à material, como assinala Gaston Bachelar (1994:14). Afinal, o que seria da vida e da ciência sem o sonho? Afirma este autor que, em seu nascimento e desenvolvimento, a imagem é, em nós, o sujeito do verbo imaginar. Ele não é o seu complemento. O mundo vem se imaginar no devaneio humano, na capacidade de o imaginário criar um certo tipo de realidade, ou, ainda, apenas uma outra dimensão de produção da realidade, tão efetiva quanto a própria concretude. (Idem,ibidem:22) A imaginação, segundo Bachelar,

(...) não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade, ela é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade. (...) Não rejeita

Trecho da entrevista de Raimunda de Mascena op.cit.
Idem,ibidem

a ação libertadora da imaginação imaginante que cria numa instância que lhe é própria, autônoma”.(...) (Idem,ibidem:14)

Significativamente, os sonhos e desejos das trabalhadoras rurais são explicitados na pauta política apresentada pela Marcha das Margaridas ao governo federal. Trata-se de um momento singular na história do movimento sindical, uma vez que trabalhadoras rurais são protagonistas do processo de negociação de questões que dizem respeito ao conjunto da categoria. Questões que incluem suas necessidades e demandas específicas, definidas a partir de suas experiências e do imaginário que as preside, configuradoras da realidade cotidiana de cada trabalhadora rural, na qual cada identidade é modelada, formada, construída.

A necessidade de se definir quem são as trabalhadoras rurais e quais seus projetos não poderia estar dissociada da pauta já que, como atenta Gilbert Durand, é na “trama urdida dos sonhos e desejos” que se prendem as realidades cotidianas. Segundo esse autor,

(...)a experiência da imagem ativa, da imagem poética como do símbolo religioso faz-nos penetrar em um “Universo outro” onde o espaço fenomenal foi abolido, é a modalidade do “Mundo Imaginalis” esta gigantesca trama urdida dos sonhos e desejos da espécie e aonde vem se prender, a despeito delas, as pequenas realidades cotidianas.(...) (Durand,1984:16)

A importância da Marcha das Margaridas evidencia-se na própria aglutinação de diferentes organizações das mulheres do campo,

imagem emblemática de suas lutas no sentido de abertura de um canal direto de negociação entre o movimento social das trabalhadoras rurais e o governo em torno de suas demandas, interesses e desejos. Trata-se de prática política que revela o reconhecimento público, institucional, de mais um sujeito sócio-político na esfera do poder, as mulheres trabalhadoras rurais, no caso específico, as mulheres trabalhadoras rurais de Brasília.

Uma das maiores vitórias dessa luta deu-se com a primeira Marcha das Margaridas, ocasião em que foi aprovada a redução da taxa de juros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/ PRONAF para o custeio e investimento agrícola. A taxa passou de 5,75% a.a, para 4,0% a.a, no caso do custeio, e de 3,0% a.a para investimento.(Contag:2003)

A respeito da importância do movimento de mulheres rurais no conjunto dos movimentos sociais rurais, Lavinias (1987:47) atenta para sua historicidade, no esforço em romper com o silêncio construído em torno da presença das mulheres nas lutas sociais no campo, no Brasil. Para essa autora,

(...) Recentemente surgiram e se ampliam movimentos que apontam outras questões, além da terra, salário e produção. O mais novo movimento neste sentido é o das mulheres. Seria errôneo, porém, entender que a presença de mulheres nas lutas sociais no campo, no Brasil seja recente. Em todas as lutas as mulheres se fazem presentes e empurram os próprios maridos: nas lutas de posseiros, dos sem-terra, das barragens, de assalariados, de integrados.(...) (Lavinias, 1987:47)

Neste sentido, a pouca importância dada às relações de gênero pelos formuladores de políticas públicas é hoje, mais do que nunca, alvo de questionamento por parte dos movimentos das mulheres. Estes insistem naquela perspectiva de forma a permitir romper com hierarquizações naturalizadas por práticas sociais pelas quais valoriza-se o masculino em detrimento do feminino e promove exclusões igualmente fundadas nessa hierarquização, dentre elas a própria construção da invisibilidade das mulheres no espaço social.

As políticas públicas de gênero, não obstante seus limites, revelam a força daqueles movimentos particularmente no sentido de desestabilizar representações cristalizadas no imaginário social acerca das mulheres e do feminino e de incorporar no discurso governamental o termo gênero, ou seja, a “representação de uma relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria” (De Lauretis, 1994:209).

Tal incorporação permite contemplar as diferenças entre homens e mulheres, reconhecidas, finalmente, na direção de superar as desigualdades nas relações entre os sexos e não de reproduzi-las. Permite perceber que as mulheres (assim como os homens) são, como atenta De Lauretis (*idem, ibidem*:209), sujeitos construídos no gênero, não apenas através da diferença sexual, mas por códigos lingüísticos e representações culturais. Trata-se de sujeito generizado, “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe, dentre muitas outras. Sujeito generizado e, portanto, múltiplo, instável, contraditório, produto e processo de diferentes tecnologias sociais, pois, como assinala a referida autora:

(...)O gênero, como real, não é apenas efeito de representação, mas também seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação. O termo gênero “é na verdade, a representação de uma relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria”.(...) (De Lauretis,1994:209)

Nas políticas públicas de gênero talvez o maior desafio seja o de desnaturalizar, isto é, romper com construtos sociais informados por um sistema de pensamento ancorado nas imagens de mulher/mulher trabalhadora/ trabalhadora rural que a nomeia e a identifica apenas como beneficiária, consumidora ou ajudante secundária nos processos produtivos e políticos. Tal desnaturalização permitirá a ruptura com o lado paternalista das políticas, historicamente cooptador, discriminador e hierarquizador já que, em última instância, significa: “tudo para as mulheres, porém nada com as mulheres”.

Analisar tais políticas sob a perspectiva de gênero implica observar as referidas convenções atravessando os códigos normativos que ordenam propriedades, heranças, transmissão e usufruto, definidos a partir de uma matriz patriarcal, misógina e heterossexual. Esta responde pela exclusão das mulheres da vida pública com a prescrição de sua reclusão ao mundo doméstico, com o seu não reconhecimento como trabalhadora, no mesmo sentido conferido ao trabalhador. Assim, na criação de ações específicas para combater as desigualdades entre homens e mulheres, não se pode ignorar o caráter construído e, ao mesmo tempo, construtor de gênero, operando através de diferentes e múltiplas “tecnologias políticas”, instauradoras das hierarquias e das desigualdades na sociedade brasileira e brasiliense.

O uso da categoria gênero e de seu caráter relacional na análise desses movimentos e na definição de políticas públicas é perspectiva incontornável, já que ela permite perceber como ele opera na produção/reprodução de uma lógica binária que fragmenta o indivíduo em um lado masculino, que é valorizado socialmente, e um feminino, que é desvalorizado. Afinal, como ressalta Flax,

(...)Vivemos num mundo em que o gênero é uma relação social constituinte e também uma relação de dominação. Portanto tanto o entendimento do homem quanto o da mulher de anatomia, biologia, corporificação, sexualidade e reprodução estão parcialmente enraizado em relação de gênero preexistente, refletem-nas e devem justificá-las(ou contestá-las). Por outro lado a existência de relações de gênero nos ajuda a ordenar e entender os fatos da existência humana(...) (Jane Flax,1991:241).

No caso das trabalhadoras rurais do Distrito Federal, o uso de gênero como categoria de análise se tornou um instrumento valioso porque me permitiu conhecer, aproximar-me dos mundos de Dona Clara, Dona Cosma, Dona Iolanda, Dona Helena, Salete, no sentido de nomear, ordenar, re-conhecer campos de significações estabelecidas por representações e práticas sociais instituintes e, ao mesmo tempo, instituídas a partir daquela relação social.

PARTE II

Os mundos das proprietárias de agroindústrias

“As questões envolvendo gênero e as relações de poder estruturam todas as facetas da vida: da família, da educação, dos mundos do trabalho, da política, da cultura, e até da hora de lazer. A estrutura das relações de poder determina e filtra muitas construções de nossas vidas como mulheres. Ela determina a divisão social do trabalho, define e nos objetifica como mulheres, organiza expectativas para quem devemos ser e emoldura as fronteiras na concepção de quem devemos nos tornar.” (Eleni Roulis, 2002:10)

Capítulo 1. Agroindústrias com marcas de mulheres: trabalhadoras e provedoras.

“Ainda não tinha idéia de quanto o Prove ia mudar minha vida. Hoje o biscoito passou a ser a principal renda da minha família. Hoje trabalho na certeza que já cresci e ainda vou crescer muito.” (D.Clara)⁴⁸

O depoimento de D. Clara, proprietária da agroindústria Portominas, é sobremaneira revelador quanto a dois aspectos. Um deles, o da importância do PROVE nas mudanças operadas em sua vida, ao lhe assegurar a viabilização do projeto de ser proprietária de uma agroindústria. O outro, o das mudanças inscritas nos níveis das relações pessoais e de trabalho, na experiência como proprietária, responsável pelo gerenciamento de sua agroindústria, o que inclui o trabalho não apenas de administração, mas também de produção, transformação e comercialização dos produtos.

Com efeito, cada uma destas empresas faz parte das histórias de mulheres destemidas, que apostaram no Prove e na cidade que nascia no cerrado, de trabalhadoras rurais que se tornaram proprietárias, que criaram, a partir de seus saberes, formas próprias para produzir e vender bolos, doces, biscoitos, frutas cristalizadas temperos e hortaliças.

⁴⁸ Depoimento D. Clara, idem, ibidem

Cinco mulheres, cada qual com seus sonhos, desejos, esperanças, interesses, valores, tradições, dificuldades e, por isso mesmo, com muita coragem e alegria pela vida e pelo que esta lhes proporcionou: suas famílias, suas agroindústrias e suas “criações de amor”. Toda uma vivência presidida por energias criadoras, como a identificada por Dona Clara, a primeira entrevistada, uma trabalhadora rural, com muitas idéias, ideais e sonhos, construídos ao longo de uma vida com muito trabalho, dificuldades e luta. Dentre esses, a de colocar seus produtos no mercado, adquirir equipamentos, concluir a construção de sua agroindústria PORTOMINAS, pagar suas dívidas junto ao banco, cuidar e alimentar sua família.

Não obstante todos esses desafios cotidianos, em que há uma acumulação de atribuições, cujo corolário é uma carga dupla de trabalho, a força que a impulsiona é sua vontade de produzir, de criar, de trabalhar em prol do crescimento de sua agroindústria. Daí, porque, encontrá-la, segundo sua avaliação, em todos os momentos, com sorriso nos lábios e feliz por produzir suas “petas de sonhos”.

A segunda entrevistada, D. Helena, identifica-se como uma mulher dinâmica, inquieta, corajosa, que por nada se deixa abater. Direta e franca em suas respostas, é ciosa de sua intimidade, evitando maiores referências sobre a mesma, mantendo um distanciamento que protege essa dimensão de sua vida.

Talentosa no que produz, a proprietária da agroindústria VOVÓ HELENA administra seus negócios com coragem, não obstante as dificuldades para comercializar seus produtos, que são doces em compotas e geléias. Possui um depósito grande e abarrotado de matéria-prima necessária ao bom andamento da produção de sua agroindústria, cujo gerenciamento assegura-lhe o perfil de bem sucedida, com muitos freezers e excelentes instalações.

Trata-se de mulher com idéias novas em relação às máquinas e equipamentos, com prática quanto aos métodos de redução de custos na produção e de embalagem dos produtos, ou seja, bem sintonizada com a economia de mercado. Dinâmica e arrojada, tira férias, viaja, sente-se feliz com sua agroindústria, embora decepcionada em relação às perspectivas atuais da economia do país.

Dona Cosma, a terceira entrevistada, que deixou, durante toda a entrevista, transparecer seu lado fraternal e familiar, é mulher igualmente forte, com suas peculiaridades, dentre estas, as da perseverança e habilidade para negociação. Como as outras, igualmente uma guerreira, no sentido de lutar por seus projetos, de não desistir deles por nada. Seu empenho na consecução de seus propósitos inclui a capacidade de negociar, inclusive com o marido, cujo apoio ela não dispensa pois percebe-o como co-participante de seus projetos.

À frente de sua agroindústria, D. Cosma experimentou, sem desmotivar-se, a produção e comercialização de vários produtos até encontrar aqueles que melhor se adaptassem ao mercado, que são bolos dos mais variados sabores e biscoitinhos diversos. O amor pelos seus produtos é visível, haja vista seu orgulho ao apresentar suas criações. A sensação de vitória, de conquista, de realização, que transparece em seu olhar e em seu sorriso, é contagiante.

A agroindústria SICI, de sua propriedade, é bem estruturada, com financiamento em dia e planos de ampliação de seus negócios, com vistas construir e produzir mais. É visível, nela, a postura realista quando fala de seus projetos, o que não a impede de ser uma apaixonada pela terra onde vive, ama e agradece à Brasília por tudo o que possui. Sua visão de vida exclui a possibilidade de passeios e lazer, provavelmente porque informada pela concepção de que o

sucesso depende do trabalho e não comporta momentos de lazer que ela vê como “tempo desperdiçado”, ou como “luxo” que não pode proporcionar a si e aos seus familiares.

A quarta entrevistada, D. Yolanda, quanta disposição e energia para o trabalho em seus setenta e dois anos de vida e de muita luta e coragem. Um exemplo vivo de determinação e de garra ante inúmeras dificuldades, sobretudo no âmbito familiar. Proprietária da agroindústria RAMIRO, onde produz temperos diversos como colorau, pimenta do reino moída, pimenta calabresa desidratada, bem como vários outros produtos orgânicos, sem agrotóxicos, que ela mostra com orgulho ímpar.

Apesar da escolaridade restrita, percebe-se tratar-se de mulher detentora de vários saberes, como os relativos à produção, transformação, comercialização dos produtos, saberes aprendidos ao longo da vida, desde à infância, como é próprio do campo, que faz dela uma trabalhadora qualificada para a agricultura familiar.

Salete, a quinta entrevistada, a mais jovem de todas, 34 anos, respeitada e citada como exemplo por todas as outras entrevistadas, já que é vista como a imagem do sucesso. E isso porque é proprietária da maior agroindústria, a DA HORTA. Trata-se da maior unidade de produção, bem estruturada e equipada, com freezers, câmeras frias e vários outros utensílios necessários ao funcionamento da agroindústria. Tudo que a empresa possui está quitado, seus produtos são bem diversificados, compreendem desde frutas e temperos desidratados, passando às verduras lavadas, cortadas e embaladas a vácuo, tomates secos embalados e em compotas.

Esta proprietária, apesar de revelar seu conhecimento quanto aos aspectos fiscais e financeiros de sua agroindústria, não descarta, porém, o apoio do marido para as operações de comercialização e

distribuição dos produtos. Mulher empreendedora, igualmente forte, demonstrou, durante a entrevista, uma certa fragilidade, ou mesmo insegurança, em visível contradição com a imagem de empresária de sucesso que as outras têm dela.

Com efeito, essa mulher rural/urbana, que levou a modernidade para o campo, com a empresa equipada com computador, fax, arquivos, que tornou sua agroindústria um modelo para as outras, talvez por isso mesmo, se sinta mais à vontade para assumir suas fragilidades e seus receios, possivelmente também presentes nas outras entrevistadas, mas não explicitados em seus depoimentos. Em seu “fazer”, ela nos ensina como é possível, pequenas propriedades rurais, administradas por trabalhadoras rurais, tornarem-se espaços de possibilidades e de realizações, haja vista o seu reconhecimento como proprietária de agroindústria. Tal projeção é significativa pois implicou a ruptura com sua condição de indivíduo invisível, com sua inserção efetiva e participativa no mercado.

Embora a história esteja repleta dessas e de outras tantas mulheres rurais, cujas experiências negam o modelo normativo de mulher, discursivamente prescrito e veiculado por diferentes lugares institucionais, persistem as construções, sobretudo na historiografia, acerca de sua invisibilidade, de sua ausência histórica. Ou, então, quando visualizadas, isso ocorre justamente para apresentá-las como desviantes, transgressoras, anormais, pertencentes ao mundo da “desordem”. As mulheres aqui apresentadas desmistificam a construção generizada de passividade e desestabilizam representações consolidadas no imaginário social da mulher como ser frágil, incapaz e submisso. São pessoas que inverteram os papéis tradicionalmente prescritos, já que são proprietárias, provedoras, sujeitos de suas próprias histórias.

Daí minha opção por suas histórias. São histórias de pessoas comuns que compõem a matéria-prima de uma história dos excluídos, de uma história “vista de baixo”, de uma história, parodiando Foucault, de “mulheres infames”, pessoas desconhecidas, simples, sem fama. A opção por uma história de pessoas comuns, se deu porque, conforme ressalta E. P. Thompson, é perspectiva que permite trazer a

(...)história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (...) Propicia o contato- e, pois, a compreensão-entre classes sociais e gerações....Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história(...)
(Thompson,1982:44)

Uma perspectiva, portanto, que não obstante seus limites – particularmente o da dificuldade em “precisar que história vem de baixo” (Sharpe,1982:43) – é, reconhecidamente, plena de possibilidades, pois permite

(...) explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão freqüentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história (...) (Idem,ibidem:41)

“Extrair” as histórias dessas mulheres de dentro de sua comunidade e trazê-las para dentro das mesma, de modo a melhor compreender os seus mundos, foi operação que se tornou possível graças, principalmente, ao uso da história oral e de histórias de vidas. E isso porque, tal como Sharp, entendo ser a “abordagem dos indivíduos tão valiosas quanto as coletivas, mais familiares a história social”. (Idem,ibidem:45)

Trata-se de perspectiva e de procedimento que me permitiram “explorar” os mundos dessas mulheres, atentando para as representações e práticas constitutivas de seu cotidiano. Uma história, enfim, que prioriza um coletivo anônimo e aparentemente banal, “miudezas”, nos dizeres de Jim Sharp (Idem,ibidem:46), ignoradas pela historiografia tradicional, embora igualmente relevantes para a apreensão das experiências das pessoas, pois permitem o reconhecimento de terrenos até então pouco explorados, como vida familiar, maternidade, sexualidade, sociabilidades, condutas, valores, costumes e tradições.

Como avalia Peter Burke, com a incorporação de novas abordagens, como a da “história vista de baixo”, de novas fontes, como a história oral, de novos objetos como as mulheres/trabalhadoras rurais, a historiografia jamais será a mesma,

(...) até mesmo por ter se aventurado a dialogar com outras áreas do conhecimento, por ter sido atrevida ao ampliar a acepção das fontes e os critérios para a análise documental, criando talvez um novo paradigma para a composição da história (...)
(Burke,1982:22)

O desafio dessa pesquisa de contemplar pessoas comuns, pessoas esquecidas pela história oficial, implicou atentar para suas

experiências, que incluem seus sonhos, desejos, emoções, valores e tradições, dimensões tão importantes na configuração de seus mundos, de sua realidade social, como as de suas lutas, disputas, conflitos de interesses, de classe, de gênero, se bem que aquelas ainda permanecem sendo vistas como de menor importância por muitos estudiosos da sociedade. E isso porque entendo que a partir da experiência, ‘essa exploração aberta do mundo e de nós mesmos’, (Thompson,1981:181) é possível apreender emoções, valores, interesses, idéias, temores ou desejos.

Atentar para essa dimensão instituinte do social, expressa nas imagens e representações que informam os depoimentos das proprietárias das agroindústrias, é contemplar o imaginário social, pois este

(...) faz parte de um campo de representações e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade (...)
(Pesavento,1995:15)

Como esquema de interpretação e de valorização (Bazcko,1985:311), o imaginário é uma das forças reguladoras da vida coletiva, uma vez que “informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira”. (Idem, ibidem:311) Neste sentido, ele trabalha, conforme assinala Swain,

(...) um horizonte psíquico habitado por representações e imagens canalizadoras de afetos, desejos, emoções, esperanças, emulações. O próprio tecido social é urdido pelo imaginário- suas cores, matizes, desenhos, reproduzem a trama do fio que engendrou. O imaginário seria condição de possibilidade da realidade instituída, solo sob o qual se instaura o instrumento de suas transformações (...)(Swain,1994:48)

Assim, no entendimento de que “afetos, desejos, emoções, esperanças, emoluções” estão canalizados nas imagens/representações constitutivas do imaginário social que informa sobre a realidade das trabalhadoras rurais, proprietárias das agroindústrias, priorizei, para análise, por conta do seu potencial investigativo e analítico, as técnicas de história oral e de história de vida. Entendo que elas permitem uma melhor apreensão dos mundos dessas mulheres, configurados em seus espaços formais e informais, em suas dimensões físicas /material e simbólica/ imaginária, revelados em seus depoimentos.

Tal opção deve-se aos objetivos propostos e ao fato de que sua utilização envolve um mínimo de interferência dos/as pesquisadores/as, deixando o discurso fluir a partir da ordenação dada pela/o própria/o entrevistada/o aos acontecimentos de sua vida. São procedimentos promissores quanto ao desafio de se efetuar uma primeira entrada nesse universo, de forma a conhecer seu cotidiano, as relações que o presidem, bem como opiniões, valores, preceitos, interesses, conceitos, convenções, aspirações, sonhos que o informam; ou seja, aos esquemas de interpretação e valorização que definem e orientam as ações das proprietárias de agroindústrias. É técnica que permite fazer uma leitura sensível das leituras que elas fazem de si e de seus mundos, que permite apreender,

(...) como agiam os “silenciosos”, aqueles que pouco aparecem na documentação escrita. Isto é, as camadas de baixa renda; saber como encaram sua existência diante das modificações velozes em curso. Constitui uma larga abertura para a utilização de relatos orais e de histórias de vida. (...) (Queiroz,1988:33)

Trabalhei com alguns recortes das entrevistas que me pareceram relevantes para os objetivos propostos, de uma melhor apreensão dos mundos das trabalhadoras rurais, proprietárias das agroindústrias. Nesse sentido, estive atenta, às imagens/representações instituidoras das mesmas e, ao mesmo tempo, também por elas instituídas.

Tais recortes foram selecionados porque reveladores, concomitantemente, tanto das singularidades, como dos traços comuns, das “marcas” impressas nos gestos e falas das entrevistadas, ao longo de suas histórias, de suas experiências. “Marcas” reveladoras de como os sujeitos são constituídos na experiência, seja pela presença constante em seus depoimentos – como trabalho, o casamento e a maternidade –, seja pela ausência ou precário acesso - como a educação escolar e a sexualidade -. “Marcas” reveladoras do lugar social de cada uma, construídas, como assinala Louro,

(...)ao longo dos séculos, os sujeitos vêm sendo examinados, classificados, nomeados por significados, que não são sempre os mesmos. Alguns desses significados podem ser extremamente relevantes para alguns grupos e, podem vir se constituir em marcas definidoras dos sujeitos – marcas de raça,

de classe de etnia, de gênero, para dizer o lugar social de cada um - (...) (Louro,2003:12)

Trata-se de análise informada pelo entendimento de que a linguagem não é neutra, nem transparente. As falas não chegam puras até nós, mas ressignificadas pela maneira de perceber o mundo, pelo modo como seus autores conferem significados às experiências vivenciadas. São expressões dos esquemas de interpretação e também de valorização que envolvem os sujeitos, plenas, portanto, dos símbolos que compõem a cultura e que atravessam as relações sociais. Inscrevem-se, enfim, no campo das representações sociais, entendidas, essas, como

(...) uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Sendo, por esta razão sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros, - orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais - (...) (Jodelet, 2001:22)

Sob tal perspectiva é que estive atenta, nas entrevistas, à força instauradora das representações, não com a pretensão de procurar confirmá-las, mas como possibilidade de apreender melhor as experiências das mulheres, proprietárias de agroindústrias e os mundos que elas criaram e nos quais foram criadas. Afinal, entendo as representações como matrizes e efeitos de práticas sociais. Procurei, assim, enfocá-las, sintonizada com o que propõe Jodelet:

(...) articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais e integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir (...) (Jodelet,2001:26)

Como constructos socialmente elaborados e partilhados que “definem e orientam as ações dos indivíduos e dos atores sociais de uma sociedade dada”, as representações operam, em sua dimensão instituinte, como uma das forças reguladoras da vida coletiva, mas também em sua dimensão criadora, transformadora da realidade instituída.

Sob tal perspectiva é que percebo a identificação dada pelas trabalhadoras rurais ao PROVE, programa criado como instância mediadora entre aquelas e o mundo do trabalho, o Estado e a sociedade. Nesta identificação, a ressignificação também como espaço resultante de suas lutas e de engendramento de práticas outras que ampliaram sua definição original, para se tornar condição de possibilidade, principalmente para as trabalhadoras rurais. Redirecionado por tais práticas, o PROVE acabou sendo identificado por elas como espaço de empoderamento, pois foi nele e dele que se tornou possível efetivar o projeto pessoal de tornar-se proprietária de agroindústria.

Um espaço, portanto, não apenas de onde emanam regras e procedimentos comuns para a inserção das/dos trabalhadoras/es rurais como proprietárias/os de agroindústria, mas principalmente de práticas efetivas em que as trabalhadoras rurais são reconhecidas, social e institucionalmente, como tais. As práticas, discursivas e não discursivas,

desenvolvidas pelo PROVE e seus/suas associados/as, revelam a força instauradora das representações na configuração das identidades sociais. Ainda que sua força instituinte não seja plena, absoluta, não se pode deixar de reconhecer que, no caso das trabalhadoras rurais, o tornar-se proprietária de uma agroindústria foi elemento fundamental nas mudanças operadas em suas vidas, haja vista os significados sociais conferidos à representação de “proprietárias”. Como assinala Jodelet, as representações

(...) intervém em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (...)
(Idem,ibidem:26)

Em suas auto-definições como proprietárias de agroindústrias, são fortes as idéias/imagens de trabalho, educação, casamento, família e maternidade, daí terem sido recortes dos relatos priorizados na análise. E isso porque eles afloram em todas as falas, já que atravessam as experiências relatadas, pois são constitutivas do universo representacional que preside o cotidiano das entrevistadas. Conformam seus mundos, integram a construção de uma realidade comum a esse grupo, orientam e organizam suas condutas e comunicações sociais, definem suas identidades pessoais e sociais.

Capítulo 2. As provedoras “no ar” do mercado.

“Elas estão presentes aqui e além. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos na cidade ou mesmo na fábrica possuem outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência que desmontam a racionalidade do poder e que têm raízes no uso do tempo e do espaço que lhes são próprios.” (Michèle Perrot,1988:212)

Na linguagem de hoje, a palavra provedor remete-nos principalmente, ou, de imediato, a um tipo de serviço do mundo virtual que nem sempre está no ar, o provedor hegemônico, senhor de todas as redes, esmaecendo os sentidos jurídico e civil da função de sustentar materialmente toda uma rede familiar. Hoje, graças aos movimentos feministas (nada virtuais), às transformações econômicas inscritas no processo de globalização, à reestruturação das empresas, à existência de formas outras de estrutura familiar onde a mãe é a chefe da família, a imagem do provedor único, masculino e forte vem sendo desconstruída, pois tal função perdeu a exclusividade de domínio masculino, nos âmbitos prático e formal/jurídico.

Com efeito, observa-se nesses tempos pós-modernos, a presença de vários outros provedores, inclusive uma nova rede de provedoras, tocando seus negócios, administrando suas contas e suas casas, gerindo estoques, negociando preços e prazos com fornecedores, clientes e distribuidoras, desenhando suas marcas nessas atividades e sendo, ao mesmo tempo, por elas desenhadas. Enfim, trata-se de uma realidade social cujo ordenamento, no que tange às imagens/ papéis/

valores/ significações, vêm sendo referenciado por parâmetros outros, dentre eles o da dimensão da diferença na constituição das identidades culturais.

Diferentemente do que muitos supõem, a existência de domicílios singulares, isto é, chefiados por mulheres, mães de família, foi observada na sociedade brasileira desde de o período colonial. Estudos mais recentes⁴⁹ têm revelado a presença destas modalidades de organização familiar, ignorada por muito tempo por uma historiografia que insistiu no enquadramento de todas as famílias no modelo patriarcal. E isso se deu porque tal construção foi tributária da matriz freiriana de uma cultura patriarcal engendrada no interior da “casa-grande” e da “senzala”. Reconhecer a presença de tais traços nas relações familiares não pode ser feito, porém, com o risco de ocultar formas outras de relações criadas a partir de experiências como aquelas em que as mulheres são as chefes de domicílio, as provedoras.

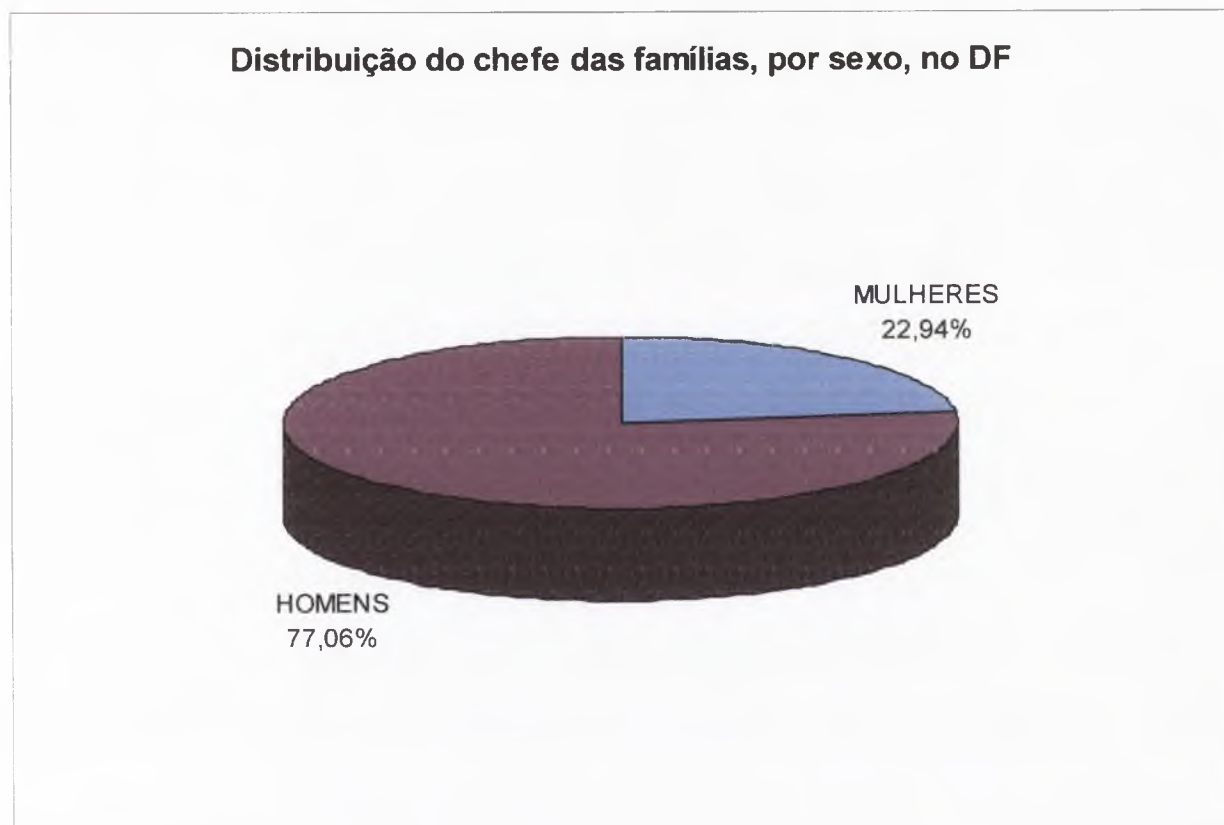
Mulheres, cujos “arranjos”, formas informais de sobrevivência para si e seu familiares, têm sido visualizadas pela historiografia feminista, ao revelar sua presença na história e suas estratégias de luta. Mulheres como as trabalhadoras rurais, proprietárias de agroindústrias que, conforme pesquisa realizada, são percebidas atuando dentro do mercado, não mais como meras ajudantes e executoras de um trabalho gratuito⁵⁰, mas como responsáveis pela produção,

⁴⁹ Sobre o assunto ver percuente análise de Corrêa, Mariza: “Repensando a família patriarcal brasileira” in: Corrêa, Mariza (1994) *Colcha de retalho*. Ver ainda Samara, Eni de M. (1989) *As mulheres, o poder e a família*.

⁵⁰ O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa que se superpõe à atividade agropecuária, principalmente na horta e no quintal. Estas atividades são majoritariamente exercidas pelas mulheres e marcam a divisão sexual do trabalho no mundo rural. Assim, a tradição do ocultamento do trabalho feminino permanece caracterizando o trabalho das mulheres rurais como ajuda. A esse respeito ver: Rocha, Maria Isabel (2000) *Trabalho e gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*. Chistine Delphi. (1998) *L’Ennemi principal*. Economie politique du patriarcat. . Schwebel, Dominique (1998) *Travail domestique, services domestiques*. Hirata, Helena (1997) *Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudanças de paradigmas*. Sedlacek, G. (1991) *A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar*. Sarti, Cíntia (1997)

transformação e comercialização dos produtos, não obstante parte expressiva da literatura ainda insistir em ocultar seu trabalho.

No Distrito Federal, a participação das mulheres como chefes de família alcança o percentual de 22,94% do total de moradores com essa função, conforme revela resultados da PISEF/DF,⁵¹ expostos no gráfico, a seguir:



Fonte: CODEPLAN/PISEF/DF

Tal crescimento da participação feminina decorre da inserção mais intensa das mulheres no mercado de trabalho, dada a necessidade de formação/complementação da renda familiar, da busca de novos espaços nos vários setores da sociedade e, ainda, da luta pela

A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. Lenas, Lavinias (1987) *Mulher Rural: identidade na pesquisa e na luta política*, entre outras contribuições

⁵¹ Conforme dados do perfil socioeconômico das famílias do Distrito Federal (PISEF/DF), CODEPLAN, 1997-83.

sobrevivência, em razão do abandono por parte dos seus companheiros/maridos.

Neste sentido, os estudos de gênero, não obstante seus limites e problemas, ainda se justificam, pois permitem revelar como nossa cultura ainda tem sua face patriarcal, produzida/reproduzida por meio de diferentes tecnologias, que respondem pela permanência de várias interdições à inserção das mulheres nas esferas ditas produtivas. Eles são importantes também porque revelam a natureza construída e construtora da representação de gênero, que este é tanto produto como processo de complexas tecnologias que operam na construção da diferença e das identidades sexuais e de gênero. Como constructo social que é, encontra-se, portanto, desprovido de características fixas, estáveis e hereditárias. Como enfatiza Haraway

(...) O gênero foi desenvolvido como uma categoria para explorar o que se pode entender por “mulher”, para problematizar o que havia sido tomado como regra irreduzível. (...) as teorias feministas serviram para compreender que qualquer sujeito finalmente coerente é uma fantasia e que a identidade coletiva é pessoal e reconstruída socialmente de maneira precária e constante(...) (Haraway,1991:249)

Como as demais construções sociais, o gênero não é uma camisa de força contra a qual nada se pode fazer, pois, afinal, a diferença sexual é fundada na cultura e não na natureza/biologia como supôs, ou fez acreditar, tanto positivistas, como semioticistas e psicanalistas. (Lauretis,1982:24) Ao contrário, ele também pode sofrer, e isto ocorre de forma permanente, processos de construção/ desconstrução,

como bem reflete De Lauretis. Para esta autora, o gênero não é “uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos”, mas o “conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais” por meio de diferentes “tecnologias sociais ou aparatos biomédicos”. (De Lauretis,1994:208)

Nesse sentido, ele é tanto produto como processo destas tecnologias, ou seja, é tanto uma representação como a representação do gênero é sua construção, que continua em pleno andamento (Idem,ibidem:209). Assim,

(...) paradoxalmente, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se, quando não contida, pode romper ou desestabilizar qualquer representação(...) (Idem,ibidem:209)

Também Íris Young assinala o caráter construído do gênero, bem como as possibilidades de subjetivação, criadas a partir daquilo que “permaneceu fora do discurso como um trauma em potencial”, ao afirmar que

(...) não importa quão limitadas sejam as escolhas ou os recursos para atuar, cada pessoa toma as possibilidades limitadas que as estruturas de gênero oferecem à sua maneira, formando seus próprios hábitos como variações dessas possibilidades,

ativamente, tentando resistir ou refigurá-las(...)
(Young,2003:21)

Sob tal perspectiva, é que percebo o processo de subjetivação ocorrido na configuração das identidades das entrevistadas. Ainda que limitadas pelas estruturas de gênero, suas escolhas revelam suas resistências às mesmas, com a subversão e criação de outros papéis/funções/ significações.

Escolhas limitadas como foi o caso de D. Clara, que vivia em Portugal, onde trabalhava em um salão de beleza desde os 13 anos, mas que deixou para vir para Brasília, acompanhando seu marido brasileiro. Junto com sua bagagem de esperanças, vinha também a promessa de que ela continuaria trabalhando, ganhando o seu dinheiro, de forma a manter sua independência financeira. Promessa, essa, pela qual aguardou um, dois, três até dez anos, até que decidiu abrir mão do próprio marido para lutar pelo sonho de ter renda própria. E essa decisão foi durante tanto tempo prorrogada porque, segundo ela mesma avalia, “... *meu marido nunca me deu essa brecha, ele nunca me proibiu nada, mas por meias curvas me impedia de trabalhar fora...*”.

Não por acaso é que se sentia infeliz, pois queria ser gente, queria comprar uma boneca para suas filhas com seu dinheiro, até que veio a separação, que as “meias curvas” não conseguiram mais deter. Provavelmente essas “meias curvas” envolvem toda uma série de estratégias de dominação, presentes no contrato sexual que o casamento consagra, que incluem desde a interpelação diária quanto aos deveres conjugais e maternos, às ameaças físicas, às promessas de apoio aos projetos.

Similar, em termos de limitação de escolhas, é o caso de Dona Cosma, que, no momento de fazer o empréstimo no banco para o financiamento de sua agroindústria, por não ter CPF, precisou usar o do marido, que se recusou a tal. Nesse explícito jogo de poder, ela viu seu casamento se dissolvendo, mas não desistiu, foi em frente, porque finalmente teve o seu próprio CPF, conforme ela relata “... *meu bem foi contra e não aceitou, ia separando de mim por causa dessas coisas. Porque meu bem é assim, tudo dele tem que ser tudo correto, ele tinha muito medo de que eu não desse conta do recado, olha banco é um negócio sério(...)Mas Deus me deu coragem que é isso que tá segurando, eu corri e fiz o meu, eu fiz individual...*”.

Não se pode deixar de atentar nessa “fala” para a plena operacionalidade de gênero como produto e processo, pois, como representação, sua força instauradora responde pela construção sexualizada e hierarquizada do mundo dos negócios – “banco é um negócio sério”- em que mulher pode não dar “conta do recado”, enquanto na representação evocada dá-se a construção mesma do gênero.

Dona Helena e Dona Iolanda, ambas mulheres viúvas, foram cerceadas por escolhas limitadas pelas estruturas de gênero, pois não encontraram apoio nos maridos, quando estes estavam vivos, situação que não as impediu de perseguir seus projetos. Segundo Dona Helena, “... *de vez em quando, eles me perguntam, como é que você tá agüentando? eu faço só, só eu e esse meu menino aí meu filho; quando eu preciso de ajuda, ele me dá ajuda, né, e faz uma entrega e tal...*” Já, com Dona Iolanda, o marido “... *quase não trabalhava, eu toda vida que fui o home e a muié da casa. Até hoje é eu que sustento tudo ...*”

A refiguração da função de provedor, socialmente definida como de domínio masculino, como competência do marido/companheiro, cabeça do casal, é visível. Tanto uma como outra são mulheres que lutaram sozinhas – casadas ou viúvas – tornando-se provedoras de seus lares.

Nessa mesma perspectiva de ressemantização de imagens, também pode ser vista a atuação de Salete, que “inverte os papéis”, ao assumir uma postura arrojada e empreendedora, que desestabiliza a representação do feminino no imaginário social. A resistência que ela encontrou do marido foi justamente porque “... *ele tá desacreditado, ele acha que não tem futuro, já eu, acho completamente ao contrário, eu acho que você tem que investir, tem que lutar ...*”

Os depoimentos de Dona Clara, Dona Cosma, Dona Helena, Dona Iolanda e Salete revelam mudanças de atitude não apenas em relação aos maridos/companheiros e ao seu grupo doméstico e comunitário, mas também em relação a si próprias. Mudanças, essas, manifestas igualmente em um contra-imaginário que, no entendimento de Bazcko (1985:314), seria o imaginário rebelde, resistente às normas, contestador da ordem estabelecida, criador de novas possibilidades, transformador. Ele está sempre presente no próprio imaginário conservador, que busca a manutenção, a preservação da ordem pré-existente, do qual é, inclusive, condição de possibilidade.

Não resta dúvida de que a independência financeira, resultante da atuação à frente das agroindústrias, de sua inserção no mundo do trabalho, conferiu a essas mulheres proprietárias a função de provedoras do orçamento familiar, transformando sua posição na unidade familiar e na comunidade que as agrega. Trata-se de uma alteração que provoca estranhamento junto aos maridos, no sentido de

que consideram ameaçado o poder de controle exercido sobre as esposas.

Esse receio masculino de perda do controle, de perda de poder, não é gratuito, pois a saída da mulher do mundo doméstico abre possibilidades quanto à subversão de algumas regras estabelecidas, assentadas no poder econômico/provedor do “pátrio-poder”. Afinal, esses novos espaços de participação pressupõem novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder no nível do privado. (Pinto,1992:127/130)

De acordo com Bruschini, a necessidade e as possibilidades que as mulheres têm de trabalhar fora de casa dependem tanto de fatores econômicos quanto da posição que elas ocupam na unidade familiar. Para esta autora,

(...)Em qualquer análise sobre o trabalho da mulher um aspecto crucial a ser levado em conta é o da sua posição na divisão social e sexual do trabalho, prioritariamente definida a partir de suas funções biológicas, o que a condiciona, de um lado, à execução de uma série de afazeres indispensáveis para a casa e a família, de outro a ocupar principalmente posições subalternas na hierarquia produtiva(...) (Bruschini,1992:294)

Com efeito, percebe-se que apesar da inversão de sua posição, graças ao exercício da função de provedoras da unidade familiar, tal mudança não eliminou mas acarretou um acúmulo de atribuições, já que os cuidados com a casa e os filhos permanecem. Não se pode desconhecer, entretanto, o fato de que elas começam a ter uma posição qualitativamente diferenciada nas relações cotidianas porque, não

obstante a sobrecarga de trabalho, elas passam a ter autonomia, são donas de si, de seus destinos.

Percebe-se, igualmente, nos relatos de vida, as possibilidades de subjetivação criadas a partir das práticas de luta e resistência dessas mulheres que, de donas de casa e trabalhadoras rurais, tornaram-se também proprietárias de agroindústrias. O crescimento da participação feminina no processo produtivo e o reconhecimento social dessa participação foi mudança operada graças às atitudes de contestação, veladas ou explícitas, à dominação masculina, nas relações conjugal, sindical e de trabalho.

Como foi visto nas entrevistas, observa-se a ocorrência de desconstruções nas relações de gênero, nos níveis do público e do privado. Trata-se de mudanças nas relações de poder no cotidiano dessas mulheres, que, segundo Sheila Rowbotham, incluem-se no que ela denomina “feminismo espontâneo”, já que engendrado a partir de suas vivências, de suas experiências, de suas histórias de vida. Segundo a autora, é preciso estar atenta ao universo das mulheres comuns, cujo saber foi construído a partir de suas práticas, tendo-se em vista que

(...)Sob uma consciência não feminista ‘falsa’, encontra-se em cada mulher um feminismo natural ‘verdadeiro’. As feministas precisam apenas sondar as profundezas desse poço de senso comum para alcançar o que toda mulher sabe(...)
(Rowbotham1981:106)

As ações dessas mulheres devem, assim, serem lidas como feministas, isto é, ações políticas, uma vez que inscritas no campo de

poder, de uma disputa, de uma reação de inconformismo ante os modelos normativos de mulher e de esposa socialmente prescritos, com seus papéis/funções/valores definidos a partir de sua biologia. Afinal, segundo Foucault (2001:180), somos classificados, julgados, obrigados a desempenhar tarefas, destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.

Assim, a postura des-construtora, e ao mesmo tempo construtora, dessas mulheres deixa evidentes as regras, os regimes de verdade⁵² de nossa sociedade, que estão sendo subvertidos com o acesso daquelas ao mundo do trabalho, dentre aqueles as diferenças e desigualdades assentadas na divisão de gênero. Dimensão igualmente construtora, revelada no engendramento de uma identidade de gênero informada pelas imagens de provedora, independente, livre, capaz. Como afirma Salete “... *independente de pensar assim no dinheiro você tem que pensar na sua liberdade ... eu não sou acostumada a depender de ninguém pra tudo, já pensou. Sabe, não é comigo não...*”

O trabalho, representa, assim, tanto a independência financeira, a realização pessoal, a valorização da auto-imagem, do que resulta encontrar sentido e gosto pela vida, pelo que faz. Ganhar seu próprio dinheiro possibilitou a cada uma delas tornar-se protagonista, sujeito desse processo, tornar-se dona de si, um ser com existência própria. Não por acaso, D.Clara refere-se à sua experiência na agroindústria como a que lhe permitiu sentir-se e ver-se como “... *uma pessoa com identidade própria: falo o que penso, vou pra onde quero, trabalho no que eu gosto...*”.

⁵² Regime de verdade, entendo na acepção que lhe dá Foucault, qual seja (...) os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro(...)(Foucault,1980:131)

Nessa perspectiva, os significados conferidos à experiência do trabalho, apontam tanto para um sistema de valores culturais como para a dimensão econômica, ordenadores das relações e posições sociais dos indivíduos. Não por acaso, é que todas as depoentes, trabalhadoras, proprietárias e donas de casa, procuram combinar trabalho e vida doméstica e, com ambos, conquistar sua autonomia financeira. Tal conquista é por elas vista como condição para a emancipação da tutela do marido, para romper a relação de dominação/subordinação estabelecida por conta contrato conjugal /sexual. Assim é que Salete, ao referir-se à importância do trabalho, assinala que “... *queria criar uma independência ... eu sempre sonhei em não ser simplesmente uma dona-de-casa ... a mulher precisa ter liberdade nem que seja pra errar, o trabalho é que permite isso...*”⁵³

Como sujeitos constituídos na experiência de trabalho à frente de suas agroindústrias, um dos traços comuns observados foi o do sentido libertário conferido à liberdade, assegurada pelo trabalho. Significativamente, todas referem-se ao prazer experimentado em ter liberdade para pensar, falar e fazer, até mesmo para errar, possibilidade antes impensada na condição de apenas donas de casa, trabalhadoras sem remuneração. Tal ressignificação, processada na experiência de proprietárias, passa a redimensionar suas próprias experiências cotidianas, referenciando estratégias de negociação em que elas se vêem como sujeitos de suas próprias vidas, não obstante a relatividade dessa condição. É visível, nesse processo, a construção de novas representações sociais sobre si e sobre o mundo que as cerca, explicitadas, por exemplo, na avaliação de D. Helena: “... *Eu faço do meu jeito assim, gosto de ter liberdade de fazer minhas coisas ...*”⁵⁴

⁵³ Depoimento Salete, *idem, ibidem*

⁵⁴ Depoimento D. Iolanda, *idem, ibidem*

Ressalte-se que a representação do trabalho, nas falas dessas mulheres, aparece informada por várias imagens. Dentre essas, as do trabalho como sobrevivência, como libertação - “... *Hoje eu tenho a minha agroindústria, com muito sacrifício, tenho onde trabalhar, tenho minha liberdade...*”.⁵⁵ - como exercício de poder, como autonomia, como condição de auto-realização “... *Eu consegui ter meu negócio próprio, eu gosto de ser livre, não quero ninguém pegando no meu pé.*”⁵⁶

Não é apenas um modo de ganhar a vida, mas é também uma prática social em torno da qual são construídas as identidades recém-conquistadas, como, por exemplo, ter um CPF, símbolo da identidade civil, de ser reconhecida como tal, isto é, de ser dona de si, dotada de responsabilidades e de direitos iguais aos dos homens. Como assinala Elisabeth Lobo, nas representações de autonomia das mulheres é como se “cada mulher negasse o imaginário social que a oprime, opondo-lhe a realidade de uma igualdade essencial entre homens e mulheres”.(Lobo, 1991:101)

Assim, a constituição dessas mulheres como sujeitos sociais inclui o reconhecimento e também o auto-reconhecimento e ressignificação de suas experiências como mulheres e trabalhadoras, como mulheres, donas de casa e proprietárias de agroindústrias, como mulheres e moradoras da periferia de Brasília, tal como enunciava Souza-Lobo (1987:9):

(...) Os caminhos de construção dessa nova identidade podem ser dolorosos, mas (...) as mulheres já não são mais as mesmas.

(...) O importante é que muitas se descobriram como pessoas,

⁵⁵ Depoimento D. Cosma, *idem, ibidem*

⁵⁶ Depoimento D. Helena, *idem, ibidem*

como sujeito de suas vidas e, por isso mesmo, estão dispostas a deixar o conforto ambíguo da esfera privada para enfrentar o mundo lá fora (...)

Trata-se de experiência de auto-constituição, em que elas tiveram que anuir, resistir, negociar e também criar, inventar, produzir, no sentido de quebrar barreiras, resistências, interdições, com vistas a atuar no espaço considerado de domínio masculino, como foi o caso de sua inserção no mercado. Este é um setor que, apesar de aparentemente “neutro”, comporta uma lógica que está atravessada por assimetrias, não apenas relativas ao sexo/gênero, mas também à idade/geração, raça, etnia, escolaridade, região, e mesmo à diferenciação urbano/rural. O mundo do trabalho, como atentam Delgado & Soares,(2000:13), não só é capaz de reproduzir, mas também de inovar as configurações assimétricas das identidades sociais e das divisões dos papéis.

No caso das mulheres pesquisadas, suas lutas também objetivam assegurar as condições necessárias para a manutenção dos seus empreendimentos, principalmente depois da mudança de governo. Como a alternância do poder se deu com o representante de outro partido político, foram encontradas, no âmbito do PROVE, várias dificuldades para a continuidade das agroindústrias existentes, já que alguns aspectos importantes de comercialização de seus produtos estavam sob a responsabilidade exclusiva da gestão do governador que deixara o cargo, Cristóvam Buarque, como os quiosques do produtor, SAB, café da manhã, além das exposições em diversas feiras. Tais dificuldades, reveladoras de práticas políticas costumeiras de desativação de programas/projetos herdados da administração

anterior, sobretudo se forem de partidos políticos rivais, foram expostas nos depoimentos:

*(...) Primeiro, que tinha esses quiosques, que chama Quiosque do Produtor; tinha na Rodoviária, tinha no Torto, tinha no Conjunto Nacional, tinha no Lago, Feira do Paraguai, fora as SABs. Todos esses mercados foram fechados no governo atual(...)*⁵⁷

*(...) No tempo do Cristovam, eu trabalhava muito, tinha os quiosque onde elas entregavam a produção, tinha o café da manhã que a gente ia, era assim eles organizavam colocavam os produtos da gente em alguns supermercados: Carrefour, Pão de Açúcar, Planaltão, e era um dinheiro extra que entrava(...)*⁵⁸

*(...) porque, por exemplo, as veis a pessoa tem o produto e não tem onde colocá. Ainda bem que eu tenho lá no CEASA e no Sudoeste, parecem mais lugar aí como se diz o o to, Deus ajudano a gente tem que trabaiá pá pagá tudo que deve e sobrá pelo menos um pouquinho(...)*⁵⁹

*(...) faz falta, mas a gente vai pra mostrar pra ele que a gente pode. Foi ruim mas depois a gente aprendeu a andar sozinha. A gente de Planaltina foi muito exemplo para outras agroindústrias. O governo atual tirou algumas vantagens que a gente tinha. A gente conseguiu um espaço no Sudoeste e no Colorado para vender nossos produtos(...)*⁶⁰

⁵⁷ Depoimento Salete, idem, ibidem

⁵⁸ Depoimento D. Clara, idem, ibidem

⁵⁹ Depoimento D. Iolanda, idem, ibidem

⁶⁰ Depoimento D. Cosma, idem, ibidem

Não obstante terem sido experiências positivas, foram desativadas em razão desse perverso processo no sentido de “apagar”, de construir um silêncio em torno das obras realizadas por administradores anteriores, quando são de partido político adversário. Segundo o Secretário de Agricultura à época do Programa, João Luiz Homem de Carvalho,⁶¹ os Quiosques do Produtor foram criados para dar visibilidade aos produtos do PROVE, impulsionar as vendas e evitar que o valor agregado com a industrialização se perdesse na intermediação. Impedir a presença do intermediário para evitar prejuízos ao produtor até que os produtos ganhassem maior reconhecimento e espaço nas prateleiras e gôndolas dos supermercados, constitui uma das estratégias do Programa. Segundo o Secretário de Agricultura:

(...) Nossas atenções enquanto gestores, era fazer com que os produtores tivessem constância na produção, estoque de produtos, e ter sempre uma estrutura de entrega dos produtos no mercado.(...) ⁶²

A comercialização dentro dos supermercados só foi possível em função de uma articulação entre o governo, os supermercados e os próprios produtores e produtoras. Ou seja, foi preciso uma efetiva participação desses para viabilizar a comercialização, antes mediada pelo gestores do governo Cristovam Buarque. Como relata D. Cosma “... *faz falta, mas a gente vai pra mostrar para ele que a gente pode ...*

⁶¹ Entrevista concedida a essa pesquisadora no dia 26/11/2003

⁶² Idem, ibidem

a gente conseguiu um espaço no Sudoeste e no Colorado pra vender nossos produtos ...”

Nas referências dessas mulheres, não há como desconhecer o forte traço de pertencimento ao PROVE, como uma das experiências constitutivas de suas identidades, já que o percebem como o lugar, o espaço que lhes possibilitou o engendramento de seu processo de empoderamento, intuído com a identificação como proprietárias de agroindústrias, mesmo não tendo esse direcionamento específico. Com efeito, longe de indicar pura subserviência ao Programa, indica principalmente a forma como elas mulheres lidam com essa realidade e procuram tirar proveito a partir de seus próprios parâmetros, necessidades, interesses e valores.

A consciência de que partilham de um mesmo problema, isto é, a falta de mercado para seus produtos, engendra uma intensa prática política, de reivindicação junto às instituições, independente de ideologia político - partidária. Nessa luta solidária, onde se tornam mais visíveis as interdições instauradas pelas assimetrias de sexo/gênero, classe, ocupação e localidade, dá-se a constituição de identidades, a construção de subjetividades, que têm como referência "outros lugares sociais". Lugares, esses, onde se estruturam suas identidades como mulheres, provedoras e cidadãs, mulheres "empoderadas", *“... porque a gente lida com gente, com vida, alimentação, é um negócio sério...”*⁶³

Nesse sentido, é que percebo os mundos dessas mulheres. Parece-me que, nesse processo de empoderamento, elas estão buscando muito mais que uma resposta para as necessidades objetivas e imediatas, estão se remetendo ao universo das "mediações simbólicas" e, por conta disso, a um mundo onde é possível ter sonhos e novas

⁶³ Depoimento D. Cosma, idem, ibidem

aspirações. “... *eu sempre sonhei a fazer alguma coisa assim prá mim...*”⁶⁴

A busca e a motivação propulsoras dessa participação é o desejo de romper com os "asfíxiantes" limites da vida doméstica, em que essencialmente se vive o tempo de (e para) "outros". Nessa perspectiva, são reveladores os significados conferidos à experiência à frente das agroindústrias. A motivação para participar de diferentes frentes de trabalho e de luta é uma das estratégias criadas nesse movimento de afirmação e de auto-afirmação, em que resistência, transigência e negociação estão presentes. Como afirma D. Clara: “... *hoje com todos os meus problemas estou melhor do que antes, é os problemas que fazem crescer ...*”

Trata-se de mulheres cujas identidades não estão, todavia, emolduradas num quadro que as circunscreve nos limites do Programa; ou seja, elas tiram partido daquilo que lhes é considerado próprio e peculiar, seguindo caminhos que passam não só pelo profissionalismo, mas, também, pela amizade e pelo sentimento compartilhado de uma luta comum.

Nesse agenciamento, não obstante cientes tanto das relações de reciprocidade quanto dos direitos/deveres inerentes à cidadania, perpassam em seus relatos traços de uma cultura paternalista; isto é, suas relações com os agentes institucionalizados continuam sendo vistas como permeadas pela troca de favores e pelo assistencialismo. Como se pode observar, as “falas” de algumas delas com relação ao Secretário de Agricultura encontram-se atravessadas pela emoção, carinho, afetividade, gratidão e intimidade, confundindo a figura institucional com a imagem do amigo: “... *Porque na época do João Luiz, eles davam muito apoio, mandavam carro buscar as mulheres,*

⁶⁴ Depoimento Salete, idem, ibidem

tinha aquele supermercado SAB que distribuía os produtos, os quiosques do Produtor, café da manhã ...” Ou, então, no respeito e admiração na fala de Dona Cosma,

(...) Rapaz, eu fiquei só sentada lá, só olhando prá ele, depois eu fui dar o agradecimento prá ele, ele brigou com o gerente do Banco assim, se for um grande que tem dinheiro, que não paga vocês, vocês atende rapidinho, como são pequenos, são gente pobre, tá aqui, ó, eles aqui é que vão pagar vocês, porque o grande não paga não, enrola, o pequeno paga e vocês não valoriza. Ele deu uma descascada, chamou o gerente e eu fiquei só ouvindo, depois eu cheguei lá fora, eu disse: ó Luiz, obrigada. Logo, logo saiu o dinheiro pra todo mundo(...)

Assistencialismo, esse, refutado no próprio depoimento do referido Secretário de Agricultura, em entrevista, já citada, onde ele reitera a perspectiva social do Programa:

(...) Apoiar àquelas pessoas que se encontram numa situação de carência, completamente desassistidas é, antes de tudo, pagamento de uma dívida social. O Estado é, sem sombra de dúvida um dos culpados, se não for o maior, pela situação em que se encontram esses pequenos produtores rurais. Além disso, a proposta do PROVE é agregar valor à produção de forma competente, para que esses produtos sejam competitivos. O pequeno produtor não tem como fazê-lo sem apoio.(...)(João Luiz)

Entretanto, qualquer programa de apoio, mesmo como “pagamento de uma dívida social”, para que não se configure em mais uma política mais ou menos sutil de assistencialismo, deve levar em conta o universo sócio-cultural da população à qual se destina, assegurando-lhe suportes de diferentes tipos, de forma a cobrir o “rombo” de tal dívida. Suportes financeiro, jurídico, gerencial, humano e técnico, de forma a assegurar à população, como a das/os trabalhadoras/es rurais, o acesso à terra e à exploração produtiva da mesma, bem como sua inserção social como trabalhadoras/es economicamente ativas/os, como cidadãs/os. Isso inclui o acesso às novas tecnologias, domínio que passa necessariamente pela educação, pelo acesso à escolarização, termo/experiência ausente ou pouco vivenciada nas histórias de vida das entrevistadas, que trato a seguir.

Capítulo 3. Uma experiência pouco vivenciada: a escolarização.

“A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão.”
(Edgar Morin:2003,98)

Todas as mulheres dessa pesquisa vêm a educação como condição de possibilidade, no sentido de romper barreiras sociais, ampliar horizontes, construir uma vida mais digna, de uma auto-realização mais completa. Educação, trabalho e realização pessoal são referências estreitamente imbricadas nos seus depoimentos, já que informados por um imaginário social onde aquelas são representações canalizadoras das possibilidades de superar atraso, discriminações, dificuldades financeiras, enfim, de romper com exclusões de diferentes matrizes e matizes.

A educação é, por elas, percebida como condição essencial, não somente para adquirir conhecimentos e habilidades necessários a uma melhor instrumentalização para o mundo do trabalho, mas, também, para fortalecer a auto-estima e a independência, conforme se depreende de seus depoimentos. Nestes, a revelação de uma grande carência em termos de atendimento escolar, cujo acesso se constituiu em experiência vivenciada pela metade, precariamente e mesmo praticamente negada.

Se é comum a percepção da importância da formação escolar na vida das pessoas, os relatos sobre a mesma são, é claro, diferenciados, pois diferentes foram as formas e os níveis de escolaridade de cada uma. Com efeito, embora todas relatem histórias de interrupção dos estudos, lamentem não terem tido condições para prosseguir-los e não querem que o mesmo aconteça com seus filhos, umas estudaram até a 5ª série do ensino fundamental, outras mal aprenderam a assinar os nomes. Na primeira situação enquadram-se D. Cosma, D. Clara e D. Helena, mulheres que tiveram de interromper seus estudos pela necessidade de trabalhar, de assumir responsabilidade de sustento da família:

*(...) Eu só tenho até o primeiro ginásio, casei tive que cuidar da casa, mas os filhos estão estudando, uma já é quase formada(...)*⁶⁵

*(...)Eu estudei até a quarta série, tive que trabalhar cedo,queria muito ter estudado mais(...)*⁶⁶

*(...) Estudei só até a quarta série, porque naquela época a mãe da gente punha a gente no colégio muito tarde, tinha que trabalhar na roça (...)*⁶⁷

Na segunda situação, caso de D. Iolanda, não ter estudado é motivo, sobretudo, de vergonha e de grande tristeza. O fato de somente saber assinar o nome impinge-lhe a marca de exclusão

⁶⁵ depoimento D. Cosma, idem, ibidem

⁶⁶ Depoimento D. Clara, idem, ibidem

⁶⁷ Depoimento D. Helena, idem, ibidem

escolar e os significados socialmente conferidos a esta, de diferenciação, discriminação, e desigualdade:

*(...) eu não sei escrever, mesmo direito, nem nada... só sei assinar o meu nome e lê alguma coisa, sabe. Aprendi mais, foi no Mobral (...)*⁶⁸

Se D.Iolanda mal aprendeu, no Mobral, a assinar o nome e “lê alguma coisa”, mas não explicita nenhum desejo/projeto de superar tal situação, não é o caso de Salete que concluiu o primeiro grau. Esta chega mesmo a expressar o sentimento profundo de arrependimento ou frustração por não ter continuado os estudos, por não ter ingressado em uma faculdade. Ampliar a escolarização, seria assim, a possibilidade de beneficiar sua agroindústria e sua família, como também de realizar um sonho seu, um projeto pessoal, como ela mesma relata:

*(...) quando eu vim prá cá, eu já comecei logo assim, a trabalhar, e aí na questão de estudar mais, não é só pra ter uma faculdade, é um sonho de fazer uma coisa assim, pra beneficiar a agroindústria sabe, a minha família (...)*⁶⁹

A evasão escolar, derivada da necessidade de trabalhar, é histórica, atingindo as camadas mais desfavorecidas da população e vem desde os quadros da instrução pública do período monárquico.

⁶⁸ Depoimento D. Iolanda, *idem, ibidem*

⁶⁹ Depoimento Salete, *idem, ibidem*

Como ressaltou Diva Muniz, esta foi uma necessidade que atingiu meninas e meninos, sendo que as meninas foram mais atingidas porque

(...) para visão da época, o aprender as primeiras letras revestia-se de significados diferentes, para cada um dos sexos, não se apresentando, portanto, tão necessário às meninas quanto aos meninos.(...) (Muniz,2003:254)

Na análise da evasão escolar e do não acesso às escolas, a questão da necessidade de trabalhar apresenta-se como aspecto recorrente. Segundo Louro,

(...) não se pode esquecer que, de um modo geral, as meninas das camadas populares estavam, desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas(...) (Louro,2000:445)

Independente do grau de escolaridade a que tiveram acesso, todas consideram a formação escolar de grande valor, relatam seus esforços para que seus filhos tenham uma educação melhor do que a que tiveram. São esforços onde é visível o intuito de lhes proporcionar uma ampliação das oportunidades de trabalho e de auto-realização, que lhes foi negada. Trata-se, provavelmente, de esforços impulsionados por um mecanismo de projeção, pelo desejo de ver realizado, nos

filhos, aquilo a que não tiveram acesso no passado. Os relatos de D. Clara e D. Cosma são, nesse sentido, bem claros:

*(...) aqui é tudo meu, eu tenho um lugar pra meus filhos construírem a casa deles, e é daqui que vão tirar o sustento deles. É daqui que eu pago a escola deles (...)*⁷⁰

*(...) o segundo empréstimo que eu fiz, que porque é difícil prá você juntar, eu fiz o aumento da casa, e paguei faculdade do meu filho, hoje tenho uma formada, e o Luis tá quase se formando, graças a Deus(...)*⁷¹

Rua e Abromovay (2000:73/74), apoiando-se em pesquisas⁷², assinalam que, no Brasil, o meio rural é o que apresenta os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade: no período de 1993/98, os analfabetos compreendiam um terço dos ocupados; os que tinham somente de um a três anos de estudos constituíam proporção bastante semelhante, independentemente do sexo. Entre os analfabetos registrou-se uma pequena redução no período, tendo sido mais acentuada a queda entre as mulheres (de 33% para 30%). Observa-se uma ligeira preponderância percentual das mulheres sobre os homens, quando se trata dos que lograram completar as quatro séries iniciais do ensino fundamental.

As mesmas autoras mostram que há uma associação positiva entre escolaridade e ocupação das mulheres. Quanto maior a escolaridade, menor o índice de envolvimento das mulheres em atividades

⁷⁰ Depoimento D.Clara, idem, ibidem

⁷¹ Depoimento D.Cosma, idem, ibidem

⁷² Pesquisa: relações de gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000

domésticas e ligadas à terra. Assim, por exemplo, observa-se que, enquanto a maioria das mulheres analfabetas ou com ensino elementar se ocupa da casa (38%), da agricultura, pecuária ou pesca (59%), o percentual referente aos mesmos trabalhos cai bastante entre aquelas que concluíram o ensino médio (25%) e superior (32,55%). (Idem, *ibidem*)

Não resta dúvida de que quanto maior a escolaridade mais as mulheres se ocupam de trabalhos qualificados, dentre estes, os de professoras, atendentes de farmácia, agentes de saúde e funcionárias públicas. O percentual das mulheres com ensino médio ou superior no exercício desse tipo de atividade chega a 20,5%, o que revela uma participação expressiva no setor de serviços, e, ao mesmo tempo, também a divisão social e sexual do trabalho. Significativamente, a ampliação da escolaridade feminina tornou possível o acesso das mulheres no mundo do trabalho, mas em áreas consideradas menos nobres e competitivas. Não é, pois, por acaso, que as autoras da pesquisa assinalam que a educação formal assume um significado diferente para as meninas, é uma maneira de fugir do destino de se transformar em dona-de-casa, agricultora ou empregada doméstica na cidade, mas continuam ainda exercendo, predominantemente, atividades ligadas aos “serviços”, ou seja, atendendo aos outros.

No Distrito Federal, do total da população sem instrução, o percentual de mulheres analfabetas predomina em relação aos homens, nas faixas etárias mais altas. No grupo com idade acima de 60 anos, as mulheres representavam, em 1986, 66,67%⁷³. Já, em 1996, estes percentuais eram, respectivamente, de 51,93% e 63,63%. Tais

⁷³ Conforme dados CODEPLAN, Temas nº 3, perfil socioeconômico das famílias do Distrito Federal (PISEF/DF), 1997; Caracterização da população do Distrito Federal- Aspectos Básicos e Socioeconômicos-Brasília : CODEPLAN,1984,60p; Projeção da população do Distrito Federal –1997 – 2021. Brasília:CODEPLAN, 1997-83.

dados revelam particularmente o processo de equalização das oportunidades educacionais sob a perspectiva de gênero, ou seja a eliminação do enfoque do acesso diferenciado, segundo o sexo, ao atendimento escolar proporcionado pelo Estado.

Com efeito, atendo-se ao nível de escolaridade da população das várias Regiões Administrativas (Ras) do Distrito Federal, os resultados espelham muito mais as diferenças socioeconômicas existentes entre elas, do que as de sexo/gênero. Também, dentre os que não possuem instrução formal, mas conseguem ler e escrever, verifica-se o mesmo percentual para homens e mulheres, conforme se pode depreender da tabela, a seguir:

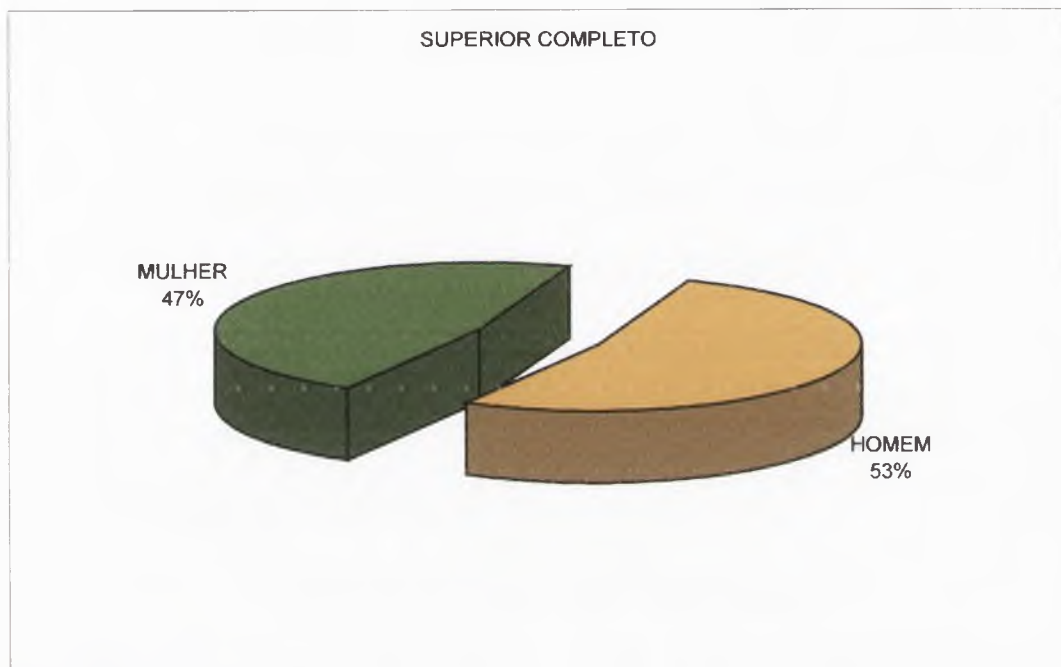
GRAU DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO, POR SEXO, SEGUNDO OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE POR REGIÃO ADMINISTRATIVA -DF – 1997

RA	ANALFABETO		SABE LER E ESCREVER	
	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM
BRASÍLIA	1,1	0,6	0,9	0,6
GAMA	5,8	4	10,4	10,9
TAGUATINGA	2,6	2,1	1,8	1,5
BRAZLÂNDIA	6,4	5,8	4,5	5,1
SOBRADINHO	3,8	3	1,7	1,1
PLANALTINA	5,5	4,3	1,3	1,4
PARANOÁ	6,5	7,4	1,8	1,6
N. BANDEIRANTE	2,6	3,3	3	3,1
CEILÂNDIA	5,7	4,4	3,6	3,6
GUARÁ	1,7	0,8	1,1	0,6
CRUZEIRO	1,5	1,6	2	1,6
SAMAMBAIA	6,8	5,3	3,6	3,3
SANTA MARIA	4,6	3,3	2,7	3
SÃO SEBASTIÃO	7,2	9	18,5	18,8

Fonte: CODEPLAN/PISEF/DF

Observa-se, assim, que São Sebastião, Samambaia e Paranoá regiões administrativas com população de baixa renda, são espaços onde incidem os mais altos percentuais de mulheres analfabetas, com 7,2%; 6,8% e 6,5% respectivamente. Já, nas Ras do Lago Sul, Lago Norte e Brasília, áreas cuja população apresenta o mais alto poder aquisitivo do DF., os índices de escolaridade apresentam-se mais

elevados, concentrando altos percentuais de mulheres com níveis superiores de ensino, correspondendo a 31,2%, 30,4% e 23,1%, em cada uma delas. Na população feminina do DF ainda prevalece, em razão de históricas condições de acesso diferenciado e desigual do sexo feminino à formação escolar, a predominância masculina nos níveis superiores de instrução, como se pode perceber no gráfico, a seguir:



Fonte: CODEPLAN/PISEF/DF

A pesquisa realizada junto às proprietárias de agroindústrias corrobora os dados acima citados. D.Iolanda, 72 anos, a mais velha das entrevistadas, é a que tem o menor grau de escolaridade; já, Salete, 34 anos, a mais nova delas, é a que tem maior grau de escolaridade, cursou até a 8ª série ginasial. Experiências de escolarização extremamente significativas no sentido de revelar o processo de ampliação das oportunidades educacionais, resultante de lutas políticas que envolveram diferentes setores e categorias da sociedade, entre esses, os movimentos feministas.

Se, no imaginário social, a educação escolar é vista como espaço estratégico, como espaço que instrumentaliza o indivíduo para o mundo do trabalho e para o exercício pleno da cidadania, o apreendido das experiências relatadas, em termos de capacidade gerencial e de trabalho das entrevistadas, se deu apesar e por conta da pouca escolaridade a que tiveram acesso. Com efeito, habilidades insuspeitadas, como a de administração, gerenciamento, domínio de técnicas e métodos de produção, armazenamento e comercialização, dentre outras, revelaram-se presentes, não importando o grau de escolarização das proprietárias. Estas se mostraram competentes para o exercício de tais atribuições, inclusive com bastante conhecimento e consciência da questão ecológica, haja vista suas atitudes em relação ao lixo e aos recursos hídricos. Quanto ao lixo, a maioria dos resíduos é orgânica, com possibilidade de reaproveitamento na própria propriedade, como é o caso do adubo orgânico. A água é usada de forma racional, com a prática da agricultura irrigada, através de um moderno sistema de irrigação bastante simples e de baixo custo operacional, como o verificado nas propriedades de D. Iolanda e Salete, produtoras de hortaliças sem agrotóxicos.

Quanto à D. Iolanda, trabalhadora desprovida do saber escolar, mas provida de imenso saber próprio, adquirido ao longo de sua vida, o que lhe possibilitou aplicar em sua agroindústria novas tecnologias, além do respeito ao meio ambiente. Sua consciência ecológica não foi forjada na escola, mas no contacto com a terra, na lavoura, no trabalho de plantar e colher, como pude perceber em sua descrição quanto ao funcionamento de sua secadora de alimentos e do sistema de irrigação:

(...) Aqui a gente liga, aí a gente roda, joga calor, prá cima. São doze lâmpada que tem lá traz, lá oh, aí sai daquele calor aqui e o ventilador roda e joga calor próximo e aí seca as coisa. A pimenta tá pá dibuiá, ela oh, tá pá dibuiá, pá podê, aí, depois moer. O termômetro é pra controle da temperatura porque as erva aromática não pode ter mais que 30 graus, 25; e agora as otas coisas são assim , a pimenta, pimentão, pode ser mais um pouquinho e agora essa aqui não.

A irrigação é só de manhã cedo e de tarde; aqui, a gente liga ali, e abre aqui, passa no filtro aqui, é tudo filtrado a água é filtrada para as vedura(...)⁷⁴

Igualmente, sua consciência quanto à necessidade de preservação do meio ambiente se revela ao falar sobre agrotóxicos:

(...)O tomate nós tamo prantano um poquim pá isprimentá, porque as verdura que é prá nós prantá é tudo orgânica, num pode levá química nem agrotóxico, né. É alface, é couve-flor, é brócolo, é couve, é maxixe. Nós pranta um bucadim de cada coisa. Agora eu não prantei o quiabo não, mais a gente não pode bater remédio, aí, nem. Num prantei quiabo agora não, depois é quiabo, beterraba, cenoura, tudo, tem as erva aromática, alecrim, manjeriço, tudo lá em cima (...)⁷⁵

Todavia, quanto ao mercado, ou seja, a comercialização dos seus produtos, D. Iolanda, dentre as outras, é a que encontra mais dificuldades no estabelecimento de relações com as grandes redes de

⁷⁴ Depoimento D. Iolanda, idem;ibidem

⁷⁵ Idem;ibidem

mercados, mesmo que seus produtos estejam com a marca devidamente legalizada e atendam aos padrões exigidos pelo Programa. Tais entraves, marcas de sua exclusão educacional e digital, vêm sendo por ela enfrentados com visível condição de desigualdade e com o risco de não conseguir sobreviver com apenas a comercialização de seus produtos diretamente no CEASA e nas feiras livres das entrequadras:

(...) as veis a pessoa tem o produto e não tem onde colocar no mercado. Ainda bem que eu tenho lá no CEASA e no Sudoeste, Já tem dois anos que nós tamo mexeno lá no Sudoeste, pareceno mais lugar aí, como se diz o oto, eu pranto e levo pra lá pá vender. Toda sexta feira tem dia aqui que a gente vai deita lá pras onze, meia da noite, arrumando as coisas prá ir no sábado, pra o CEASA, sábado treis e poca nós sai daqui . Quatro hora da manhã nós já tá arrumando a banca no CEASA. Já teve um dia que eu levei 20 dúzia de ovos, quando foi deis hora não tinha mais, não tinha mais nenhum. Porque o povo lá gosta muito de ovos caipira, né (...)⁷⁶

Com o grande crescimento dos supermercados, como hiper espaços concentradores das vendas de alimentos, cresceram as dificuldades de acesso da pequena agroindústria à comercialização dos seus produtos. Ali, a concorrência é maior e a exigência de rapidez e dinamismo se impõe como condição para implementar as inovações que possam, continuamente, diferenciar os produtos oferecidos e manter a velocidade de circulação do estoque. São exigências que desafiam as proprietárias de agroindústrias para se manterem no

⁷⁶ Idem, ibidem

mercado. Elas incluem entender o mercado e as preferências e exigências do consumidor, definir padrões de qualidade e segurança do produto, decidir sobre sua apresentação e abrir canais de comercialização. Ou seja, são exigências que, finalmente, estão ligadas diretamente a um grau maior de escolaridade.

Tal condição, com raríssimas exceções, não se observa no campo, nas pequenas propriedades rurais, como é o caso das agroindústrias pesquisadas. São raros os casos de proprietárias/os de agroindústrias familiares capacitadas/os em todos esses aspectos. E isso se dá porque, quase sempre, a realidade dessa unidade familiar de produção é, em geral, a prática de uma mesma pessoa a tomar as decisões de cunho administrativo, tecnológico e comercial da empresa.

No caso de D. Iolanda, seu grande acervo de conhecimentos práticos, saberes adquiridos na experiência do cultivo e colheita dos produtos, permite que sua agroindústria funcione a contento, mas com dificuldades crescentes de acesso aos canais modernos de comercialização, em razão das referidas exigências.

Para os movimentos das trabalhadoras rurais, a agricultura sustentável depende, antes de mais nada, de uma mudança profunda no que concerne a três dimensões da formação escolar, que aqueles denominam “a trindade educacional”. Essa trindade é formada pelo ensino regular básico, que deveria estar sendo oferecido nas escolas rurais; pela necessária formação profissional, que não pode ser mais adiada, sob o risco de manter a mão-de-obra rural despreparada e excluída do mercado; pela conexão das duas anteriores com as redes de ciência, tecnologia e extensão. Além disso, enfatizam que é preciso promover políticas públicas mais focalizadas, de forma a pressionar os envolvidos na elaboração de políticas governamentais a dar maior

atenção para o papel das agroindústrias locais no processo de desenvolvimento (Agenda 21: 2000,196).

No caso específico das agroindústrias do PROVE, o enfoque tem sido bastante concentrado no apoio ao investimento e na assistência tecnológica para a produção, já que tem uma visão direcionada para a organização da produção, para a capacitação gerencial, para a busca de soluções para os gargalos da comercialização. Não há, todavia, qualquer projeto voltado para a escolarização, como se fosse possível efetivar tais prioridades sem investir em programas de formação e capacitação profissional.

Há, muitas vezes, um conjunto de iniciativas educacionais, voltadas para as trabalhadoras rurais que, inclusive, tal como no século XIX, “reforçam o papel tradicional das mulheres, construído cultural e historicamente, com o agenciamento de representações e práticas sociais, dentre essas a própria escolarização feminina”. (Muniz, 2003:74) Ou seja, são iniciativas defasadas, em visível desencontro com as demandas e necessidades colocadas por um mercado globalizado.

Não é esta senão a oferta dos clássicos cursos/grupos de costura, artesanato, horta, voltados para as mulheres, principalmente as rurais, justamente as que, por certo, já dominam tais saberes. Embora tais atividades não devam ser descartadas, uma vez que possibilitam a criação de um espaço para reflexão e ação, como atividade meio, dentro de um processo que tem uma direção estratégica de construção de alternativas de ampliação da participação das mulheres na sociedade, as oportunidades educacionais para as trabalhadoras rurais não devem ser restringir a tais cursos. E isso porque sua inserção no mercado globalizado, informatizado, demanda uma formação mais direcionada, provavelmente em sintonia com o proposto pela

“trindade educacional”. Afinal, o ensino daquelas habilidades, consideradas de domínio feminino, não faz senão reproduzir as assimetrias nas relações entre homens e mulheres, sobretudo no mundo do trabalho.

No mundo globalizado ressalta-se a importância da educação escolar porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informação. Entretanto, a diferença entre hoje e ontem, não se restringe ao aumento da demanda, mas diz respeito principalmente à qualidade e ao tipo de educação oferecidos.

Tal especificidade apresenta-se quando se observa as dificuldades que as mulheres do PROVE enfrentam no cotidiano das suas agroindústrias, sobretudo para a comercialização de seus produtos, por não dominar as modernas tecnologias exigidas para atuarem dentro das grandes redes de supermercados. As dificuldades das unidades familiares, conduzidas por mulheres, especialmente as da área rural, aumentam ainda mais, quando se trata do acesso à tecnologia por empreendimentos de pequeno porte, como ficou evidenciado nas falas das entrevistadas:

(...) Os pedidos têm que ser via internet, tem que passar a nota pela internet. Eles deram um prazo, eu fui no Plano e consegui passar uma, mas é muita dor de cabeça: a nota tem que ser virtual, é uma ordem de serviço tem que passar primeiro um pedido, eu passo a nota dizendo que eu recebi os pedidos, as vezes a gente chega lá, o sistema saiu do ar a gente volta com o produto pra casa. O custo, a gasolina o tempo perdido.(...)⁷⁷

⁷⁷ Depoimento D.Clara, idem, ibidem

(...)O pedido tem que ser pela internet, se ele não aceitar o pedido o bolo volta, ontem mesmo voltou uma caixa cheinha,, porque chegou lá, não tinha... ah como é que chama quando põe no computador, o estoque (...)⁷⁸

(...)Porque a gente tem que fazer cotação de preço prá lá, toda semana, né. Ai a cotação chega lá todas as terças-feiras, eles pegam todas as cotações e passam o pedido na sexta-feira, né. No final da semana, então, a gente tem que mandar pela internet o preço uma semana antes de vender o produto(...)⁷⁹

A própria informatização da agricultura fica seriamente comprometida, nem tanto pela precariedade de instrumentos tecnológicos e recursos materiais de que dispõe a maior parte das trabalhadoras rurais, mas, sobretudo, pela escassez de aportes culturais para lidar com as novas tecnologias.

É inegável a necessidade incontornável de investir em programas educacionais que contemplem tanto o acesso das/das trabalhadoras/es rurais ao ensino formal como a uma formação profissional específica. Uma formação direcionada para instrumentalizá-las/los quanto ao domínio de conhecimentos necessários para acompanhar as rápidas e complexas mudanças do mundo globalizado. Deve-se investir em iniciativas orientadas para situações educativas de novo tipo, como, por exemplo, a informática. Isto quer dizer fortalecer os recursos de que dispõem essas mulheres, possibilitando-lhes ajudarem a si próprias, ou, em outras palavras, a terem igualdade de condições quanto ao acesso às modernas tecnologias de comunicação.

⁷⁸ Depoimento D.Cosma, idem, ibidem

⁷⁹ Depoimento Salete, idem, ibidem

Essa igualdade de condições se impõe, sobretudo, ante a constatação de que a educação formal, - em sua concepção, em suas políticas e suas práticas - permanece, como assinala Louro (1997:114), sendo defendida e governada pelos homens. Não é pois, por acaso, que estudiosas feministas procuram construir um paradigma educacional como contraponto ao vigente, atravessado por “marcas” masculinas.

Nesse sentido, busca-se colocar no mesmo plano, com igual legitimidade, o saber pessoal e o saber acadêmico, com o propósito de estimular a fala daquelas que tradicionalmente se vêm amordaçadas, condenadas ao silêncio, por não acreditarem que seus saberes possam ter alguma importância ou sentido. A proposta das pedagogias feministas é a de que esse saber pessoal possa ser legitimamente incorporado ao acervo dos conhecimentos universalmente sistematizados, pois

(...) agora todas as pessoas têm, ao menos potencialmente, uma experiência ou uma sabedoria que merece ser compartilhada, que pode ser comunicada e tornada visível (...).

(Idem, ibidem:114)

Embora tal saber tenha já um reconhecimento social, o acesso à educação não-formal ainda é limitado, haja vista que usualmente se define a educação não-formal por uma ausência, quando esta é justamente uma forte presença na vida das pessoas. E isso porque compreende um saber construído a partir das experiências de vida das pessoas, apenas é produzido e transmitido de forma não-intencional, não planejado, não estruturado. Há que se estabelecer uma troca entre esses saberes que as trabalhadoras rurais dominam, pois esse

compartilhamento, bem como o das tecnologias da informação, é tão fundamental para seu acesso à cidadania quanto o acesso à educação formal, à posse da terra, ao crédito, aos mercados.

Trabalho, portanto, com uma perspectiva que aborda a educação como promotora de mecanismos de inclusão social, que promove o acesso aos direitos de cidadania. Trata-se de uma concepção ampliada, que alarga os domínios da educação para além dos muros escolares, ou seja, um campo de possibilidades quanto à vida ou à arte de bem viver. Em tempos de globalização, ela seria condição de possibilidade de aprender a conviver na modernidade do mundo globalizado sem perder a afetividade, a emoção, a humanidade, justamente o avesso da tecnologização.

Assim, o momento atual é de reaprender a aprender, como analisa Edgar Morin, em “Introdução ao Pensamento Complexo” (2003:55/56). Reaprender é difícil, aprender é fácil. “Reaprender é mudar a estrutura do pensamento”, afirma Morin, uma tarefa que parece cada vez mais consoante ao modo feminino de olhar o mundo. A reeducação de si próprio é desafio que as mulheres estão historicamente melhor preparadas pois implica sair de uma “minoría”. “Sair de uma minoría”, no sentido que lhe dá Morin, qual seja a da mudança proporcionada e impulsionada justamente por aqueles que sentem o problema da condição de desviantes, de “excêntricos”. Estes tendem a ajudar os outros a mudar, por meio de círculos concêntricos de expansão, como vem ocorrendo com os movimentos feministas e os movimentos sociais como um todo, neste novo milênio que está presenciando o seu mercado de trabalho tornar-se maciçamente feminino, inclusive o rural.

“Mudar a estrutura do pensamento” é atentar para a diferença, perspectiva que permite “ver o outro”. Uma atitude de abertura diante

da diferença como passo primeiro para romper com as desigualdades, para perceber que mulheres e homens vivem e pensam o mundo a partir de diferentes "lugares", tendo, dessa forma, necessidades diferenciadas.

O desafio, portanto, é a busca da compreensão de diferentes "lugares", em que o gênero se constrói/descontrói, como, por exemplo, no casamento e na maternidade, dimensões das experiências das trabalhadoras rurais que abordo nos capítulos seguintes.

Capítulo 4. Casamento e família: marcas afetivas.

“O contrato original não é simplesmente um contrato social; ele é um contrato sexual que instituiu o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres”.
(Carole Pateman, 1993:36)

Carole Pateman,⁸⁰ em suas reflexões sobre as relações contratuais, entende que o fundamento da exclusão das mulheres do domínio público ou político reside no contrato social, pois é dele e nele que emanam as diretrizes ordenadoras da sociedade civil, dentre elas a da cisão entre o privado e o político. Nas relações contratuais estabelecidas, a do casamento, de acordo com a autora, talvez seja a quem melhor ilustre como o direito patriarcal da família é, continuamente, renovado e reafirmado pelos contratos na vida cotidiana. As mulheres são, assim, o objeto do contrato, considerando-se o fato de que “o contrato original não é simplesmente um contrato social; ele é um contrato sexual que institui o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres.” (Pateman, 1993:263)

Alguns maridos, argumenta a referida autora, podem permitir que suas esposas desfrutem dos direitos da vida conjugal tanto quanto eles. Entretanto, tal usufruto, por parte da esposa, depende totalmente da benevolência do marido, do que ele permite ou não que ela faça; ou seja, mesmo que um marido renuncie ao seu poder, a liberdade de sua

⁸⁰ Carole Pateman, no seu livro *O Contrato Sexual* (1993), analisa os contratos reais que fazem parte da vida cotidiana, como os do casamento, do trabalho, da prostituição etc

esposa estará sempre condicionada à vontade dele em manter essa renúncia. (Idem,ibidem:237) Mesmo quando a esposa tem, com o emprego remunerado, independência financeira, esta é relativa em razão da relação contratual estabelecida pelo casamento, pois, segundo Pateman, aquela “nunca deixa de ser uma dona-de-casa; pelo contrário, ela se torna uma esposa que trabalha e aumenta sua jornada de trabalho”. (Idem,ibidem:208)

Nessa perspectiva, é significativa a situação das mulheres das agroindústrias do Prove, principalmente D.Cosma e D.Clara. Foram mulheres/esposas que tiveram que negociar seus direitos de ter ou não um negócio próprio, ter ou não ter liberdade de trabalhar, para não comprometer o casamento. Nessa negociação, onde é visível o predomínio da atribuição da dona de casa sobre as demais, assegurou-se o direito patriarcal do homem/marido sobre a mulher/esposa. Tal foi o caso de D.Cosma que quase desistiu de seu projeto de tornar-se proprietária de uma agroindústria para não comprometer seu casamento, como ela mesma relata:

*(...) porque meu bem foi contra e não aceitou, ia separando de mim por causa dessas coisas; inclusive quando eu fui entrar no Prove era tudo com o CPF dele e tudo, e tinha que fazer empréstimo no banco quando ele proibiu de usar o CPF (...)*⁸¹

Ou, então, ser obrigada a optar entre ter um trabalho, ou um casamento, como foi o caso de D.Clara:

⁸¹ Depoimento D. Cosma, idem:ibidem

*(...) Quando eu quis fazer a agroindústria eu precisava de atividade eu queria viver, ele falava que não faltava nada dentro de casa, mas não era isso que eu queria pra sempre, queria alguma coisa prá trabalhar, queria ser gente, tive que separar (...)*⁸²

Os dois depoimentos, embora enfocando situações opostas em termos de escolhas, revelam o traço comum das experiências das entrevistadas: a do casamento. Este constitui a referência fundamental de suas vidas, o antes e o depois, o melhor e o pior, o marco divisor na configuração de suas identidades de gênero. A referência às identidades se faz aqui na perspectiva do pensamento crítico e feminista pós-moderno, que não as concebe como categorias únicas, essenciais, imutáveis, mas múltiplas, instáveis, contraditórias e mutantes.

Como centro gerenciador de suas vidas, o casamento configura um momento de inflexão, uma experiência mediante a qual cada uma delas se institui como esposa, como mãe, como educadora dos filhos, como administradora do lar; enfim, se identifica e se realiza como ser-mulher, como ser que vive para os outros. É, portanto, o lócus privilegiado onde cada uma delas vive plenamente seu papel de gênero, assujeitando-se, em tese, às prescrições sociais de seu tempo. Não por acaso, como foi o caso de Dona Clara, o casamento é percebido como relação desigual, como relação que impede a esposa de “viver”, de “ser gente”, apesar de assegurar-lhe a sobrevivência, haja a vista que em sua casa “não faltava nada”. Contrato instituidor da desigualdade entre os cônjuges porque presidido pelo direito patriarcal, pela dominação do marido, poder, esse, cujo exercício explicita-se na interdição quanto às

⁸² Depoimento D. Clara, idem, ibidem

possibilidades de realizar seus projetos pessoais, reduzindo sua vida a uma existência para os outros e para a casa. Trata-se de condição percebida ao longo de 11 anos de vida conjugal, que ela anuncia e denuncia:

(...) Eu tinha que ser cega pra certas coisas, ele me traía, não me deixava trabalhar. Eu achava muito difícil ter continuado meu casamento do jeito que estava, do jeito dele, acha que faz a mulher mais feliz do mundo; tem coisas que você deixa passar, não tem que deixar passar nada, fala na hora e acabou. Foi isso que eu não fiz, foi um erro meu, mas pra mim era Deus no céu e meu marido na terra(...)⁸³

Assim, as hierarquizações de gênero e, nelas, a posição inferior das mulheres, estabelecida pelo contrato do casamento, ao prescrever-lhes as funções de mãe, esposa e dona-de-casa, têm justamente o efeito da normalização quando desencorajam a transgressão, a opção de viver de outra maneira, como ficou explícito nas falas de Dona Clara e Dona Iolanda. Atravessado, assim, por relações de poder, o casamento não é senão uma relação contratual cujo objeto é a apropriação material do corpo da mulher. Segundo Collette Guillaumin,

(...) A apropriação material dos corpos das mulheres, de sua individualidade física, possui uma expressão legalizada: a relação contratual de casamento. {...} O uso físico sem limites, a utilização do corpo, o não pagamento do trabalho... exprimem

⁸³Depoimento D. Clara, idem, ibidem

que o corpo material individual de uma mulher pertence ao marido {...} Esta propriedade é exprimida igualmente pela natureza de certas tarefas efetuadas...comportam alimentação, atenção, limpeza, criação de animais, entretenimento sexual, apoio afetivo/físico,etc.(...) (Guillaumin,1992:46/47)

Tanto Guillaumin como Pateman consideram, portanto, o casamento como relação contratual que legitima a dominação masculina, a apropriação, o “uso físico sem limites” dos corpos das esposas/mulheres. Tornar-se “marido”, nessa concepção generizada do contrato matrimonial, é estabelecer o direito patriarcal em relação à “esposa”.

Embora tal direito, sob o ponto de vista legal, tenha diminuído bastante em relação ao anteriormente desfrutado, mesmo assim, se um homem não tirar proveito de sua posição de marido, o poder ainda está lá, mesmo se, nesse caso específico, ele não for utilizado. O poder ainda permanece atravessando as relações marido/mulher porque se trata de contrato fundamentado no direito patriarcal. (Pateman, 1993:236) Trata-se de perspectiva de análise igualmente contemplada por Christine Delphy, feminista citada por Pateman, pois, também para aquela, embora

(...) um determinado homem não desempenhe individualmente um papel nesta opressão geral, que acontece antes de sua entrada em cena:mas reciprocamente, nenhuma iniciativa pessoal de seu papel pode desfazer ou atenuar o que existe antes e fora de sua entrada(...) (Idem,ibidem:237)

Os caminhos trilhados pelas entrevistadas apontam para escolhas operadas ante as classificações, divisões, delimitações, valores e princípios que informam as formas de organização e apreensão de seus mundos. Suas falas são reveladoras tanto do universo imaginário/representacional que preside seus mundos, do próprio tecido social que as enreda, que orienta suas ações, como de suas escolhas, em consonância ou não com tais orientações.

Assim, não obstante tratar-se de uma das forças reguladoras da vida coletiva, as representações de casamento/esposa/família que ancoram os respectivos modelos normativos e que se encontram atravessados por convenções de gênero, legitimadoras da superioridade masculina na relação contratual, são percebidas como “naturais”, inerentes à ordem das coisas, explicitamente, apenas por uma depoente, Salete. Esta refere-se ao casamento como efetivação de projetos acalentados, como realização da vida de todo ser humano, como concretização dos anseios socialmente construídos acerca do “destino” de toda mulher. Como ela mesma explicita, trata-se de uma

(...) realização na vida de um ser humano, né. Não sei bem como responder, mais eu acho que faz parte da vida de um ser humano o casamento. Até porque foi Deus que instituiu o casamento, né; foi ele que quiz que o homem tivesse uma companheira e vice versa, né; então, eu acho interessante, né, a família, né, filhos e tudo isso vem através do casamento, né(...)

(...) o homem, ele continua sendo o cabeça da família, porque na verdade um homem em casa ele é uma autoridade máxima, né; mais, se o homem não tiver a mulher, ela tem todo o direito de

*resolver por seu marido, não é verdade? Então, é, na verdade, a mulher é uma ajudadora e não uma escrava, né...Então, isso, eu acho assim maravilhoso, né(...)*⁸⁴

A relação contratual do casamento, tal como concebida por Salete, produz/reproduz as marcas de distinções sociais, fundadas no determinismo biológico e responsáveis pelas assimetrias nas relações entre homens e mulheres, em que se confere superioridade ao masculino. A referência ao casamento, tal como o vê Salete, remete-nos à dimensão construtora/construída de gênero. Ou, como ressalta De Lauretis, como uma “tecnologia social”, em que os sujeitos são “engendrados” , isto é, sujeitos constituídos e constituidores no/do gênero, não apenas pela “diferença sexual, e sim por meio de códigos lingüísticos e representações culturais.” (Lauretis,1994:208).

Tal engendramento se dá, segundo a autora, por meio do “desdobramento de uma complexa tecnologia política”, ou seja, “de um conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais” (idem,ibidem:208). A relação contratual do casamento, como prática da vida cotidiana, constitui uma das inúmeras e diferentes tecnologias sociais produtoras/reprodutoras do gênero. Como representação e auto-representação, o gênero não é, portanto, uma propriedade de corpos, nem algo existente a priori nos seres humanos, mas construção social e histórica, operada mediante diferentes práticas sociais, como, por exemplo, o casamento, dispositivo institucional que teria o poder de controlar o campo da significação social, produzir, promover e disseminar representações.

⁸⁴ Depoimento Salete, idem:ibidem

Com efeito, como bem ressalta Swain (2000:59), as representações produzidas pelas tecnologias de gênero são absorvidas em um processo de “auto-representação, auto-domestificação”; ocorre, então, o assujeitamento, efeito das tecnologias de gênero, que criam as identidades e a identificação, ao definir sua posição no espaço social.

Nessa mesma direção reflete Guacira Louro (1999:16), ao assinalar que distintas e divergentes representações podem circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grande que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade.

Igualmente é a percepção de Roger Chartier (1990:16/17) quando chama a atenção para o fato de que as representações precisam ser pensadas no nível de suas concorrências, desafios, disputas em torno do poder e da dominação, pois são mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, em suas relações, a sua maneira de perceber o mundo, os seus valores e princípios.

Nesse sentido, retomando Pateman (1993:37), a noção do contrato sexual é esclarecedora quanto às relações de poder constitutivas do casamento. Assim, não importa o quanto um casal procure evitar não reproduzir relações matrimoniais patriarcais, estas conformam tal contrato social e sexual, a ponto de não ser possível escapar completamente de suas implicações sociais e legais.

A referência à dimensão contratual do casamento, remete-nos, de imediato, à família.⁸⁵ Formada por contrato matrimonial ou não, esta se constitui e se organiza a partir de modelos normativos próprios a

⁸⁵ Compreende o grupo conjugal, constituindo-se como família nuclear (pai/mãe/filhos), em que se fazem sentir as influências judaico-cristã e greco-romana, especialmente no estabelecimento do pai-marido como “chefe-natural”. Arrazola, Laura, in: *Quem mandou nascer mulher?* RJ, Rosa dos Tempos, 1997 p.355. A História das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica – a família patriarcal-, um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia. Corrêa, Mariza. *Colcha de Retalhos*, SP, UNICAMP, 1994, p.15

cada sociedade e a cada época. Trata-se, portanto, de uma construção social e cultural, embora apareça naturalizada em muitas formulações. Rousseau, por exemplo, foi um dos primeiros pensadores ocidentais a considerar a família como a única instituição natural, decorrente da necessidade instintiva dos homens, não obstante reconhecer o papel das convenções na sua manutenção. Dizia ele:

(...) A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural é a da família; ainda assim só se prendem os filhos ao pai enquanto dele necessitam para a própria conservação. Desde que tal necessidade cessa, desfaz-se o liame natural. A própria família só se mantém por convenção(...) (Rousseau,1962:20)

Considerada a base da sociedade e da Nação, dada sua posição de mais “antiga de todas as sociedades”, a família foi objeto de grande investimento político. Este processou-se por meio de diferentes práticas discursivas e não discursivas, centradas no padrão monogâmico, patriarcal e heterossexual da cultura ocidental e encarregadas de alimentar/realimentar tal padrão normativo de família.

Assim, por exemplo, no Brasil, no campo jurídico, a preocupação com um ordenamento familiar assentado sob tal padrão responde pela elaboração do Estatuto da Família⁸⁶ de 1939, que, em seu artigo 14,

⁸⁶ Em fevereiro de 1940, Getúlio Vargas assina o decreto-lei nº. 2024, tendo como tema à coordenação das atividades relativas à proteção à maternidade, à infância e a adolescência”; O ponto de partida do decreto-lei é o “Estatuto de Família” assinado por Vargas, em 7 de setembro de 1939, oriundo do Ministério Capanema. A família é definida como uma “comunidade constituída pelo casamento indissolúvel com o fim essencial de gerar, criar e educar a descendência”, e por isto considerada como “o primeiro fundamento da Nação”. O seu artigo 14 previa que “o Estado deve adotar medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da conveniência familiar” (art.14). Já o artigo 13, estabelecia um modelo de educação

reafirmava o lugar de subordinação e inferioridade das mulheres. Nesse sentido, é que tal dispositivo prescrevia ser uma das atribuições do Estado a adoção de medidas que restringissem, progressivamente, a admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Cercar-lhes o acesso ao mundo do trabalho, como estratégia para garantir sua presença no lar cuidando da prole, foi assegurado pelo referido estatuto, mediante a prescrição contida em seu artigo 14 de que “não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina e dentro dos estritos limites da convivência familiar”. Trata-se de interdição reveladora do fundamento essencialista que a informa, que reduz os destinos das mulheres ao ventre e ao lar. Tal constructo expressa a concepção generizada de que fora do matrimônio e da família não poderia haver felicidade. Afinal, a família, como lembra Foucault (1988:106), “tornou-se o lugar obrigatório dos afetos, dos sentimentos, do amor”, estabelecido a partir de dois eixos centrais, marido-mulher, pais-filhos.

Reiterar, via discurso, a função social da família, ou seja, conferir sentido “mediante o qual se forma significado e se organizam práticas culturais” (Scott,1992:12), explicita-se nos depoimentos das entrevistadas. Não é, pois, por acaso, que Salete refere-se ao casamento, associando-o imediatamente à família:

*(...) a família, né; filhos e tudo isso vem através do
casamento,*

para a mulher. “Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa” (art. 13). In: A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família, *Simon Schwartzman* publicado em Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, Maio, 1980. p.112

*né. É a realização na vida de um ser humano né.(...)*⁸⁷

Também não é por acaso que Foucault (1997:37) nos instiga a questionar os processos conflitivos formadores dos significados, como, por exemplo, os conceitos de homem, de mulher, de família, etc. Entendendo que os conceitos adquirem aparência de fixidez, naturalização e evidência, sejam eles relativos à sexualidade ou à norma familiar, uma vez conhecidos estes mecanismos, torna-se mais fácil desnaturalizá-los, retirar deles seu caráter de evidência.

Neste sentido, o uso da categoria gênero na análise dos depoimentos foi importante pois permitiu perceber como operam as “tecnologias de gênero” nesse “processo de engendramento dos sujeitos, de constituição de suas identidades que se quer uniforme, mas que são plurais, múltiplas, mutantes e até mesmo contraditórias”. (Lauretis, 1994:208)

Se, para Salete e D. Cosma, ainda permanecem o ideal do amor romântico, as imagens do casamento e da família como “destino natural de toda mulher”, para as outras depoentes tal não ocorre. Ao juntar os fragmentos de suas falas, percebe-se divergências quando se referem ao casamento e ao ideal patriarcal de docilidade e submissão da esposa. Percebe-se a construção de imagens outras acerca do casamento/família/esposa e de si próprias, nas quais elas deixam de se enxergar como vítimas das circunstâncias, bem como de restringir seu mundo à esfera do doméstico. São depoimentos em que elas se descobrem como pessoas, como sujeitos, independente de estar casada ou não. Essa é uma matriz de sentidos que percebi em suas falas, ao referir-se ao casamento:

⁸⁷ Depoimento Salete, idem, ibidem

*(...) Hoje, as menina de hoje casa assim, se não der certo separa. Hoje, ce vê muié polícia, muié advogada, muié prá tudo quanto há na vida. Tudo que o homem faz, a muié fais tamém. É de primeiro, não tinha isso não, hoje é prefeita, é juíza, é governadora, sem precisar casar(...)*⁸⁸

*(...) A mulher, ela pode viver sem casar, ela pode produzir, pode ter filho, pode ter tudo e não precisa casar nada. Casamento, é você viver em paz com tua família, dar tudo que precisa, amor prá eles, é você ter que ter tudo, ter paz, viver em harmonia consigo(...)*⁸⁹

*(...) Ah! Hoje em dia eu não acho nada, porque o povo não tá nem ligando mais prá casamento muito, né. Não tá casando, nem na igreja mais não (...)*⁹⁰

Não se pode negar que as imagens de família, de casamento, de mulher, de realização pessoal, “capturadas” nestes depoimentos, não têm como referência os respectivos modelos tradicionais, ou os padrões normativos correspondentes. Pelo contrário, elas apontam para modalidades outras de organização familiar, de convivência e de atuação profissional das mulheres que rompem com os padrões socialmente prescritos. Contrariamente ao que se supunha, quando se trata de comunidades rurais, tidas como mais conservadoras e refratárias às mudanças, observa-se a existência de famílias chefiadas por mulheres, bem como de condutas que se afastam da tradicional

⁸⁸ Depoimento D. Iolanda, idem: ibidem

⁸⁹ Depoimento D. Cosma, idem: ibidem

⁹⁰ depoimento D. Helena, idem: ibidem

dependência em relação ao homem e, sobretudo, independentes da tutela do “pátrio poder”. São mulheres que não se vêem como uma parte, “a costela” de um homem, mas se percebem como pessoas com identidade própria, cuja atuação é imprescindível para a família e mesmo para a sociedade.

Dessa forma, não concebem o casamento como o caminho natural, único e definitivo para uma mulher, que pode se realizar de outras maneiras, como explicita D. Iolanda (...) *Tudo que o homem faz, a muié fais tamém. É, de primeiro, não tinha isso não; hoje é prefeita, é juíza, é governadora, sem precisar casar(...)*⁹¹

Não vêem, portanto, diferença essencial entre homens e mulheres. Embora considerem incontestável a igualdade de direitos, reconhecem que os deveres acabam por recair, com maior força, sobre as mulheres. Estão igualmente cientes de que as mulheres, hoje em dia, conquistaram tanto espaço que não têm necessidade de viver com um homem para se considerar alguém. No que concerne à capacidade de trabalho, ressaltam que são capazes de fazer qualquer atividade e citam, como exemplo, as agroindústrias, espaço de realização das mulheres, que os homens resistem em não reconhecer. Percebe-se uma política de auto-valorização, que inclui principalmente ressaltar a importância social de seu trabalho, de sua atuação, de sua capacidade, haja vista a avaliação de D. Cosma: (...) *A mulher pode viver sem casar, ela pode produzir, pode ter filho, pode ter tudo e não precisa casar não(...)*⁹²

Uma auto-representação engendrada na experiência como proprietária de agroindústria, mediante a qual D. Cosma percebe-se como pessoa capaz de produzir, administrar, comercializar seus produtos, prover sua família, ser reconhecida como tal. Uma

⁹¹ Depoimentos D. Iolanda, idem, ibidem

⁹² Depoimento D. Cosma, idem, ibidem

experiência que lhe permitiu perceber que pode ter existência própria, “pode ter tudo”, no momento em que têm assegurados sua independência financeira e seu reconhecimento como cidadã.

De acordo com Rosiska de Oliveira (2003:76), permanecer numa relação conjugal não é mais uma obrigação de caráter moral ou religioso, mas uma escolha de pessoas adultas, independentes, que renovam cada dia o seu compromisso recíproco. Ter ou não ter filhos, voltar a se casar, são escolhas que se tornaram possíveis, desde que as mulheres assegurem condições de se manterem financeiramente autônomas.

Se, nas entrevistas, a referência ao casamento esteve imediatamente associada à da família, recortes outros, como maternidade e sexualidade, também estiveram presentes nas leituras que as depoentes fizeram/fazem de si e de seus mundos. É claro que de formas diferenciadas, pois conquanto sejam aquelas dimensões igualmente constitutivas de suas experiências, no que tange à maternidade há investimento social para se falar dela, e no que concerne à sexualidade, há interdições. A não referência desse assunto nos depoimentos é tão importante quanto o que foi dito. Para entender essa ausência reporto-me a Foucault, quando este afirma que existem temas e assuntos tabus, os quais não entram na ordem do discurso, sendo o tema da sexualidade um dos tabus da sociedade contemporânea. Apesar disso parecer uma contradição, haja vista a quantidade de informações acerca da sexualidade, disponíveis na mídia, dentre outros meios, o fato é que se trata de tema regido por regras e normas, que limitam o que é dito e quais as pessoas que têm direito a entrar na ordem discursiva. (Foucault,1996:9/10)

Assim, as entrevistadas, donas-de-casa e proprietárias de agroindústrias, não fizeram referência explícita à sexualidade, embora

falassem de sua experiência de maternidade, em razão das formas de interdições do discurso a que estão submetidas. Segundo Foucault, estas formas são “as que limitam seus poderes, as que dominam suas aparições aleatórias, as que selecionam os sujeitos que falam”. (Foucault,1996:37) São temas que trato no capítulo seguinte.

Capítulo 5. Maternidade e sexualidade: presenças e ausências.

“A mulher torna-se um corpo inteligível enquanto mãe, pois as significações atribuídas ao feminino conferem-lhe um sentido unívoco: mulher-mãe, da qual a maternidade revela seu ser profundo, sua própria razão de ser”. (Tânia Swain,2000:58)

Ao analisar as histórias de vida, contadas pelas próprias autoras, percebi experiências plurais, subjetivamente vividas, vincadas por alguns traços comuns, tanto no que concerne às relações de trabalho, casamento, família e maternidade, como naquilo que esteve praticamente ausente, como a escolarização, ou silenciado, como a sexualidade.

A referência à maternidade é feita como a própria razão de ser de cada uma delas, ou seja, é condição de inteligibilidade de seus corpos, haja vista que lhes conferem um sentido unívoco, o de ser mãe. Este sentido unívoco, conferido às representações de maternidade, tem como suporte um conjunto de imagens/valores/conceitos fixos, estáveis e essencialistas acerca do feminino. Assim, o ser mãe apresenta-se como inerente à “natureza feminina”, como uma benção, e, por isso mesmo, como um privilégio. Não é por acaso que, nas entrevistas, o reportar-se a tal tema se dá associado à memória familiar, na qual os filhos são elementos fundantes de suas narrativas:

*(...) os filhos, é tudo na vida da gente, uai. Os filhos, os netos, a gente faz qualquer coisa pelos filhos(...)*⁹³

*(...) tem que dar muito valor; assim o fato de ter filhos(...)*⁹⁴

*(...) Nossa, eu mesmo pessoalmente, eu não me imagino ficar longe dos meus filhos(...)*⁹⁵

O ato de repensar, com as idéias de hoje, as experiências do passado, não retira o sentido conferido à maternidade, cristalizado que está no imaginário social. Se quanto ao casamento, ao trabalho, à educação, as entrevistadas reconstituem tais experiências resignificando-as, a de ter filhos é reiterada sob as significações comumente atribuídas ao feminino, preservadas pela memória.

Ecléa Bosi, em “Memória e sociedade”, alerta para alguns cuidados no ato de ouvir, considerando que a arte de narrar é uma relação “alma, olho e mão”, vai além da fala. Nesse sentido, a narrativa se torna também uma relação de sentimento, de partilha de emoções. Torna-se espaço no qual

(...)lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais, que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que

⁹³ Depoimento D.Helena, idem: ibidem

⁹⁴ Depoimento D.Iolanda, idem: ibidem

⁹⁵ Depoimento Salete, idem: ibidem

povoam nossa consciência atual.(...) O simples fato de lembrar o passado no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (...) (Bosi, 1983:17)

São reflexões sintonizadas com Halbwachs (1990:78), para quem a memória está marcada por um caráter livre, onde lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Essa referência ao presente como lente que ilumina o repensar sobre as experiências passadas é também enfocada por Michele Perrot. Para essa historiadora, a memória é marcada e estruturada por papéis sociais, construídos e vividos em meio as relações de poder hierarquizadas entre os gêneros. (Perrot,1989:18)

Ainda a respeito da memória, Montenegro (1994:19) ressalta a importância de percebê-la com representação. Para ele, o tempo da memória é o tempo da experiência de um período de vida, reconstruído de acordo com o presente, com a relação que o presente tem com o passado, de como se racionaliza e se apresenta. Percebidas como representações, as diferentes entrevistadas reconstróem a experiência da maternidade como algo vivenciado e inerente aos seus corpos, atrelado à razão de ser de cada uma delas, seja D. Iolanda, D. Helena, D. Clara, D. Cosma ou Salete, não importando a idade, condição civil, escolaridade, capacidade gerencial:

(...) Ah, os fio, o amor dos fios é importante, né? Eu sempre estou pronta pra ajudar meus fios(..)⁹⁶

(...)os filhos é tudo na vida da gente, ua. Os filhos, os netos, a gente faz qualquer coisa pelos filhos(...)⁹⁷

(...) depois entendi, as minhas filhas iam ficar muito tristes Por isso eu fiquei, por causa das minhas filhas; é o que eu tenho de maior valor(...)⁹⁸

(...)É você viver em paz com tua família, dar tudo que eles precisam, porque eles precisam, de amor prá você viver bem com sua família, prá você dar amor prá eles, você tem que ter tudo, ter paz, viver em harmonia com seus filhos(..)⁹⁹

(...) Nossa, eu mesmo pessoalmente, eu não me imagino ficar longe dos meus filhos, né. Se imagina uma mãe ter nove filhos e de repente cada um toma um rumo, né. A gente não vê os filhos crescer, não vê né... pensa que os filho vão ficar sempre, né. Mais na verdade, em questão de se separar do filho não é muito fácil não; tem que dar muito valor assim o fato de ter filhos(...)¹⁰⁰

Tal univocidade de sentidos remete-nos às reflexões de Swain, segundo as quais, apesar das transformações ocorridas em algumas normas sociais, graças aos feminismos, o casamento e a maternidade

⁹⁶ Depoimento D.Iolanda, idem: ibidem

⁹⁷ Depoimento D.Helena, idem: ibidem

⁹⁸ Depoimento D.Clara, idem: ibidem

⁹⁹ Depoimento D.Cosma, idem: ibidem

¹⁰⁰ Depoimento Salete, idem: ibidem

ainda povoam os sonhos e o imaginário das mulheres. Tal permanência é reveladora da força instauradora de uma representação da mulher que, ancorada no biológico, se faz associada à da verdadeira mulher, a mãe (Swain,2000:55). Para esta autora, a linha divisória entre mulher/mãe

(...) encontra-se na reprodução que define a mulher de maneira ambígua, exaltada e marcada ao mesmo tempo na maternidade. Exaltada na “tarefa divina” de dar à luz aos seres humanos, mas ao preço de se ver atrelada e delimitada por essa função(...) (Idem:ibidem:52)

A reprodução, como delimitação e definição do ser mulher, explicita-se nas falas das entrevistadas: “... *filhos, é tudo na vida da gente, uai. Os filhos, os netos, a gente faz qualquer coisa pelos filhos...*”.

“...*Nossa, eu mesmo pessoalmente, eu não me imagino ficar longe dos meus filhos, né...*”.

São falas informadas pela representação de gênero, instituidora e, ao mesmo tempo, também instituída de/por um modelo de maternidade/ maternagem em que os filhos estão no centro do projeto existencial dessas mulheres, fazendo com que se sintam muitas vezes responsáveis exclusiva por eles. “... *É você viver em paz com tua família, dar tudo que eles precisam...*”

Na referência à maternidade como algo de maior valor em suas vidas, a significação atribuída é explícita e funciona para reafirmar uma definição de mulher marcada pela “tarefa divina” de dar à luz aos seres humanos e “atrelada e delimitada por essa função”. Processa-se aí um deslocamento de papel social, como se fosse uma colagem entre

a verdade biológica e a verdade social; ou seja, transfere-se a quase exclusividade da maternidade biológica para a dimensão da maternidade social. Essa construção social não foi, como mostrou Badinter (1985:246), efetuada sem políticas marcadas pela instauração da ordem normativa da família.

De acordo com Yannoulas (1998:66), a referência da identidade feminina se estabeleceu “com base no amor/entrega do ser para os outros, da heteronomia, em um contrato temporalmente infinito”. Trata-se de construção em que vários discursos - religioso, médico, filosófico, pedagógico, literário - foram acionados, de forma a colocar em circulação imagens/representações de mulher, de gênero, de sexo e da sexualidade, baseadas em concepções essencialistas, fundamentadas na biologia, no determinismo biológico.

Uma das evidências dos efeitos discursivos sobre os corpos e condutas femininas é a maternidade. Essa sua associação ao “destino natural” de toda mulher resulta da circulação e reiteração de discursos como o Estatuto da Família, anteriormente citado, que, em seu artigo 13, prescrevia uma educação para as mulheres de modo a torná-las “afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa” (Schwartzman, 1984:112). É visível o objetivo da modelagem, do assujeitamento, da domesticação dos corpos de mulheres em corpos femininos que parem e nutrem. Não é outro senão o intuito da prescrição, ao reiterar o direcionamento do destino das mulheres ligado ao ventre e ao lar, ao reafirmar que somente pela maternidade a mulher poderia alcançar a “plenitude”.

Em sua análise sobre os aparatos institucionais, Foucault (1988:114/117) assinala que a estrutura matrimonial, no exercício de um poder regulador das relações, tornou-se, ao mesmo tempo, o mais

forte dos vínculos individuais e o único lugar dos prazeres legítimos. A primeira finalidade do casamento seria a procriação e a segunda, a ordenação de uma vida comum e inteiramente compartilhada.

A maternidade, torna-se assim, segundo Swain (2000:25/73), um ato de criação e uma fonte de poder e de referência identitária para as mulheres. Tal significação não implica reduzir a conformação das identidades a um detalhe anatômico, emocional ou funcional, mas a todo um conjunto de experiências que fazem de nós, mulheres e homens, seres em mutação, marcados por momentos e motivações diversas, agindo, entretanto, a partir de um lugar de fala.

Ao refletir sobre as identidades sociais e a provisoriedade e multiplicidade dos seus recortes constitutivos, Guacira Louro ressalta que

(...) Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essa múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural (...) Louro, Guacira (1999:12)

A despeito do caráter histórico, plural e transitório das identidades sociais, incluindo-se nelas as identidades sexuais de gênero, percebe-se, nos depoimentos coletados, um sentido unívoco e fixo conferido à maternidade na representação que cada uma faz de si.

Também a sexualidade é, significativamente, um termo ausente, pois interdito em seus discursos. Se as análises feministas, segundo Swain (2000:56), desconstruíram esta “essência natural” do papel social das mulheres, dimensões como a sexualidade e o corpo biológico permanecem, todavia, ainda no domínio do não-problematizado. Não é, pois, por acaso que a vida sexual permanece oculta e, por isso mesmo, cuidadosamente diferenciada da reprodução, em suas falas. Temas como sexo/ sexualidade, casamento/filhos, reprodução/maternidade, afeto/filhos/ marido estão juntos entre si e separados entre eles, ou seja sequer mencionados, como se pode depreender dos relatos de D. Clara:

(...) Amor é importante. Eu falo o amor no geral, não é só do homem. O amor é que faz respirar; hoje em dia eu não tenho ninguém. As colegas acham estranho, mas tu não amas ninguém? Amo minhas filhas, meus netos, as pessoas que me rodeiam, o meu trabalho; eu amo muita coisa(...)¹⁰¹

(...) eu acho assim quando a gente acredita no princípio dentro de si eu acredito, o que é a relação de um homem e uma mulher o que faz alimentar são é as energias criadoras; eu não estou com ninguém, não sinto falta, mas eu estou criando, eu estou criando meus biscoitos, estou colocando amor naquilo que eu faço. As minhas energias criadoras estão bem (...)¹⁰²

¹⁰¹ Depoimento D. Clara, idem: ibidem

¹⁰² idem: ibidem

As nomeações são, ao mesmo tempo, claras e ambíguas, já que dizem respeito tanto a objetos específicos do amor – filhas, netos, pessoas que a rodeiam, trabalho – como aos gerais, inespecíficos – “amo muitas coisas”. Uma ambigüidade cujo efeito é justamente o de dirimir qualquer referência/nomeação acerca de sua vivência sexual. Isso porque esta se encontra subsumida em uma declarada e suposta “assexualidade”, traduzida em seu amor às filhas, netos, pessoas que a rodeiam, trabalho - “energias criadoras” - , sendo mesmo explicitamente negada: *“eu não estou com ninguém, não sinto falta, mas eu estou criando eu estou criando meus biscoitos”*. Negada ou subsumida porque, como atenta Muniz (2003:280), “construir um silêncio sobre a sexualidade, negá-la sob um corpo que se apresenta assexuado, não é senão afirmá-la em sua completa operacionalidade, em seu pleno exercício de poder e controle sobre os sujeitos”.

Afinal, quando o assunto é sexo/sexualidade, o que importa, recordando Foucault, não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, formular-lhe interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, policiar ou não, usar as palavras adequadas para sua designação, mas

(...) levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vistas de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso”(...) (Foucault,1988:16)

Como mulheres, donas-de-casa e proprietárias de agroindústria, elas não “colocam o sexo” em suas falas, pois se sentem desautorizadas para tal, estão submetidas às interdições do discurso

que ainda o define como um dos assuntos tabus para mulheres comuns da sociedade/comunidade rural contemporânea. Daí transmutá-lo em algo vago e geral, no amor assexuado, indefinido e mesmo inexistente, como revelado nas considerações comuns a todas as entrevistadas, naturalmente com as nuances e matizes individuais. Trata-se de representação que igualmente aponta para imagens/valores outros presidindo a relação entre os gêneros, ao menos em termos de expectativa de uma nova condição de vida. As definições de amor, formuladas nos relatos, são significativamente reveladoras nos dois sentidos:

(...)Amor, ah, eu não sei não; eu acho assim que nunca existiu não. Eu não acredito bem não, porque, por inxemplo, se a mulher ou o homem tivesse amor, nunca judiaria igual fais. É possível que o homem vai matar a mulher por amor, se existisse amor mesmo ele ia falar, não coitada, eu não vô fazê isso cuela não, eu tenho amor nela. E por exemplo às vezes um homem que fala muito da muié, muié que fala muito do marido, fala que tem amor, eu não acredito que tem amor pro que se tivesse amor não falava(...)¹⁰³

(...)O amor, é você viver em paz com tua família, dar tudo que precisa, porque eles precisa de trabalhar, o trabalho é o amor, é prá você viver bem com sua famíli;, prá você dar amor prá eles, você tem que ter tudo, ter paz, viver em harmonia consigo mesmo faz bem à tua família, né. É ter o respeito; eu acho que o respeito é o maior em tudo, é preciso o respeito. O amor vem com o respeito,

¹⁰³ Depoimento D.Iolanda, idem:ibidem

*a partir do momento que acaba o respeito acaba o amor, eu acho assim(...)*¹⁰⁴

*(...) o amor prá mim é tudo, né. É a obrigação do ser humano é amar, né o próximo, né. E o amor assim, se a pessoa tem amor as outras coisas ficam tudo mais fácil, ele consegue contornar as situações (...)*¹⁰⁵

Ocultar a dimensão sexual constitutiva de suas experiências, construindo um silêncio sobre a mesma, remete-nos às reflexões de Moreira Alves, que atenta para o fato de que o ocultamento

(...) o silêncio sobre a sexualidade não é um vazio. É um silêncio que transmite um modelo de ser mulher. Dentro desse modelo o desconhecer é visto como algo natural, próprio à conduta considerada adequada à condição feminina(...). (Alves,1981:329)

Se D. Clara e D. Iolanda, ambas mulheres sem companheiros - uma separada, outra viúva – conformam-se à ordem do discurso, mantendo um silêncio sobre suas vivências sexuais, ocultando e/ou transfigurando suas sexualidades, ressignificam, porém, com sua atuação, os papéis socialmente prescritos para as mulheres, trabalhadoras rurais e donas-de-casa. E isso se dá quando elas assumem também aqueles prescritos como masculinos, quando recusam um novo relacionamento. Essa recusa pode ser lida não apenas como defesa contra futuras decepções mas, também, como

¹⁰⁴ Depoimento D.Cosma, idem:ibidem

¹⁰⁵ Depoimento Salete, idem:ibidem

resultado de um amadurecimento ante as dificuldades vivenciadas. Trata-se de amadurecimento que se expressa pela atitude mais seletiva quanto aos seus relacionamentos e escolhas das quais elas não abrem mão, pois não desejam repetir velhas histórias de alcoolismo, violência ou infidelidade conjugal.

Significa justamente que elas cresceram como pessoas e que conquistaram mais autonomia na condução de suas vidas. Nesse processo, opera-se o engendramento de uma nova imagem de si mesma, em que é visível o abandono da posição de vítimas das circunstâncias, haja vista que assumem, cada vez mais, o papel de protagonistas de suas histórias, de “senhoras dos seus destinos”. Não é outro o sentido dos depoimentos de D. Iolanda e D. Clara:

(...)Homem é um bicho que dá muito trabalho, né? E depois amarra a gente; eu falei assim: quero mais sabê de casamento nada; não que eu não achei, eu achei, mais eu num quis, não quis. Tinha um sorterão aí, mandou me pedi em casamento. Aí, ele me deu toque prá mim assim. "Cê num tem vontade de casar mais não?" Eu falei assim, eu? Casá? Prá quê? Eu tô bem sozinha(...)¹⁰⁶

(...),Hoje em dia eu não tenho ninguém; as colegas acham estranho, mas tu não amas ninguém? Amo minhas filhas meus netos, as pessoas que me rodeiam o meu trabalho eu amo muita coisa(...)

(...)Eu não estou com ninguém, não sinto falta; mas eu estou criando, eu estou criando meus biscoitos, estou colocando amor

¹⁰⁶ Depoimento D.Iolanda, idem: ibidem

*naquilo que eu faço. As minhas energias criadoras estão bem(...)*¹⁰⁷

Imagens de luta, de afetos e desafetos, de direitos e obrigações, de ausências e de presenças, introjeções e projeções que atravessam seus discursos, conferindo sentidos às diferentes experiências relatadas. Imagens de uma ausência, de um não dito, extremamente reveladoras da dimensão sexual que habita as práticas cotidianas dos mundos dessas mulheres e, portanto, constitutiva de suas subjetividades. Imagens reveladoras da rede de significações atribuídas ao feminino, em que o “dispositivo da sexualidade” opera por meio de uma “complexa tecnologia política” e responde pelo “conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”. (Foucault,1988:120)

Para Foucault, os discursos sobre a sexualidade instauram saberes, produzem verdades, regulam condutas, estabelecem hierarquizações, efetuam exclusões. Trata-se de um dispositivo, uma criação compartilhada no social, historicamente definida por,

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas. O dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos(...) (Foucault,1988:104/105)

¹⁰⁷ depoimento D.clara, idem: ibidem

Assim, ao mesmo tempo em que se veiculavam diversos discursos voltados para a domesticação das mulheres, no sentido de transformá-las em “corpos dóceis”, em corpos assujeitados às prescrições de recolhimento no espaço doméstico, confinados ao casamento e à procriação, outros discursos começaram a se esboçar e a circular. Mudanças aconteceram, inscritas nos novos movimentos sociais, particularmente os denominados movimentos feministas. Incansáveis em sua crítica à cultura, eles colocaram o sexo/sexualidade em discussão, no esforço em romper com os silêncios, em colocar em evidência o exercício da sexualidade feminina, hoje com distâncias bem menores entre o que pode, ou deve fazer um homem e uma mulher. O que permite pensar que não há mais diferenças entre os sexos, as diferenças são apenas as biológicas.

No final: algumas reflexões

“A tragédia de qualquer escrita (e também de qualquer leitura) reside na tensão entre seu inacabamento e a necessidade de se colocar um ponto final (a obra acabada e a última interpretação possível). Essa é também a tragédia do conhecimento e da aprendizagem moderna”.
(Morin, 2003:39)

Um dos maiores desafios nessa pesquisa foi o de revelar a presença histórica das mulheres trabalhadoras rurais do DF. Outro, foi o de fazer uma leitura de suas lutas, projetos, sonhos e realizações, de suas experiências, de modo a melhor compreender seus mundos. Ao fazer a leitura desses mundos, foi possível perceber as mudanças operadas em suas vidas, nos níveis das relações pessoais e de trabalho, em razão das experiências vivenciadas como proprietárias, responsáveis pelo gerenciamento de suas agroindústrias, pelo provento de suas famílias.

Os depoimentos destas mulheres apontaram para perfis outros que os disseminados no senso comum, para trajetórias de vida em que elas foram autoras de seus projetos para mudanças em suas relações com outros/as, consigo próprias e com a vida. Mudanças de posturas relacionadas às suas vivências, nos âmbitos da família, da comunidade e do mundo do trabalho, como a conscientização acerca dos

problemas produtivos, econômicos e tecnológicos, a busca de autonomia financeira e profissional em relação ao marido/companheiro e uma maior desenvoltura nas relações interpessoais.

A pesquisa revelou a existência de mulheres que se recusaram a permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para elas e lograram, com suas agroindústrias, serem reconhecidas social e institucionalmente como suas proprietárias e administradoras, como trabalhadoras rurais economicamente ativas. Nesse sentido, os mundos das agroindústrias configuram-se como espaços identitários e lugar de poder. Lugar de significações, pois é nele e dele que as subjetividades são construídas, onde o poder é organizado e difundido. Também lugar de empoderamento das mulheres, no sentido de um movimento de dentro para fora, resultante de suas lutas e de engendramento de práticas outras, que ampliaram sua definição original, para se tornar condição de possibilidades para essas trabalhadoras rurais.

Com efeito, cada uma destas agroindústrias faz parte das histórias dessas mulheres destemidas, que apostaram em seus projetos, no Prove e na cidade que as acolheu, e que acabaram se tornando proprietárias. Histórias de mulheres que criaram, a partir de seus saberes, formas próprias para produzir e vender bolos, doces, biscoitos, frutas cristalizadas temperos e hortaliças.

Cinco mulheres, cada qual com seus sonhos, desejos, esperanças, interesses, valores, tradições, dificuldades e, por isso mesmo, com muita coragem e alegria pela vida e pelo que esta lhe proporcionou: suas famílias, suas agroindústrias e suas “criações de amor”, que conquistaram com seus trabalhos.

Entendo que o tornar-se empresária, proprietária de agroindústria, responsável pelo financiamento, produção e comercialização, foi

experiência que subverteu a tradicional posição atribuída pelo sistema sexo/gênero de dependência ao marido, transformando-a em provedora da família, desestabilizando um dos pilares da ordem patriarcal onde o domínio masculino se respalda.

Assim, não posso deixar de assinalar a ocorrência de rupturas com as representações convencionais das mulheres e de seus papéis e atribuições. As experiências relatadas desmistificam a construção generizada de passividade e desestabilizam representações consolidadas no imaginário social da mulher como ser frágil, incapaz e submissa.

Trata-se de um fazer revelador das possibilidades de pequenas agroindústrias familiares, administradas por trabalhadoras rurais, tornarem-se espaços de realizações e de mudanças, haja vista o seu reconhecimento como proprietárias de agroindústrias, o que implicou na ruptura com sua condição de indivíduo invisível.

Mudanças como as ocorridas nas relações de gênero, no cotidiano dessas mulheres, expressas nas inversões processadas, como a de mulheres na função de provedoras de seus lares, como proprietárias que administram suas empresas, comercializam seus produtos, inscrevem-se como atores sociais no mundo do trabalho.

Não se pode deixar de reconhecer algumas significativas permanências, sobretudo no que tange aos significados ainda conferidos à maternidade e à sexualidade. É claro que de formas diferenciadas, pois conquanto sejam ambas partes constitutivas de suas experiências, no que tange à maternidade há investimento social para se falar dela e quanto à sexualidade é, significativamente, um termo ausente pois interdito em seus discursos. Como mulheres, donas-de-casa e proprietárias de agroindústria elas não “colocam o sexo” em suas falas, pois se sentem desautorizadas para tal, estão submetidas às

interdições do discurso que ainda o define como um dos assuntos tabus para mulheres comuns da sociedade/comunidade rural contemporânea.

A pesquisa revelou mulheres fortes, ativas e críticas, tendo-se em vista que embora considerem incontestável a igualdade de direitos, reconhecem, porém, que os deveres acabam por recair, com maior força, sobre as mulheres. Também, estão cientes de que as mulheres, hoje em dia, por terem conquistado espaços significativos, não têm necessidade de viver com um homem para se considerar alguém.

No que concerne à capacidade de trabalho, ressaltam que são capazes de fazer qualquer atividade e citam, como exemplo, as agroindústrias, como espaço de realização. Percebe-se uma política de auto-valorização, que inclui principalmente ressaltar a importância social de seu trabalho, de sua atuação, de sua capacidade como pessoa, capaz de produzir, administrar, comercializar seus produtos, prover sua família, ser reconhecida como tal. Trata-se de experiência que lhes permitiu perceber que podem ter existência própria, “pode ter tudo”, no momento em que têm assegurados sua independência financeira e seu reconhecimento como cidadãos.

Ainda que o trabalho de investigação não tenha explorado uma série de questões a que a riqueza dos dados da pesquisa remete, espero de alguma forma ter contribuído para a percepção de que a invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais é reveladora de relações familiares e de trabalho informadas por convenções de gênero. Gênero esse saber, esse construto social que “estabelece significados para as diferenças corporais” (Scott, 1992:82), ao conferir, a partir de uma lógica binária, maior importância ao trabalho rural realizado pelos homens e ao desclassificar as mulheres

trabalhadoras rurais como não remuneradas, não obstante tratar-se de idênticas atividades.

Nessa análise, o uso da categoria gênero foi útil porque me permitiu perceber como “naturais”, construções fundamentadas no determinismo biológico, legitimadoras das desigualdades entre os sexos. Isto é, foi a perspectiva que me possibilitou perceber o caráter construído e construtor de gênero, tendo-se em vista que o feminino, assim como o masculino, não são constituídos, nem propriamente, nem necessariamente, pelas características sexuais, e sim pela “forma como essas características são representadas ou valorizadas em uma dada sociedade e em um dado momento histórico”. (Louro,1997:21)

Algumas das práticas das mulheres das agroindústrias vêm justamente se contrapor à construção da divisão das esferas e da natureza apolítica do privado. Esta minha leitura pauta-se no entendimento de que o pessoal é político, e que, conforme reflete De Lauretis, não é possível pensar a partir da existência de duas esferas da realidade social: a esfera privada ou doméstica, da família, sexualidade, afetividade, e a esfera pública do trabalho e da produtividade. Em vez disso, entendo que se deve pensá-las sob uma perspectiva que percebe o social a partir de vários conjuntos inter-relacionados de relações sociais – relações de trabalho, classe, raça e sexo/gênero -, onde homens e mulheres se posicionam diferentemente, e o “lugar da mulher”, a posição atribuída à mulher pelo nosso sistema sexo/gênero, é posição dentro da existência social em geral e não é uma esfera separada. Não é por acaso que assumem, cada vez mais, o papel de protagonistas de suas histórias, de “senhoras dos seus destinos”, a exemplo de D. Clara, “... *hoje eu sou uma pessoa com identidade própria: falo o que penso, vou pra onde quero, trabalho no que eu gosto...*”.

REFERÊNCIAS

FONTES

1. Corpus principal

Depoimentos: Das mulheres trabalhadoras rurais das agroindústrias do PROVE/DF

AGROINDÚSTRIA: Um guia de ações para a verticalização da pequena produção, Secretaria de Agricultura, GDF

Programa de verticalização da produção na pequena propriedade agrícola- Brasília- DF – 1995

Ata de Criação da ASPROVE – 1995

Estatuto da Associação dos Produtores do PROVE, Brasília/DF, 1995

Atas das reuniões da ASPROVE

Boletim da ASPROVE/DF

Sugestões de plano de trabalho para a ASPROVE/1997

Brasília Rural ano 1- Número 1 –Dezembro de 1995

Plano Estrutural de Organização Territorial – PEOT -DF

Plano Diretor da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. SA/DF

Ação Rural- Série Documentos- 1995

Relatórios: Brasília Rural I e II - 1996

Produtores Rurais no DF- Classificação e Parâmetros p/ ação Governamental (1995/1999)

Temas CODEPLAN nº 3 A mulher no Contexto sócio econômico do DF, Brasília: CODEPLAN, 1998

Temas CODEPLAN nº 1 Perfil Sócio-Econômico das Famílias do Distrito Federal, Brasília: CODEPLAN, 1997

Projeção da População das Regiões Administrativas do Distrito Federal. 2000-2005, Brasília: SEDUH, 2002

Distrito Federal. População - Dinâmica e Distribuição Espacial. 1995-2000, Brasília: SEDUH, 2001

Anuário estatístico de Brasília: CODEPLAN, 1997

2. Corpus Auxiliar

Depoimento: João Luiz Homem de Carvalho. Secretário de Agricultura do Governo do Distrito Federal na gestão, 1994/1999.

Depoimento: Raimunda de Mascena. Coordenadora da Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais/CONTAG - 2001/2005.

IV Conferencia Mundial Sobre a Mulher: Beijing, China - 1995. Organização das Nações Unidas, Rio de Janeiro, 1996.

Brasil.Código de Processo Civil (1916), Organizado por:Yussef Said Cahali, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2002.

Brasil. Novo Código Civil (2003), Organizado por:Yussef Said Cahali, em vigor a partir a partir de 11/01/2003, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2003.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988, Brasília, Senado Federal, 1988, 292p.

Agenda 21 – Câmara dos Deputados - Centro de documentação e informação. Brasília, 2000.

Agenda 21 – Resumo – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil. Rio de Janeiro, 1993.

CONTAG. Proposta do Movimento Sindical de Trabalhadoras Rurais para as leis agrária e agrícola. Brasília: CONTAG, 1989.

CONTAG. A mulher e o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Trajetória de lutas, Brasília, março de 2002.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil. 5 anos após Beijing, Brasília, 2000.

CEPIA, As mulheres e os Direitos Civis. Coleção Traduzindo a Legislação com a Perspectiva de Gênero. Rio de Janeiro, 1999.

CFEMEA, Jornal Fêmea, Brasília, Dezembro de 2001 e Fevereiro de 2002.

INCRA, Balanço da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2001.

Relatório Inicial Brasileiro Relativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Porto Alegre, 1998.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Miriam e Castro, Mary Garcia. **Engendrando um novo feminismo: Mulheres líderes de base**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. In. Jodelet, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- AGUIAR, Neuma (org.). **Mulheres na força de trabalho na América latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas; mulheres da colônia**. Rio de Janeiro: José Olimpio, Brasília: Edunb, 1993.
- ALMEIDA, Jane S. de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ALMEIDA, A. M.(org.). **Pensando a família no Brasil da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.
- ALVES, Branca Moreira. **Espelho de Vênus-Identidade social e sexual de mulher**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **Ideologia e Voto Feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ARTEGA. Ana Maria. **Mujeres - relaciones de género y agricultura**. Chile: Centro de estudios para el desarrollo de la mujer, 1994.
- BACHELARD, G. **O Direito de Sonhar**. São Paulo: Bertrand Russel, 1994.
- _____. **O ar e os Sonhos. Ensaio sobre a imaginação do movimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. **A Água e os Sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BANDEIRA, L. **O que nos trazem as delegacias de mulheres?** In. Correio Braziliense, 06/12/2003.

- BANDEIRA, L. e Siqueira, D. **Relações de gênero nas Ciências Sociais, um processo em (des)construção**. Brasília: UnB/Dep.Sol ,n.81, 1991.
- BADINTER, Elizabeth. **Um Amor Conquistado. O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARROSO, Costa. A. **Mulher, mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983.
- BARSTED, Dennis Linhares. **Medição de forças**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.
- BARSTED, Leila de A. L. Mulheres, Direitos Humanos e Legislação: Onde Está a Nossa Cidadania? In. Saffioti, Heleieth I.B. e Vargas, Mônica M. (orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Brasília: UNICEF, 1994.
- BAZCKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. in: Enciclopédia Einaudi vol. 5, Anthopos-homem. Lisboa: Impresa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, vol.2,1960.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BLAY, E.A . **A mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978.
- BORDO, Susan. A feminista como o Outro. In. Revista Estudos Feministas, vol.8, nº 1. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas-UFSC, 2000.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- BRANDÃO, Maria Luiza Ribeiro (org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella M. (org). **A mulher e o espaço público**. In. Revista Brasileira de História 18. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1987.
- BRITO, M. N. e PRÁ, Jussara R. **Movimento de mulheres no sul-1975-1980**. Porto Alegre: ANPOCS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- BRUSCHINI, C. e Pinto, C. R. (orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.
- BRUSCHINI, C. e Lombardi, M.R. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa**. Caxambu: 10º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1996.
- BRUSCHINI, C. e Sorj, B. (org.). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

BRUSCHINI, C. O uso de abordagens quantitativas em pesquisa sobre relações de gênero. In: Bruschini, C. e Costa, A. de O. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Vértice, 1990.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. UNESP, 1982.

BURSZTYN, Marcel e Araújo, Carlos Henrique. (org.). No meio da rua – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Fundamentos Contingentes: o Feminismo e a Questão do Pós-modernismo. In Bessa, Karla (org.). **Cadernos Pagu, Trajetórias do Gênero, Masculinidades...** n. 11, Campinas/SP: Edição Faep/UNICAMP, 1998.

_____. Variações sobre Sexo e Gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: Benhabib, S. e Corneel, D. (orgs.). **Feminismo como Crítica da Modernidade**. Releitura dos Pensamentos Contemporâneos do Ponto de Vista da Mulher. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1987.

CAMARGO, Aspásia. **Programa de História Oral, catálogo de depoimento**. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

CAPELLIN, Paola et al. (orgs.). **Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: ELAS/Boitempo, 2000.

CAPELLIN, Paola e Câmara, Cristina. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In: Abramo, Laís e Abreu Alice R. de P. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

CARNEIRO, M. José, Política Pública e Agricultura Familiar: Uma Leitura do PRONAF. In Estudos – **Sociedade e Agricultura** nº 8. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CARVALHO, Iracilda P. Brasília: Imagens e representações. In: Costa, Cléria B. da e Magalhães, Nancy A. (orgs.). **Contar história, fazer História – História, cultura e memória**. Brasília: Paralelo 15, 2001.

_____. **Imagens e representações no nascimento de novas cidades: Brasília (1958/60), Samambaia (1989/93)**, In. Dissertação de Mestrado UnB, His, Brasília, 1993, p.245.

- CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. Madri: Siglo XXI, 1974.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes e Oficina Editora, 1992.
- _____. **A instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Mary G. e Abramovay, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Cortez/UNESCO/UNICEF, 1997.
- CFEMEA, Equipe (Coord.). **Pensando Nossa Cidadania - Propostas para uma Legislação Não Discriminatória: Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida**. Brasília: CFEMEA, 1993.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- _____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 11 (5). São Paulo, 1991.
- COSTA, Albertina de Oliveira e Bruschini, C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- COSTA, Cléria Botelho da. e Magalhães, Nancy A. (orgs.). **Contar história, fazer História – História, cultura e memória**. Brasília: Paralelo 15, 2001.
- COSTA, Cléria Botelho da. Uma história sonhada. In: **Revista ANPUH**. Nº 34. Vol. 17, 1998.
- DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAVIS, Natalie Zemon. Et al (orgs.). **Do renascimento à idade moderna**. Portugal: Afrontamento, vol. 3, 1994.
- DEERE, Carmem Diana e León, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- _____. **Genero, Propriedad y Empoderamento: Tierra, Estado y Mercado em América Latina**. Bogotá: Ed. Tercer Mundo, 2000.
- DE LAURETIS, Teresa. The Technologies of gender, essays on theory, film and fiction, In. Descarries, Francine (org.). **La pensée féministe contemporaine: quelque débats**. Montreal. Université du Québec, 1998.

_____. A tecnologia do gênero. In. Holanda, Heloisa Buarque (org.). **Tendências e impasses** – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DELGADO, M. Berenice. G. **A organização das mulheres trabalhadoras nas centrais sindicais brasileiras nos anos 80 e 90: propostas e desafios**. Águas de Lindóia, 1996.

DELPHI, Chistine. **L'Ennemi principal. Economie politique du patriarcat**. Paris: Syllepse, 1998.

DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das mulheres no Brasil**, São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.

_____. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

DIAS, M. Odila L.da S. **Cotidiano e poder em São Paulo, no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DURANT, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: editorial Presença, 1989.

_____. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

_____. **Imaginário e a simbologia de passagem**. Recife: Massangana, 1984.

_____. **Mito, Símbolo e Mitologia**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

ELSON, Diana. **PROGER, PROGERRURAL, PRONAF**. Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista In. Holanda, Heloísa B. **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber**. Vol. I, Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GERGEN, Mary McCanney. (Ed.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos / Brasília: Ed.UnB, 1993.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia da Letras, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. e Campanhola, C. **O novo rural Brasileiro: Uma análise nacional e regional**. Campinas: Embrapa/Unicamp, 2000.

GROPPI, Angela. As raízes de um problema. In: Bonacchi, Gabriela e Groppi, Angela. **O Dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1995.

GUILLAUMIM, Collette. **Sexo, Race du pouvoir, L'idée de Nature**. Paris: Coté-Femmes, 1992.

GUTIÉRREZ, Rachel. **O Feminismo é um humanismo**. Rio de Janeiro: Edições Antares; São Paulo: Nobel, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. **Ciência, Cyborg y Mujeres. La Reivención da la Naturaleza**. Madri: Ed. Cátedra, 1991.

- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista de Estudos Feministas**, nº 1, vol. 1, 1993.
- HELD, H. **O imaginário no poder**. São Paulo: Summus Editorial, 1982.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho**. Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Tendências e impasses - O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JODELET, Denise. (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 1, no. 2. outubro/1986.
- LAVINAS, Lena. Produtoras rurais: A novidade dos Anos 90. In. **Reforma Agrária**. Campinas: UNESP, 1991.
- _____. **Mulher rural, identidade na pesquisa e na luta política**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.
- LEITE, Mirian Moreira. **História das mulheres**. São Paulo: Edusp, 1994.
- LOBO, Elisabeth Souza. **A Classe Operária tem Dois Sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. **Revista de Ciências Sociais**, Vol. 1, nº 2. Porto Alegre: UFRS, 1987.
- _____. **O Sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LOURO, Guacira Lopes (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. In. Del Priori, Mary (org.). **História da Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 2000.
- _____. Pedagogias da Sexualidade. In. **O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. **Uma Epistemologia Feminista. Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MACHADO, Lia Z. . Gênero, um Novo Paradigma? In. Bessa, Karla (org.) **Cadernos Pagu, Trajetórias do Gênero, Masculinidades...** n.1, Campinas/SP: Edição Faep/UNICAMP, 1998.

_____. Estudos de Gênero: para Além do Jogo entre Intelectuais e Feministas. In SCHPUN, Mônica Raisa. **Gênero sem Fronteiras**. Oito Olhares sobre Mulheres e Relações de Gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997.

_____. Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade. In. Costa, A. de O. e Bruschini, C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MADEIRA, Felícia Reicher (org.). **Quem mandou nascer mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.

MAFFESOLI, Michel. **A Conquista do Presente**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1984.

_____. **Dinâmica da Violência**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/Vértice, 1987.

MAGALHÃES, Nancy A. Memória Social de Brasília: modernidade e relações rurais e urbanas. In. Nodari, Eunice et al. (org.). **História: Fronteiras**. - Simpósio Nacional da Associação Nacional de História, Florianópolis/SC – São Paulo: Humanitas/USP: ANPUH, 1999.

MASSI, M. **Vida de mulheres: cotidiano e imaginário**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MATOS, M. Izilda S. de. e Soihet, Rachel. (org.). O corpo feminino em debate. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MATOS, Olgária. A narrativa: Metáfora e liberdade. In. Costa, Cléria B. da e Magalhães, Nancy A. (orgs.). **Contar história, fazer História** – História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

MEDINA, Cremilda. (org.). **Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. Revista Lua Nova, nº 17, São Paulo, CEDEC, 1989.

MEYER. M. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1993.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

MORAES, Márcia. **Ser humana**: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOREIRA, Mirian Leite. In. KOURY, M.G.P. (org.). **Imagem e memória**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Sociologia**. A Sociologia do Microsocial ao Macroplanetário. Portugal: Ed. Europa-América, 1998.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Um toque de gênero**: História e educação em Minas Gerais (1835-1892), Brasília: Ed.Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

_____. O tom do “bom-tom”: Os manuais de civilidade e a construção de gênero. In. Costa, Cléria B. da e Magalhães, Nancy A. (orgs.). **Contar história, fazer História** – História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania**: as trabalhadoras de contagem. Petrópolis: Vozes, 1994.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. In **Revista Estudos Feministas**, vol.8 nº 2. Florianópolis: CH/CCE/UFSC, 2000.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campina: Autores Associados, 2004.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília**: a fantasia corporificada. Brasília: Paralelo 15, 2004

ODÁLIA, Nilo. **O saber e a história**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **Reengenharia do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes de. In. LEAL, Rita. **Mulher para toda obra** – a representação social do trabalho feminino na mídia dos anos 1990. Brasília: UNB-Depto. de História - Tese de Doutorado, 2004. p.230.

OLSON& Torrance. **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1991.

PAIXÃO, A. **Relatório de Pesquisa, Região Norte** - Ação e organização sindical no setor rural. CUT-CONTAG SP. Brasília, 1998.

PAOLI, M.C. **Movimentos Sociais: cidadania e espaço público - anos 90**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, Vol. 08, 1992.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAVIANI, Aldo e GOUVÊA, L.A. de C. (org.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Ed.Universidade de Brasília, 2003.

PAVIANI, Aldo. **Brasília, a Metrópole em crise: ensaio sobre urbanização**. Brasília: ED.Universidade de Brasília, 1989.

PAVIANI, Aldo (Org). **Brasília,Ideologia e Realidade:Espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985.

PEDRO, Joana Maria e Grossi, Mirian P. **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

PERNOUD, Regine. **Femme au temps des cathédrales**. Paris: Stock, 1980.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

_____. Práticas da memória feminina. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol 9, 1989.

PETERSEN, Áurea T. Homens e mulheres: enfim, as desigualdades estão acabando? In. Strey, Marlene N. **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. In. **Representações**. São Paulo: ANPUH, Contexto, Vl. 15 n. 29, 1995.

PINSKY, Jaime e Pinsky, Carla B. (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Céli R. J. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas. In. SAFFIOTI, Heleieth I.B. e VARGAS, Mônica M. (orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Brasília: UNICEF, 1994.

_____. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In. BRUSCHINI, C. e COSTA, A. de O. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os Conceitos de Sexo e Gênero na Produção de Algumas Teóricas Feministas. In. Aguiar, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas – Desafio às Ciências desde a Perspectiva das Mulheres**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997.

POLLAK, Michael. Memória , esquecimento e silêncio. In. **Revista Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

PRÁ, Jussara R. O feminismo como teoria e como prática política. In. STREY, Marlene N. **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

QUARTIM de MORAES, M. Ligia. Cidadania no feminino. In. PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. São Paulo: Ed.USP, 1978.

_____. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In. SIMSON, Olga de M. Von. (org.). **Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

_____. Descobrir Historicamente o Gênero. In. Bessa, Karla (org.). **Cadernos Pagu, Trajetórias do Gênero, Masculinidades...** n. 11, Campinas: Edição Faep/UNICAMP, 1998.

_____. **As mulheres na historiografia brasileira**. In. Silva, Zelia Lopes. *Cultura histórica em debate*, São Paulo: UNESP, 1985.

ROCHA, M. Isabel Baltar da. (org.). **Trabalho e gênero Mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Ed. 34, 2000.

ROSALDO, M. Lamphere. (org.). **A mulher a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo**. In. Estudos Feministas, Vol. 9 N. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2001

ROSEMBERG, Fúlvia. (org.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Vivência; história, sexualidade e imagens femininas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ROULIS, Eleni. In. Moraes, Márcia. **Ser Humana**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo: Globo, 1962.

ROWBOTHAM, Sheila. **Além dos fragmentos**, São Paulo: Brasiliense, 1981.

RUA, M. das Graças e Abramovay, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In. Bruschini, C. e Costa, A. de O. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). Família e Grupos de Convívio. In. **Revista Brasileira de História**. Vol. 09 Nº 17. ANPUH. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHAAF, Alie van der. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

SCHPUN, Mônica Raisa. (org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. Igualdade versus Diferença: os Usos da Teoria Pós-Estruturalista. In. LAMAS, Marta (org.). **Cidadania e Feminismo**. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1999.

_____. Experiência. In. Silva, Alcione L. da et al (orgs.). **Falas de Gênero – Teorias, Análises, Leituras**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

_____. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. In. **Educação e Realidade**. vol. 20, n. 2, Porto Alegre: Pannonica, 1995.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. In. **Cadernos Pagu**. n.3. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1994.

_____. **“História das Mulheres”** In. Peter Burke (org.). A escrita na História. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In. **Educação e realidade**. Porto Alegre: UFRS, 1990.

SEABRA, Zelita e Muszkat, Malvina. **Identidade Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SEGATO, R. L. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Brasília: Edunb, 1998.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. et al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Edusp/ Paz e Terra, 1984

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História das mulheres: domínio específico da pesquisa?** São Paulo: SBPC. 1988.

SILVA, Maria Escolástica Álvares. **Mulher Substantivo Masculino**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMSON, Olga de Moraes Von. (org.). **Experimentos com Histórias de Vida**. São Paulo: Vértice Editora, 1988.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – Aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

SIQUEIRA, Deis Eleucy. **Relatório de Pesquisa, Região Centro-Oeste - Ação e organização sindical no setor rural**. Brasília: CUT-CONTAG SP/ 1998.

_____. A Organização das Trabalhadoras Rurais: O Cruzamento de Gênero e de Classe Social. In. Teixeira, João Gabriel L.C. (coord. Geral), et. al. (orgs.). **Tecnologia, agropecuária e a Organização dos trabalhadores rurais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

SORJ, Bila. O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-modernidade. In. Costa, A. e Bruschini, C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

STREY, Marlene Neves. **Mulher Estudos de Gênero. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 1997.**

SUÁREZ, Mireya. Gênero: uma Palavra para Deconstruir Idéias e um Conceito Empírico e Analítico. **Gênero no Mundo do Trabalho**. I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Campinas: 2000.

SWAIN, Tânia N. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SWAIN, Tânia N. (org.). **Feminismos: Teorias e Perspectivas**. Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. Brasília: UnB, 2000.

_____. Para além do binário: os queers e o heterogêneo. In. **Gênero**, Vol.2, nº 1. Niterói: 2000.

_____. **Feminismo e Lesbianismo: a Identidade em Questão.** In CORRÊA, Mariza (Org.). **Cadernos Pagu. Simone de Beauvoir e os Feminismos do Século XX.** Nº 12, p.109-120. Campinas: Faep/UNICAMP, 1999.

_____. **Você Disse Imaginário?** In. SWAIN, T.N. (org.). **História no Plural.** Brasília: Ed. UnB, 1994.

THOMPSON, E. Paul. **Costumbres em común.** Barcelona: Crítica, 1995.

_____. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A voz do Passado - História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOURAINÉ, Alan. **Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes.** In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). **Classes médias e política o Brasil.** Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

ULPIANO, Bezerra de Menezes. **Fontes visuais, cultura visual, história visual.** In. **Revista Brasileira de História—O ofício do historiador.** São Paulo: ANPUH/ Humanitas. Vol. 23 – nº 45, 2003.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-moderna.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VANSINA, J. **A tradição oral como história.** Lisboa: 1982.

VARIKAS, Eleni. **Gênero, Experiência e Subjetividade.** In. **Cadernos Pagu.** n.3. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

YANNOULAS, Silvia (org.). **Controle Democrático, Descentralização e Reforma do Estado.** Brasília: FLACSO/Editora Paralelo 15, 2001.

_____. **Gener-idade – primeiras aproximações ao estudo do gênero na infância.** In: Estudos de Gênero. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

_____. **Educar: Una Profesión de Mujeres? La feminización del normalismo y la docencia en Argentina y Brasil (1870–1930).** Buenos Aires: Kapelusz, 1996.

YOUNG, Íris. Corpo vivido. Reflexões sobre estrutura social e subjetividade In. **Labrys, estudos feministas**, nº 3, p.21. Brasília: Site: [www.unb.Br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), janeiro/Julho 2003.